

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO
SUSTENTÁVEL**

PÓLO TURÍSTICO DO VALE DO JEQUITINHONHA

Volume 6

CAPACIDADE INSTITUCIONAL – MUNICIPAL

Contrato de prestação de serviços especializados que celebram entre si o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Turismo e da Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Econômicos e Sociais, para o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha, em 27 de junho de 2003.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Alameda das Acácias, 70.
São Luis / Pampulha
31.275-150 – Belo Horizonte
Caixa Postal 1200 – CEP: 30.160-970
Telefone (31) 3448-9400
FAX: (031) 3448-9741
e-mail geral @fjp.mg.gov.br
http: www.f.jp.mg.gov.br

Coordenação Geral

Centro de Estudos Econômicos e Sociais
Maria Aparecida Arruda
Nelson Antônio Quadros Vieira Filho
Patrícia Albano Maurício da Rocha

Revisão e Normalização

Afonso Celso Gomes
Aline Costa de Queiroz

Criação da Capa

Wagner Bottaro

Apoio Administrativo

Doralisse de Oliveira A. Rocha.

Impressão

Organizações Lerbach Ltda.
Avenida dos Engenheiros, 1520.
Castelo
Belo Horizonte

Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Econômicos e Sociais

Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte, 2004. 13 v. il.

Conteúdo: v.1 – Resumo Executivo. v.2 – Parte 1 – Área de Planejamento. Parte 2 – Dinâmica Econômica e Social. v.3 – Infra-estrutura. v.4 – Patrimônio Histórico e Cultural. v.5 – Aspectos sócio-ambientais. v.6 – Capacidade Institucional Municipal. v.7 – Capacitação do Setor Privado envolvido com o Setor Turístico. v.8 – Parte 1– Produtos Turísticos e Atrativos. Parte 2 – Qualidade e Oferta de Alojamentos e outros Equipamentos Turísticos. v.9 – Parte 1 – Educação da Comunidade para o Turismo. Parte 2 – Capacitação do Profissional para o Turismo. v.10 – Parte 1 – Perfil do Turista. Parte 2 – Gastos Turísticos. Parte 3 – Demanda Atual e Potencial. v.11 – Parte 1 – Estratégias de Desenvolvimento Turístico. Parte 2 – Quadros Prospectivos. v.12 – Quadros Prospectivos: Projeção do Emprego por Município. v.13 – Plano de Ação.

1. Turismo – Vale do Jequitinhonha 2. Planejamento Turístico – Vale do Jequitinhonha.

CDU: 379.85 (815.1 – 0 Jequitinhonha)

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO
SUSTENTÁVEL**

PÓLO TURÍSTICO DO VALE DO JEQUITINHONHA

Volume 6

CAPACIDADE INSTITUCIONAL – MUNICIPAL

**Belo Horizonte
Novembro de 2004**

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável (PDITS) do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR/NE II) foi elaborado pelo Centro de Estudos Econômicos e Sociais da Fundação João Pinheiro, atendendo a demanda da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais.

A metodologia de elaboração do PDITS, detalhada nos diversos itens que compõem o documento principal do Plano, demandou o levantamento de vários tipos de dados, primários e secundários, sobre a região, de forma a atender aos itens especificados no Termo de Referência do Plano, em seu Anexo A. As pesquisas relativas ao inventário turístico e ao patrimônio histórico, capacidade institucional dos municípios e do setor privado, aspectos socioambientais e capacitação da população para o turismo, ocorreram no período de julho a agosto de 2003. A pesquisa de demanda atual e potencial foi realizada em outubro de 2003. Alguns dados, especialmente aqueles relativos aos componentes socioambiental e à capacitação do profissional para o turismo, foram passíveis de atualização até julho de 2004. O resultado, em termos de diagnóstico, estratégias e plano de ação, foi também ajustado a partir de amplas discussões realizadas com o Conselho do Pólo e representantes da região em reuniões ocorridas em Diamantina, em maio, junho, julho e novembro de 2004, que tiveram por objetivo promover a participação pública no processo de elaboração do PDITS e sua validação.

O Plano compreende os seguintes volumes:

Volume 1 – Resumo Executivo

Volume 2 – Parte 1 – Área de Planejamento

– Parte 2 – Dinâmica Econômica e Social

Volume 3 – Infra-estrutura

Volume 4 – Patrimônio Histórico e Cultural

Volume 5 – Aspectos Socioambientais

Volume 6 – Capacidade Institucional Municipal

Volume 7 – Capacitação do Setor Privado envolvido com o Setor Turístico

Volume 8 – Parte 1 – Produtos Turísticos e Atrativos

– Parte 2 – Qualidade e Oferta de Alojamento e outros Equipamentos Turísticos

Volume 9 – Parte 1 – Educação da Comunidade para o Turismo

– Parte 2 – Capacitação do Profissional para o Turismo

Volume 10 – Parte 1 – Perfil do Turista

– Parte 2 – Gastos Turísticos

– Parte 3 – Demanda Atual e Potencial

Volume 11 – Parte 1 – Estratégias de Desenvolvimento Turístico

– Parte 2 – Quadros Prospectivos

Volume 12 – Quadros Prospectivos: Projeção do Emprego, por Município

Volume 13 – Plano de Ação

Operando em um horizonte temporal de planejamento que vai até 2020, este Plano representa um poderoso instrumento capaz de potencializar as vantagens e superar as principais limitações ao desenvolvimento integrado e sustentável do turismo da região, induzindo, em decorrência, o incremento do emprego e da renda, além de promover outros benefícios econômicos e socioambientais para a população da região e do Estado.

O Volume 6 do PDITS compõe-se de duas partes. A Parte 1 – Capacidade Institucional Municipal está estruturado em quatro capítulos, além desta apresentação e da introdução.

No Capítulo 1 desenvolvem-se os critérios de avaliação para as áreas setoriais das administrações municipais.

No Capítulo 2, analisam-se e interpretam-se os dados por políticas setoriais nas prefeituras municipais.

No Capítulo 3, apresenta-se a síntese dos aspectos analíticos e da capacidade institucional dos municípios.

No Capítulo 4, relacionam-se as projeções do desenvolvimento institucional dos municípios Área de Planejamento, na perspectiva do planejamento para o turismo.

No Anexo apresenta-se o Questionário “Capacidade Institucional dos Municípios – Roteiro de Entrevista para as Administrações Municipais” (MINAS GERAIS, Fundação João Pinheiro – CDA, 2003, 49 p.)

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO

Marco Antônio Peroni (FJP)

Maria de Fátima Cunha (FJP)

ELABORAÇÃO

Francisco Eustáquio Mendes (consultor)

Iara Leal Santana (FJP)

Luciano Amorim Borges (consultor)

PESQUISA DE CAMPO

Andréa D'Assunção Ferreira (FJP)

Atamis Heberle Luna (FJP)

Davidson Lopes de Figueiredo (FJP)

Délio Araújo Cunha (FJP)

Dilce Júlia Soares (consultora)

Francisco Glicério do Prado (FJP)

Francisco Eustáquio Mendes (consultor)

Iara Leal Santana (FJP)

Jobert Macario de Oliveira (consultor)

Luciano Amorim Borges (consultor)

Marco Antônio Peroni (FJP)

Mauro de Oliveira Pessoa (FJP)

Mirna Serpa Chiari (FJP)

Paulo Frederico Hald Madsen (FJP)

Tarcísio Silva Filho (FJP)

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.1 –	Capacidade institucional das administrações municipais dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	27
TABELA 2.1 –	Escolaridade do quadro de recursos humanos, por ocupantes de cargo efetivo e função pública e dos contratados por prazo determinado nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	35
TABELA 2.2 –	Participação percentual dos servidores contratados por prazo determinado em relação aos servidores efetivos e ao total de servidores nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	36
TABELA 2.3 –	Servidores municipais dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha colocados à disposição de órgãos / Entidades estaduais, federais, iniciativa privada e sociedade civil – Minas Gerais – 2003.....	40
TABELA 2.4 –	Servidores estaduais e federais colocados à disposição dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	41
TABELA 3.1 –	Capacidade institucional dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	167

LISTA DE QUADROS

QUADRO 2.1 –	Serviços terceirizados pelos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	31
QUADRO 2.2 –	Quadro de servidores, controle patrimonial e existência de almoxarifado organizado nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	33
QUADRO 2.3 –	Situação funcional do quadro de servidores das prefeituras dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	37
QUADRO 2.4 –	Processos mais utilizados na aquisição de material, e de contratação de obras e serviços nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	42
QUADRO 2.5 –	Modalidade de licitação mais utilizada nos processos de aquisição de mercadorias e obras e contratação de serviços de terceiros nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	44
QUADRO 2.6 –	Situação atual da informatização dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	45
QUADRO 2.7 –	Principais problemas da administração pública municipal nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	46
QUADRO 2.8 –	Situação do código tributário municipal, operacionalização do processo de arrecadação, do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e situação atual da base de dados do imposto nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	51
QUADRO 2.9 –	Operacionalização do processo de arrecadação e situação atual da base de dados do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	53
QUADRO 2.10 –	Operacionalização do processo de arrecadação do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis Intervivos (ITBI) e da contribuição de melhoria e situação da base de dados nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	54
QUADRO 2.11 –	Operacionalização da cobrança e comparação da dívida ativa em relação à receita tributária anual dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	56

QUADRO 2.12 – Operacionalização dos instrumentos orçamentários: plano plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei do Orçamento Anual nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	57
QUADRO 2.13 – Articulações para a solução de problemas comuns, conflitos fiscais com municípios e articulações com órgãos, e entidades estaduais e federais nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	58
QUADRO 2.14 – Operacionalização do acompanhamento e resultados alcançados do Valor Adicionado Fiscal (VAF) dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	59
QUADRO 2.15 – Operacionalização e articulação do órgão de controle interno nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	60
QUADRO 2.16 – Estrutura e funcionamento da fiscalização tributária nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	62
QUADRO 2.17 – Mecanismos de institucionalização da política urbana nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	65
QUADRO 2.18 – Situação dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha quanto à legislação urbanística, licenciamentos e fiscalização – Minas Gerais – 2003	67
QUADRO 2.19 – Situação dos cadastros imobiliários e fiscais nas prefeituras municipais dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	69
QUADRO 2.20 – Demanda por diretrizes e regulamentação físico-territorial dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	70
QUADRO 2.21 – Principais problemas urbanos nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	71
QUADRO 2.22 – Execução de obras públicas nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	73
QUADRO 2.23 – Manutenção das vias de acesso aos atrativos turísticos dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	74
QUADRO 2.24 – Frotas de veículos e máquinas pesadas nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	77
QUADRO 2.25 – Situação dos sistemas de transporte coletivo intramunicipal nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	79

QUADRO 2.26 – Sistema de transporte por táxi nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	80
QUADRO 2.27 – Infra-estrutura de transporte coletivo relativa a terminal rodoviário nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	81
QUADRO 2.28 – Infra-estrutura de transporte coletivo relativa a aeroportos nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	82
QUADRO 2.29 – Municipalização do trânsito nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	83
QUADRO 2.30 – Situação dos sistemas de abastecimento de água nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	84
QUADRO 2.31 – Especificidades dos sistemas de abastecimento de água nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	86
QUADRO 2.32 – Principais problemas dos sistemas de abastecimento de água nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	88
QUADRO 2.33 – Situação dos sistemas de esgotamento sanitário nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	89
QUADRO 2.34 – Especificidades do sistema de esgotamento sanitário nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	92
QUADRO 2.35 – Principais problemas de esgotamento sanitário nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	93
QUADRO 2.36 – Projetos de expansão do sistema de esgotamento sanitário nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	94
QUADRO 2.37 – Situação de drenagem nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	95
QUADRO 2.38 – Financiamento da limpeza urbana nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	96
QUADRO 2.39 – Coleta de lixo nas sedes dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	97

QUADRO 2.40 – Situação do saneamento nos lugares turísticos dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	99
QUADRO 2.41 – Problemas e soluções quanto a programas e projetos de defesa do meio ambiente nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	100
QUADRO 2.42 – Institucionalização do CODEMA nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	102
QUADRO 2.43 – Relações interinstitucionais e intergovernamentais na política ambiental nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	104
QUADRO 2.44 – Aparato institucional e estruturas administrativas na área de preservação ambiental dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	105
QUADRO 2.45 – Mecanismos de institucionalização da política de saúde nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	108
QUADRO 2.46 – Articulações intermunicipais e intergovernamentais na política de saúde da área de planejamento dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	112
QUADRO 2.47 – Principais endemias nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	114
QUADRO 2.48 – Caracterização da rede escolar dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha por categoria de análise e número de escolas – Minas Gerais – 2003.....	119
QUADRO 2.49 – Caracterização da população escolar dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha por nível de ensino, estrutura de classes e nucleação das escolas – Minas Gerais – 2003.....	120
QUADRO 2.50 – Existência do quadro do magistério, de políticas para a carreira e capacitação dos professores e do pessoal da educação nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	123
QUADRO 2.51 – Caracterização do aparato institucional e administrativo para responder à política educacional dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	126
QUADRO 2.52 – Caracterização das parcerias e das relações institucionais para a prática das políticas municipais de educação no municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	129

QUADRO 2.53 – Caracterização dos programas e projetos especiais em educação e apoio ao educando desenvolvidos pelos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	131
QUADRO 2.54 – Ação político-administrativa dos governos locais com relação ao esporte e lazer nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	134
QUADRO 2.55 – Ação político-administrativa dos governos locais com relação às políticas culturais e de apoio ao turismo nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	137
QUADRO 2.56 – Ações de desenvolvimento social – Programas, atividades, existência de conselhos e avaliação da ação social municipalizada nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	140
QUADRO 2.57 – Parcerias e relações locais, interinstitucionais e intergovernamentais na prática da ação social dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	144
QUADRO 2.58 – Infra-estrutura de abastecimento alimentar nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	147
QUADRO 2.59 – Institucionalização dos conselhos de desenvolvimento econômico ou do turismo nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	151
QUADRO 2.60 – Articulações internas, intergovernamentais, parcerias da política de desenvolvimento econômico e de turismo nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	154
QUADRO 2.61 – Potencial para o desenvolvimento de empreendimentos econômicos ou turísticos dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	157
QUADRO 2.62 – Situação da implantação do programa Fome Zero e do investimento em treinamento de mão-de-obra para a área do turismo nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	160
QUADRO 2.63 – Principais necessidades e carências existentes – Apontadas pelas áreas de desenvolvimento econômico nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	162
QUADRO 3.1 – Capacidade institucional em administração nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	168

QUADRO 3.2 – Capacidade institucional em gestão de finanças nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	169
QUADRO 3.3 – Capacidade institucional para a implementação das políticas públicas locais de planejamento urbano e infra-estrutura de obras e serviços, políticas de saneamento, preservação ambiental e meio ambiente nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	169
QUADRO 3.4 – Capacidade institucional para a implementação das políticas públicas locais de desenvolvimento e integração social nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	170
QUADRO 3.5 – Capacidade institucional relativa à integração intersetorial na gestão da política de turismo nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003.....	171

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 QUADRO-SÍNTESE DAS ÁREAS SETORIAIS DOS MUNICÍPIOS: CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	25
2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS POR POLÍTICAS SETORIAIS NAS PREFEITURAS MUNICIPAIS	29
2.1 Desenvolvimento institucional das administrações municipais: estrutura, pessoal e recursos materiais e tecnológicos.....	29
2.2 Finanças municipais	48
2.3 Planejamento urbano e infra-estrutura de obras e serviços	64
2.3.1 Institucionalização da política urbana nos municípios	64
2.3.2 Obras públicas nos municípios.....	71
2.3.3 Institucionalização da política de transportes.....	78
2.4 Políticas de saneamento, preservação ambiental e saúde	83
2.4.1 Institucionalização do saneamento nos municípios	83
2.4.2 Política de preservação ambiental	100
2.4.3 Institucionalização da política de saúde	106
2.5 Desenvolvimento e integração social	118
2.5.1 Educação nos municípios.....	118
2.5.2 Políticas de esporte e de lazer.....	133
2.5.3 Políticas culturais e de apoio ao turismo.....	136
2.5.4 Institucionalização do desenvolvimento e ação social.....	140
2.5.5 Infra-estrutura de abastecimento alimentar nos municípios.....	146
2.6 Desenvolvimento econômico e do turismo.....	148
3 SÍNTESE DOS ASPECTOS ANALÍTICOS E DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS	165

4 PROJEÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DOS MUNICIPIOS ESTUDADOS DO PÓLO TURISTICOS DO VALE DO JEQUITINHONHA, NA PERSPECTIVA DO PLANEJAMENTO PARA O TURISMO.....	173
ANEXO – Questionário – Projeto PRODETUR: Capacidade institucional dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Roteiro de entrevista para as administrações municipais.....	177

INTRODUÇÃO

O Município e a Administração Pública municipal projetam -se na realidade social em que se inserem como sistemas. Princípios, processos, estruturas e recursos tecnológicos, materiais e financeiros, trabalhados por pessoas, sustentam sua imagem, propósitos, missão, objetivos e metas a serem alcançadas.

Para enfrentar os desafios que a sociedade lhes apresenta as organizações devem apoiar-se em conhecimentos, habilidades e atitudes. Na prática das instituições e organizações públicas, das quais o cidadão requer, cada vez mais, produtividade, gerência de resultados e qualidade dos serviços necessários ao bem-estar social, muito mais recrudescente esses desafios se revelam.

A Administração Pública estadual e a municipal precisam, pois, obter continuamente ganhos em eficiência, eficácia e efetividade, em face da complexidade das demandas que se lhes apresentam, tendo ao mesmo tempo, que debater-se com a compressão e a escassez de recursos, notadamente de pessoas com habilidade para lidar com o bem público.

Configura-se, pois, a necessidade de identificar ações para consolidar a capacidade institucional de gestão e de gerência do município de modo à administração voltada para o interesse público.

Nesse sentido, as políticas que sustentam o desenvolvimento econômico e social dos nove municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha devem ser confrontados com a prática de políticas públicas que fortaleçam o turismo, os serviços e os negócios, com reflexos na geração de emprego e renda, e na melhora da qualidade de vida da população local e regional.

Às práticas gerenciais e administrativas somam-se os fundamentos constitucionais acerca dos Princípios da Administração Pública (BRASIL, 1988; MINAS GERAIS, 1989):¹ legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e

¹ Constituição Federal de 1988; Constituição de Minas Gerais de 1989.

razoabilidade, que sustentam a lógica da efetividade e de resultados das ações governamentais acerca da Administração Pública que se tem e aquela que se quer perante os cidadãos.

• Fundamentos metodológicos

A Fundação João Pinheiro/Centro de Desenvolvimento em Administração, com base na metodologia da pesquisa-ação, elaborou o questionário **Capacidade Institucional dos Municípios** – Roteiro de Entrevista para as Administrações Municipais (MINAS GERAIS, Fundação João Pinheiro – CDA, 2003, 49 p.), estruturado em quesitos, com perguntas abertas e fechadas, e quadros quantitativos e analíticos, para que, a partir de sua aplicação, do diagnóstico e da interpretação de seus dados, por área setorial de atuação das prefeituras municipais, discutir os aspectos analíticos.

A aplicação desse questionário, envolvendo a avaliação da capacidade institucional dos municípios de desenvolver uma política de turismo, o treinamento da equipe para sua aplicação e o levantamento de informações nas administrações municipais, por meio de entrevistas com os secretários municipais ou seus representantes, realizadas entre julho a setembro de 2003, permitiu a elaboração do relatório de avaliação da capacidade institucional.

A definição do escopo do levantamento de informações considerou duas vertentes para a avaliação da capacidade institucional dos municípios e para a implementação de políticas de desenvolvimento do turismo:

- a relativa aos aspectos institucionais e sua relação com a organização administrativa do município, a situação do quadro de servidores da previdência municipal e o esforço de arrecadação de receitas próprias;
- a que reconhece a natureza de uma abordagem intersetorial para o desenvolvimento do turismo, remetendo à necessidade de identificar as situações de institucionalização das demais políticas públicas municipais.

As conclusões e recomendações deste estudo, na perspectiva das ações modernizadoras e indutoras da avaliação das administrações municipais, sintetizam a análise desenvolvida.

1 QUADRO-SÍNTESE DAS ÁREAS SETORIAIS DOS MUNICÍPIOS: CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Os dados apresentados na seção 2 estão agrupados por área setorial da administração municipal: desenvolvimento institucional; finanças municipais; planejamento urbano e infra-estrutura de obras e serviços; políticas de saneamento, preservação ambiental e saúde; desenvolvimento e integração social; e desenvolvimento econômico e do turismo.

Esses grandes eixos de análise se subdividem em políticas públicas específicas de gestão, consideradas sob os seguintes parâmetros de avaliação:

- baixa capacidade institucional
 - fragilidade nas ações de planejamento, execução, controle e avaliação de planos, programas e projetos;
 - fraca atuação quanto à aplicação de mecanismos de controle e fiscalização, notadamente nas áreas de finanças e de Vigilância Sanitária;
 - baixa participação no controle urbanístico, na preservação ambiental e no desenvolvimento social e econômico e,
 - fragilidade na política de desenvolvimento institucional da prefeitura, principalmente em relação às políticas de pessoal.
- média capacidade institucional
 - ações parcialmente integradas, buscando apoios e parcerias para as políticas públicas;
 - existência de interação e integração com a sociedade local, os cidadãos e as esferas de governo;

- articulação com os municípios vizinhos e busca parcial de soluções para problemas comuns;
 - ações parcialmente integradas para o processo de institucionalização da prefeitura e,
 - razoável planejamento, execução, controle e avaliação das políticas públicas.
- alta capacidade institucional
- desenvolvimento integral das ações políticas e administrativas para a efetividade das ações e o aumento da qualidade de vida da população;
 - integração satisfatória das ações entre o Poder Público local e a sociedade, as instâncias regionais e os demais níveis de governo;
 - clareza, transparência e equidade na arrecadação e aplicação dos recursos públicos em planos e programas demandados pela população; e
 - aplicação do planejamento como diretriz para a execução dos programas públicos.

Para efeito quantitativo da avaliação, os três parâmetros têm a seguinte valoração, em pontos:

- baixa: 1 a 4
- média: 5 a 6
- alta: 7 a 10

As áreas setoriais das administrações municipais analisadas compreendem, conforme a seção 2, as seguintes políticas públicas, assim avaliadas: (TAB. 1.1).

TABELA 1.1

Capacidade institucional das administrações municipais dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

CAPACIDADE INSTITUCIONAL	BAIXA (1-4)	MÉDIA (5-6)	ALTA (7-10)
a) Desenvolvimento institucional	X		
b) Finanças municipais	X		
c) Planejamento urbano e infra-estrutura de obras e serviços:			
– Política urbana	X		
– Obras públicas		X	
– Política de transportes	X		
d) Saneamento, preservação ambiental e saúde:			
– Saneamento	X		
– Preservação ambiental	X		
– Saúde		X	
e) Desenvolvimento e integração social:			
– Educação		X	
– Esporte e lazer		X	
– Políticas culturais e de apoio ao turismo:	X		
– Desenvolvimento e ação social	X		
– Infra-estrutura de abastecimento alimentar	X		
f) Desenvolvimento econômico e do turismo	X		

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Considera-se que no conjunto das ações de planejamento, execução, controle e avaliação das políticas públicas nos municípios analisados ocorre baixa capacidade institucional para 10 das 14 políticas públicas analisadas. Em 4 delas tem-se média capacidade institucional.

Nenhum dos municípios apresenta alta capacidade institucional em suas ações, apontando para a necessidade de análise, reversão de expectativas e envolvimento político e institucional das administrações municipais, da sociedade e da iniciativa privada para dar suporte ao desenvolvimento sustentável do turismo.

2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS, POR POLÍTICA SETORIAL, NAS PREFEITURAS MUNICIPAIS

2.1 Desenvolvimento institucional das administrações municipais: estrutura, pessoal e recursos materiais e tecnológicos

Este estudo focaliza: a organização das administrações públicas municipais; os planos de carreira, juntamente com o regime jurídico único; a questão previdenciária; o perfil dos servidores contratados, efetivos e de função pública, bem como daqueles colocados à disposição de entes estaduais e federais; os processos de aquisição de material e seu controle; os processos de licitação; os serviços terceirizados; e os processos de informatização, compreendendo as necessidades de investimento e a capacitação de mão-de-obra.

a) Organização administrativa, plano de carreira e vencimentos.

Todos os municípios têm legislação de organização administrativa. Em nenhum deles existem unidades implantadas não previstas em lei. Em quatro municípios, algumas unidades ainda não foram implantadas. Felício dos Santos ainda não implantou: a assessoria de gabinete, órgão central de controle interno, coordenadoria de serviços gerais administrativos, coordenadoria de distribuição e controle de merenda escolar, a chefia da seção de esportes, chefia de assistência social, chefia de serviços gerais e chefia da seção de transportes. Em Itamarandiba, o cargo de secretário de obras, viação e serviços urbano ainda não é ocupado, sendo gerido por dois chefes de departamento. No Serro, não foram implantados os órgãos de assessoramento das atividades-meio e das atividades-fim. Em Turmalina, a procuradoria municipal não se implantou, mas encontra-se em funcionamento a assessoria jurídica, que é vinculada à procuradoria.

Somente Couto de Magalhães de Minas e Diamantina descreveram a estrutura básica da lei de Organização Administrativa. Não possuem Secretaria de Planejamento e agregam a área de Assistência Social à de Saúde. As funções de turismo, transporte e

meio ambiente não são mencionadas na estrutura de Couto de Magalhães de Minas. Fazendo-se uma comparação entre as duas estruturas, pode-se dizer que a de Diamantina é mais funcional.

Dos nove municípios, Itamarandiba, Minas Novas e Serro não têm plano de carreira e vencimentos. Itamarandiba tem unicamente a legislação do *Estatuto dos Servidores Públicos Municipais*. Em Minas Novas, há uma relação de cargos, encontrando-se em elaboração o plano de cargos e salários, cuja conclusão está prevista para o final de 2003. O Serro conta só com uma lei para organizar o quadro de pessoal.

Todos os municípios realizaram concurso público nos últimos seis anos. O mais antigo ocorreu em Minas Novas, em 29 de julho de 1998, e o mais recente, em 12 de fevereiro de 2003, em São Gonçalo do Rio Preto. Turmalina também realizou concurso público em 1998. Diamantina, Felício dos Santos e Itamarandiba, em 1999; o Serro, em 2000; e Capelinha e Couto de Magalhães de Minas, no exercício de 2001.

b) Perfil dos serviços terceirizados

O QUADRO 2.1 mostra os serviços mais terceirizados e os mais tradicionalmente terceirizados pelas administrações públicas municipais.

Limpeza urbana era o único serviço terceirizado em Diamantina. Porém, com o aumento dos custos da operação, o município reassumiu a prestação deste serviço.

QUADRO 2.1

Serviços terceirizados pelos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	SERVIÇOS TERCEIRIZADOS
Capelinha	NR
Couto de Magalhães de Minas	Serviços técnicos de contabilidade, cadastro técnico informatizado e emissão de guia de IPTU.
Diamantina	Nenhum serviço é terceirizado.
Felício dos Santos	Obras públicas: pontes e construções.
Itamarandiba	Serviços técnicos de contabilidade, serviços técnicos de direito e obras públicas de grande porte.
Minas Novas	Serviços técnicos de contabilidade, serviços técnicos de direito, cadastro técnico informatizado, emissão de guia de IPTU e obras públicas.
São Gonçalo do Rio Preto	Serviços técnicos de contabilidade, serviços técnicos de direito, serviços técnicos de engenharia e cadastro técnico informatizado.
Serro	Serviços técnicos contabilidade, serviços técnicos de direito, coleta de lixo domiciliar e parte do transporte escolar.
Turmalina	Serviços técnicos de contabilidade, Serviços técnicos de engenharia, cadastro técnico informatizado, emissão de guia de IPTU e obras públicas.

Fonte: Prefeituras Municipais
 Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)
 Nota: NR – Não Respondido

Em sete municípios existem serviços terceirizados. As ocorrências se deram da seguinte forma:

- serviços técnicos de contabilidade, em Couto de Magalhães de Minas, Itamarandiba, Minas Novas, São Gonçalo do Rio Preto, Serro e Turmalina;
- serviços técnicos de direito, em Itamarandiba, Minas Novas, São Gonçalo do Rio Preto e Serro;
- cadastro técnico informatizado, em Couto de Magalhães de Minas, Minas Novas, São Gonçalo do Rio Preto e Turmalina;
- emissão de guia do IPTU, em Couto de Magalhães de Minas, Minas Novas e Turmalina;
- obras públicas, em Felício dos Santos (pontes e construções), Itamarandiba (obras de grande porte), Minas Novas e Turmalina;
- serviços técnicos de engenharia, em Turmalina e em São Gonçalo do Rio Preto, onde é terceirizado para a Associação dos Municípios do Alto do Jequitinhonha (AMAJE).
- coleta de lixo domiciliar, no Serro;

- transporte escolar (parte), no Serro.

A terceirização deve ter em vista a melhoria na qualidade da prestação de serviços, e não apenas a redução dos custos dos serviços terceirizados, razão que levou o município de Diamantina a reassumir o serviço de limpeza urbana local.

- c) Situação funcional dos servidores públicos municipais, controle patrimonial e organização de almoxarifado.

Somente Minas Novas, Serro e Turmalina informaram a quantidade de cargos comissionados existentes. O número de servidores contratados por prazo determinado é maior do que o número de servidores efetivos nos municípios de Capelinha, Diamantina e Minas Novas. Essa política de contratação deve ser reorientada, pois não cria entre o servidor e a instituição e ainda dificulta a institucionalização de políticas. Em Couto de Magalhães de Minas, Felício dos Santos, Itamarandiba, São Gonçalo do Rio Preto, Serro e Turmalina, a quantidade de servidores efetivos é superior ao número de servidores contratados por prazo determinado (QUADRO 2.2).

QUADRO 2.2

Quadro de servidores, controle patrimonial e existência de almoxarifado organizado nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	QUADRO DE SERVIDORES				CONTROLE PATRIMONIAL ATUALIZADO	EXISTÊNCIA DE ALMOXARIFADO ORGANIZADO
	Total (1)	Efetivos	Contratados por prazo determinado	Cargos comissionados		
Capelinha	952	133	819	NR	Não	Sim
Couto de Magalhães de Minas	189	145	44	NR	Não	Sim
Diamantina	1134	355	779	NR	Não	Sim
Felício dos Santos	208	171	37	NR	NR	Sim
Itamarandiba	828	582	161	NR	NR	Sim
Minas Novas	665	269	367	29	Não	Sim
São Gonçalo do Rio Preto	160	130	20	NR	Sim	Sim
Serro	409	322	14	72	Sim	Sim
Turmalina	392	217	146	29	Sim	Sim

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: (1) Inclui Ativos e Inativos, ocupantes de funções públicas e outros. NR – Não Respondido

Capelinha, Felício dos Santos, Minas Novas e Turmalina não indicam a quantidade de servidores ocupantes de função pública. No Serro, existe um servidor; em São Gonçalo do Rio Preto, 10; em Itamarandiba, 36 (o maior número de servidores nessa situação entre os municípios); Diamantina, 2; e Couto de Magalhães de Minas, 5 (2 aposentados e 3 ativos). Diamantina conta ainda com 3 empregados celetistas e Itamarandiba, com 49 inativos e 19 pensionistas.

O controle de bens patrimoniais dos municípios está atualizado somente em São Gonçalo do Rio Preto, Serro e Turmalina. Em Couto de Magalhães de Minas, Diamantina e Minas Novas estão em andamento os trabalhos de atualização, neste último em estágio bem adiantado. Quanto à realização do inventário anual, Felício dos Santos é o único município que não realiza o procedimento regularmente.

Todos os municípios mantêm almoxarifados organizados. Apenas Felício dos Santos fez observação sobre a ocorrência de entrada e saída de materiais do almoxarifado e informou que, após a sua aquisição, os móveis e o material escolar seguem direto para a Secretaria de Educação. Os demais municípios não responderam sobre o processo de guarda e distribuição de materiais.

d) Escolaridade do quadro de recursos humanos dos ocupantes de cargos efetivos e de função pública e dos contratados por prazo determinado, regime jurídico dos servidores, vínculo com a previdência social e gastos com inativos.

Existem divergências nos dados relativos ao número de ocupantes de cargos efetivos e de função pública em relação ao de contratados por prazo determinado quando se compara o total de cada grupo com a discriminação da escolaridade dos servidores.²

Excetuando-se o 1º grau completo, Diamantina não definiu a quantidade de servidores nos outros níveis de escolaridade, informando unicamente a existência daqueles com curso superior e em 2º grau completo. Felício dos Santos somente informou que há servidores com curso superior, 2º grau completo, 1º grau completo e incompleto, sem definir as quantidades em cada grau de instrução.

Capelinha não tem servidor efetivo com grau de instrução superior. O Serro tem, ao mesmo tempo, o maior número de servidores com grau de instrução superior – 30,75% do total de servidores do município – e de servidores sem acesso à alfabetização. No conjunto dos municípios estudados, a maior incidência de escolaridade dos ocupantes de cargos efetivos e de função pública é de 1º grau completo, com 807 servidores. Em seguida, aparecem o 2º grau completo, com 606 servidores; o 1º grau incompleto, com 266 servidores; o superior, com 210 servidores; e os servidores sem acesso à alfabetização, com 85 registros.

Observando os servidores com curso superior, verifica-se que a maior parte está lotada nas secretarias de Educação. Essa incidência maior deve-se à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que exige a contínua formação dos professores em cursos superiores. Em seguida, vêm as secretarias de Saúde. Nas secretarias de atividades-meio, é praticamente nula a presença de servidores de nível superior.

Pelo critério de escolaridade, pode-se dizer que a capacidade de implementação de políticas públicas concentra-se nas instâncias em que os servidores possuem curso

² No caso dos ocupantes de cargos efetivos e de função pública, vamos encontrar essas diferenças nos seguintes casos: em Couto de Magalhães de Minas, foi informada a escolaridade de 134 servidores do total de 140, ficando seis servidores sem informação sobre escolaridade; e em Itamarandiba e São Gonçalo do Rio Preto, a informação de escolaridade dos servidores perpassa todos os graus de instrução, mas não compreende o número total de servidores.

superior, ou seja, nas áreas de Educação (professores) e de Saúde (médicos, dentistas, etc.) (TAB. 2.1).

TABELA 2.1

Escolaridade do quadro de recursos humanos, por ocupante de cargo efetivo e função pública e dos contratados por prazo determinado nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	ESCOLARIDADE DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS													
	Cargos efetivo/ Função pública							Contratados por prazo determinado						
	S	2ºG	2ºGi	1ºG	1ºGI	AS	TOTAL	S	2ºG	2ºGI	1ºG	1ºGI	AS	TOTAL
Capelinha		86	14	11	16	06	133	22	237		481	80		820
Couto de Magalhães de Minas	10	37	53	01	31	02	134	NR	NR	NR	NR	NR		44
Diamantina	NR	NR	NR	246	NR	NR	355	198	230		348		3	779
Felício dos Santos	NR	NR	NR	NR	NR	NR	171	06	08	10	13	07		44
Itamarandiba	38	179		404			621	05	26	06	50	73		160
Minas Novas	27	104		68	50	20	269	17	256		13	81		367
São Gonçalo do Rio Preto	05	31	03	18	45		102	06	10		04			20
Serro	99	87		52	27	57	322	09			02	03		14
Turmalina	31	82		07	97		217	12	94		12	28		146

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: S: Superior; 2ºG: 2º Grau completo; 2ºGI: 2º Grau incompleto; 1ºG: 1º Grau Completo; 1º GI: 1º Grau Incompleto; SA: Sem acesso à alfabetização. NR = Não Respondido

A distribuição dos servidores contratados por prazo determinado por escolaridade representa 98,16% (2.350 do total de 2.394). Tal como o quadro de servidores ocupantes de cargo efetivo e de função pública, os totais de servidores contratados por prazo determinado de 1º e 2º grau completo ocupam, respectivamente, o primeiro e o segundo lugar, compreendendo 923 servidores, ou 39,28%, no caso do 1º grau completo e 861 e participação de 36,64% no caso do 2º grau completo. Em terceiro lugar, aparecem os formados em curso superior, com 275 servidores e 11,70% de participação. O 1º grau incompleto conta com 272 servidores e participação de 11,57%. Em último lugar, aparecem os sem-acesso à alfabetização, com participação mínima de 0,13% e 3 servidores contratados.

Capelinha não conta com nenhum servidor com curso superior no quadro de efetivos ou de função pública, mas contratou por prazo determinado 22 servidores com curso superior. Esse dado permite concluir que não existe neste município, assim como nos

demais, uma política de desenvolvimento no quadro de servidores efetivos. Há casos em que o número de servidores contratados é superior ao quadro de servidores efetivo (TAB. 2.2).

TABELA 2.2

Participação percentual dos servidores contratados por prazo determinado em relação aos servidores efetivos e ao total de servidores nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	SERVIDORES EFETIVOS (A)	SERVIDORES CONTRATADOS (B)	SERVIDORES TOTAL (C)	% DOS SERVIDORES CONTRATADOS POR PRAZO DETERMINADO S/ TOTAL DE SERVIDORES EFETIVOS	% DOS SERVIDORES CONTRATADOS POR PRAZO DETERMINADO S/ TOTAL DOS SERVIDORES
Capelinha	133	819	952	615,79	86,03
Couto de Magalhães de Minas	140	44	189	31,43	23,28
Diamantina	355	779	1.134	219,44	68,69
Felício dos Santos	171	37	208	21,64	17,79
Itamarandiba	582	161	828	27,66	19,44
Minas Novas	269	367	665	136,43	55,19
São Gonçalo do Rio Preto	130	20	160	15,38	12,50
Serro	322	14	409	4,35	3,42
Turmalina	217	146	392	67,28	37,24

Fonte: Prefeituras Municipais
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Capelinha, Diamantina e Itamarandiba apresentam essa condição, sendo que no primeiro o número de servidores contratados por prazo determinado representa 615,79%, ou 6,1 vezes mais, do número dos efetivos e 86,03% do número total dos servidores. Diamantina apresenta 219,44% e 68,69%, e Minas Novas, 136,43% e 55,19%, respectivamente. Serro e São Gonçalo do Rio Preto apresentam uma situação mais equilibrada e Couto de Magalhães de Minas, Felício dos Santos e Itamarandiba apresentam uma situação intermediária.

Tal como ocorre no quadro de ocupantes de cargo efetivo e de função pública, os servidores contratados por prazo determinado com curso superior, que representam 11,70% do total, estão a serviço das secretarias de Educação (professores) e Saúde (médicos, dentistas, etc.). Nas atividades-meio, falta pessoal capacitado para

empreender sistemas de gestão adequados ao desenvolvimento de políticas públicas integradas orientadas para o turismo.

Todos os municípios declararam adotar, como a maioria das administrações municipais, o regime jurídico estatutário, mas sem definir o vínculo previdenciário dos servidores. Capelinha e Minas Novas não têm sistema de previdência próprio e sequer informaram a situação atual. Vinculados unicamente ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) estão Couto de Magalhães de Minas, Felício dos Santos, São Gonçalo do Rio Preto e Serro. Felício dos Santos, São Gonçalo do Rio Preto e Serro encontram-se incluídos no Regime Geral de Previdência Social do INSS. Diamantina e Turmalina têm sistema próprio de previdência. Itamarandiba combina um sistema híbrido de previdência, em que os servidores do quadro efetivo são vinculados ao sistema previdenciário próprio e os comissionados, agentes políticos e servidores contratados vinculados, ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) (QUADRO 2.3).

QUADRO 2.3

Situação funcional do quadro de servidores das prefeituras dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	QUADRO DE SERVIDORES		REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES	VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA	% GASTOS C/ INATIVOS
	A maior parte é ocupante de cargo efetivo	Nível de servidores contratados por prazo determinado			
Capelinha	Não	Excesso	Estatutário	Sem Sistema próprio	10,00
Couto de Magalhães de Minas	Sim	Intermediário	Estatutário	INSS	5,31
Diamantina	Não	Excesso	Estatutário	Sistema Próprio	1,00
Felício dos Santos	Sim	Intermediário	Estatutário	INSS	NR
Itamarandiba	Sim	Excesso	Estatutário	Sistema Próprio/INSS	6,69
Minas Novas	Não	Intermediário	Estatutário	Sem Sistema Próprio	7,00
São Gonçalo do Rio Preto	Sim	Baixo	Estatutário	INSS	Entre 8,00 a 9,00
Serro	Sim	Baixo	Estatutário	INSS	8,00
Turmalina	Sim	Intermediário	Estatutário	Sistema Próprio	10,00

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: INSS= Instituto Nacional de Seguridade Social; NR = Não Respondido.

Os gastos com servidores inativos, em comparação com os gastos com a folha de pagamento do pessoal da ativa, variam de um mínimo de 1%, em Diamantina, até o máximo de 10%, em Capelinha e Turmalina e com valores intermediários nos demais municípios. É importante observar que mesmo nos municípios em que a previdência está vinculada ao INSS existem gastos com servidores inativos. Couto de Magalhães de Minas informou que os gastos com inativos atuais referem-se aos servidores que se aposentaram antes da opção pelo Regime Geral da Previdência Social. Os demais municípios não se pronunciaram sobre a questão.

A situação previdenciária dos servidores públicos municipais é tema de grande repercussão, por comprometer, futuramente, a estrutura de gastos dos municípios, sendo importante que os municípios comecem a dar o tratamento adequado à questão.

e) Servidores municipais colocados à disposição de órgãos e entidades estaduais, federais, iniciativa privada e sociedade civil, e servidores estaduais e federais colocados à disposição dos municípios.

Em seu conjunto, os municípios colocam 80 servidores à disposição de órgãos e entidades estaduais, federais e da iniciativa privada e sociedade civil. O órgão que mais absorve servidores municipais é a Polícia Civil, com 21. Em seguida, vem o HEMOMINAS, com 16 (TAB. 2.3).

Capelinha, com 29 e Diamantina, com 26, são os municípios que mais cedem servidores. Por outro lado, com a cessão de somente 1 servidor aparecem Felício dos Santos e São Gonçalo do Rio Preto.

A escolaridade dos servidores cedidos está assim representada: formação superior – 10; 2º grau completo – 46; 2º grau incompleto – 16; 1º grau completo – 3; e 1º grau incompleto – 5. Apesar de não contar com servidores de nível superior em seu quadro efetivo, Capelinha cede 3 servidores com essa escolaridade, sendo 2 para a Secretaria de Estado da Educação (SEE/MG) e 1 para o Fórum (juizado).

Na maioria das vezes, o estado e a União fazem uma série de exigências para que os órgãos e entidades estaduais e federais possam funcionar nos municípios; dentre elas,

a cessão de servidores públicos municipais. É uma prática que deve ser modificada, principalmente em municípios que não têm uma base econômica sólida. O município é o ente federativo que mais presta serviços à comunidade, e não deve assumir responsabilidades dos outros entes federados, especialmente em relação à segurança pública. Cada vez mais, os municípios assumem responsabilidades sem o repasse dos recursos correspondentes para exercê-las.

TABELA2.3

Servidores municipais dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha colocados à disposição de órgãos/entidades estaduais, federais, iniciativa privada e sociedade civil – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	LOTAÇÃO DOS SERV. MUNICIPAIS NOS SERVIÇOS ESTADUAIS, FEDERAIS, INICIATIVA PRIVADA E SOC. CIVIL														Total
	Polícia Civil	IEF	Fórum	Pastoral da criança	IPSEMG	INSS	SEF	SEE	VEM	CESU	HEMOMINAS	EMATER	IMA	Conselho Tutelar	
Capelinha	06	01	07	–	–	02	05	06	–	–	–	01	01	–	29
Couto de Magalhães de Minas	02	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	02
Diamantina	05	–	–	–	–	–	–	01	02	02	16	–	–	–	26
Felício dos Santos	–	–	–	01	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	01
Itamarandiba	03	–	03	–	01	01	–	–	–	–	–	–	–	–	08
Minas Novas	01	01	01	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	03
São Gonçalo do Rio Preto	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	01	–	–	01
Serro	01	01	–	–	–	–	–	–	–	–	–	01	01	02	06
Turmalina	03	01	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	04
TOTAL	21	04	11	01	01	03	05	07	02	02	16	03	02	02	80

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: IEF – Instituto Estadual de Florestas; IPSEMG – Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais; INSS – Instituto Nacional de Previdência Social; SEF – Secretaria de Estado da Fazenda; SEE – Secretaria de Estado da Educação; VEM – Vila Educacional de Meninas; CESU – Centro Social Urbano; HEMOMINAS – Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais; EMATER – Empresa Mineira de Agropecuária e Extensão Rural; IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária.

Em relação aos servidores estaduais e federais colocados à disposição dos municípios, encontra-se a seguinte situação (TAB. 2.4):

TABELA 2.4

Servidores estaduais e federais colocados à disposição dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	ORGÃO DE LOTAÇÃO / SECRETARIAS / DEPARTAMENTOS DOS SERVIDORES ESTADUAIS E FEDERAIS COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DOS MUNICÍPIOS				
	Saúde	Ação social	Educação	SAAE	Total
Capelinha	–	–	–	–	–
Couto de Magalhães de Minas	07	–	–	01	08
Diamantina	04	–	–	–	04
Felício dos Santos	–	–	–	–	–
Itamarandiba	01	–	01	–	02
Minas Novas	–	–	–	–	–
São Gonçalo do Rio Preto	02	–	–	–	02
Serro	10	–	–	–	10
Turmalina	–	01	–	–	01
TOTAL	24	01	01	01	27

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

O Serro, com 10 servidores, e Couto de Magalhães de Minas, com 8, são os municípios que mais recebem servidores cedidos pelo estado e pela União. Turmalina é o município que recebe menos, apenas 1. As informações repassadas não permitem determinar a origem e a quantidade dos servidores cedidos.

Os servidores cedidos apresentam a seguinte escolaridade: 4 com curso superior; 18 com 2º grau completo; 3 com 2º grau incompleto; e 2 com 1º grau completo.

O maior número de servidores cedidos está nas secretarias municipais de Saúde.

f) Processos de aquisição de material e de contratação de obras e serviços e modalidade de licitação mais utilizada

Felício dos Santos, São Gonçalo do Rio Preto e o Serro mantêm o procedimento de aquisição de materiais e de contratação de obras e serviços centralizados nas secretarias de Administração, inclusive no caso daquelas que dispõem de fundos específicos. Do mesmo modo, Couto de Magalhães de Minas e Diamantina aplicam os mesmos procedimentos, só que centralizados nas secretarias de Governo e Geral, respectivamente (QUADRO 2.4).

QUADRO 2.4

Processos mais utilizados na aquisição de material e na contratação de obras e serviços nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	PROCESSOS MAIS UTILIZADOS
Capelinha	B e D
Couto de Magalhães de Minas	F
Diamantina	F
Felício dos Santos	A
Itamarandiba	B
Minas Novas	B e D
São Gonçalo do Rio Preto	A
Serro	A
Turmalina	B e D

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: A) Centralizados na Secretaria de Administração; B) Centralizados na Secretaria de Administração com participação de outras secretarias interessadas; C) As secretarias que dispõem de fundos realizam suas compras e contratações sem a participação da Secretaria de Administração; D) As secretarias que dispõem de fundos realizam suas compras e contratações através da Secretaria da Administração; E) A Secretaria de Obras contrata diretamente sem a participação da Secretaria de Administração e F) Outra forma.

Itamarandiba realiza o procedimento centralizado na Secretaria de Administração, mas com a participação de outras secretarias interessadas (B). Ou seja, é o mesmo procedimento adotado por Capelinha, Minas Novas e Turmalina, que indicaram as respostas (B) e (D) para os seus procedimentos.

Apesar de existirem respostas variadas sobre a questão, todos os municípios centralizam os processos de aquisição de material e de contratação de obras e serviços na Secretaria de Administração.

Couto de Magalhães de Minas anotou uma observação geral sobre a modalidade de licitação mais utilizada nos processos de aquisição de mercadorias, de realização de obras e de contratação de serviços de terceiros: “Sempre convite. Só para a aquisição de combustível foi realizada tomada de preços”. Na mesma direção, Diamantina resumiu: “Maioria só convite”. Itamarandiba ressaltou: “Tudo irá depender do valor limite”. E Minas Novas destacou: “Até R\$ 8.000,00 o processo é realizado por dispensa; acima deste valor, por carta convite”. (QUADRO 2.5) Portanto, pode-se concluir que a opção pela modalidade escolhida gira sempre, ou na maioria dos casos, em torno do valor da futura contratação, desconsiderando outros fatores, como: parâmetros fixados pela própria lei e aspectos administrativos, econômico-financeiros, jurídicos, etc. Em relação ao aspecto econômico-financeiro, por exemplo, deve-se considerar o impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal nas licitações, especialmente os incisos I e II do art. 16 (principalmente despesas de capital), que preceituam:

Artigo 16 – A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesas será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II – declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

QUADRO 2.5

Modalidade de licitação mais utilizada nos processos de aquisição de mercadorias e obras e contratação de serviços de terceiros nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	AQUISIÇÕES		CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS E DE PROJETOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA	EXECUÇÃO DE OBRAS
	Material de Consumo	Material Permanente		
Capelinha	Dispensa	Tomada de Preços	Convite	Concorrência
Couto de Magalhães de Minas	NR	NR	NR	NR
Diamantina	NR	NR	NR	NR
Felício dos Santos	Tomada de Preços	Convite	Convite	Convite
Itamarandiba	Convite	Convite	Tomada de preços	Convite
Minas Novas	Convite	Convite	Convite	Tomada de preços
São Gonçalo do Rio Preto	Convite	Convite	Inexigibilidade	Convite
Serro	Convite	Convite	Convite	Convite
Turmalina	Convite	Convite	Convite	Convite

Fonte: Prefeituras Municipais
 Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)
 Nota: NR = Não Respondido

g) Situação atual da informatização municipal

As informações levantadas permitem elucidar as condições atuais do processo de informatização dos municípios, discutindo-se as necessidades de aquisição de equipamentos, os procedimentos informatizados e as condições de utilização da Internet pelos municípios (QUADRO 2.6).

No que se refere à aquisição de novos equipamentos de informática, tem-se:

- Couto de Magalhães de Minas, Felício dos Santos e Turmalina consideram dispensável, pois os equipamentos disponíveis atendem às necessidades;
- Capelinha, Minas Novas, Serro e São Gonçalo do Rio Preto registra carências nas áreas de contabilidade, tributos, tesouraria, pessoal e patrimônio.
- Itamarandiba acusa a necessidade de rede com servidor e de computadores;
- Diamantina aponta insuficiência de equipamentos, sem apontar a demanda.

QUADRO 2.6

Situação atual da informatização dos municípios – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	EQUIPAMENTOS DISPONÍVEIS ATENDEM AS NECESSIDADES		QUAL É A NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO	PROCEDIMENTOS INFORMATIZADOS		INTERNET		
	SIM	NÃO		ATIVIDADES-MEIO	ATIVIDADES-FIM	EXISTE	PROVEDOR LOCAL	INTERURBANO
Capelinha		X	14	IPTU, Folha de pagamento, patrimônio e contabilidade	Saúde e Educação	Sim	Sim	Não
Couto de Magalhães de Minas	X			Patrimônio, Contabilidade e Arrecadação	Saúde e Educação	Sim	Não	Sim
Diamantina		X	NR	Folha de pagamento, expedições de certidões, declarações, material e almoxarifado e	As bases de todas as secretarias estão informatizadas	Sim	Sim	Não
Felício dos Santos	X			Secretaria da Fazenda – finanças, licitação	Ação Social	Sim	Não	Sim
Itamarandiba		X	8 e rede c/ servidor	Contabilidade e gestão financeira	NR	Sim	Não	Sim
Minas Novas		X	10	Folha de pagamento, tributação, Cadastro de fornecedores, Inventário Patrimonial e Contabilidade	Saúde e atendimento	Sim	Sim	Não
São Gonçalo do Rio Preto		X	5	Contabilidade, tributos, tesouraria, pessoal e patrimônio	Saúde e Educação	Sim	Não	Sim
Serro		X	4	Serviços de lançamento, tesouraria, contabilidade, licitação e arrecadação de impostos	Saúde e Educação	Sim	Sim	Não
Turmalina	X			Folha de pagamento, cadastro imobiliário, dívida ativa e IPTU	Saúde e Educação	Sim	Não	Sim

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: NR – Não Respondido. IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano.

A maior parte dos procedimentos informatizados concentra-se nas atividades-meio. Nenhum está relacionado com a articulação cidadão e Administração Pública municipal. Excetuando-se Itamarandiba, que não tem nenhum procedimento informatizado nas atividades-fim ou de informatização mais recente, os demais municípios contemplam tais procedimentos, em maior escala na área de Saúde, vinculados à existência do sistema de informações do Sistema Único de Saúde (SUS), vindo em seguida as áreas de Educação e de Ação Social. O processo de informatização em Diamantina é mais recente, não havendo ainda especificação de procedimentos informatizados de atividades-fim.

A internet está instalada em todos os municípios. Existe provedor local em Capelinha, Diamantina (2), Minas Novas e Serro. Couto de Magalhães de Minas, Felício dos Santos, Itamarandiba, São Gonçalo do Rio Preto e Turmalina não têm provedor local e pagam ligações interurbanas para o acesso.

h) Principais problemas da Administração Pública municipal

Nenhum município informou sobre as ações deflagradas para solucionar os principais problemas das administrações municipais (QUADRO 2.7). Capelinha, além de referir-se ao grande número de servidores, salienta que as contratações servem para resolver um problema social decorrente do desemprego. Cita, também, que em época de chuva é preciso refazer a infra-estrutura.

QUADRO 2.7

Principais problemas da Administração pública municipal nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	PRINCIPAIS PROBLEMAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Capelinha	Número alto de funcionários, infra-estrutura, habitação, desemprego.
Couto de Magalhães de Minas	Assistencialismo, em decorrência das carências da população.
Diamantina	Falta de recursos e situação funcionais dos servidores
Felício dos Santos	Arrecadação pequena; falta de recursos.
Itamarandiba	Recursos limitados; necessidade de capacitação de pessoal.
Minas Novas	Saneamento básico, educação e zona rural: transporte, estradas e saneamento.
São Gonçalo do Rio Preto	Arrecadação em queda, aumento constante da despesa.
Serro	Escassez de recursos, falta de qualificação de pessoal e de cursos específicos para treinamento.
Turmalina	Saneamento básico no perímetro urbano.

Fonte: Prefeituras Municipais
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Em Itamarandiba, a capacitação de pessoal está associada ao investimento na área de Educação e não há investimentos no quadro dos servidores efetivos da prefeitura.

Minas Novas destacou as dificuldades relacionadas ao atendimento da população da zona rural, que representa 70% do total, especialmente quanto a transporte, estradas e saneamento.

São Gonçalo do Rio Preto observou que “todas as contas estão em dia, inclusive o pagamento de funcionários”.

A estrutura administrativa dos municípios revela tendência para o setor primário da economia e não reflete uma orientação adequada para o desenvolvimento do turismo.

A realização de concurso público não foi suficiente para regularizar o quadro de servidores municipais. Em alguns municípios, o número de servidores contratados por prazo determinado é superior ao de servidores do quadro efetivo.

Além de proceder à normalização do quadro de servidores, é necessário reestruturar ou implantar os planos de carreiras e vencimentos. Quanto à escolaridade, denota-se que a maior parte dos servidores, tanto efetivos como contratados, concentra-se no primeiro e no segundo grau completo.

Os servidores com grau superior de escolaridade (efetivos e contratados) concentram-se em maior número, nas áreas de Educação e Saúde. Observa-se, também, que faltam servidores com instrução superior para o desenvolvimento das demais atividades-fim dos municípios.

A cessão e a absorção de servidores para e por ente estadual e federal devem ser reavaliadas, levando-se em conta os custos incorridos e a importância daquele serviço para a população local.

A questão previdenciária deve ser revista, de forma a legalizar a situação existente e, se possível, a diminuir o comprometimento das receitas municipais, evitando possíveis restrições orçamentárias no futuro.

Os processos de aquisição de material e contratação de serviços encontram-se centralizados. Observa-se um certo descaso com o controle patrimonial, evidenciando a necessidade de identificação e cadastramento dos bens municipais.

A utilização da tecnologia informacional está limitada à operacionalização de serviços (tarefas) específicos e aos usos tradicionais da tecnologia, iniciando-se o processo de informatização das atividades-meio. Na informatização das atividades-fim, dá-se ênfase às áreas de Saúde e Educação. Inexiste planejamento ou uma política sobre a questão da demanda por equipamentos e programas.

2.2 Finanças municipais

A análise aqui desenvolvida busca demonstrar as condições atuais dos processos de arrecadação dos impostos próprios; a operacionalização da dívida ativa; a forma de elaboração dos instrumentos orçamentários; as articulações internas e externas, inclusive do órgão de controle interno, e os possíveis conflitos fiscais; a repercussão da implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal nos municípios; e a forma de fiscalização adotada.

Em relação à atualização do Código Tributário apurou-se a seguinte situação:

- Diamantina realizou apenas de forma parcial;
- Capelinha fez a última em 1993;
- Felício dos Santos, em 1990;
- Turmalina, em 1992;
- Minas Novas, em 2001;
- Itamarandiba em 1994, mas há a ressalva de ter sido mal formulado;

- São Gonçalo do Rio Preto, em 1990, tendo incorporado emendas incluídas em 1998.
- Serro, em 1990, especialmente no que diz respeito ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e;
- Couto de Magalhães de Minas contratou uma empresa para fazê-la. Esse município realiza seu processo tributário com Código de 1964, não incorporando, portanto, as modificações introduzidas pela Constituição Federal de 1998.

a) Situação da base de dados e operacionalização do processo de arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)

Todos os municípios encaminham as guias de arrecadação do IPTU aos proprietários de imóveis. O pagamento do imposto é regular e a forma de arrecadação é diversificada. Capelinha, Minas Novas e Turmalina adotam o parcelamento durante todo o exercício fiscal. Em Diamantina, o imposto é arrecadado no meio do ano e parcelado nos demais meses do exercício fiscal. Couto de Magalhães de Minas arrecada o imposto em novembro de cada ano, justificando que o valor cobrado é muito baixo e que todo proprietário de imóvel paga o imposto correspondente ao valor de um lote. São Gonçalo do Rio Preto e Itamarandiba promovem a arrecadação no início do exercício fiscal, sendo que o valor máximo do IPTU fixado no Código Tributário e cobrado em Itamarandiba é de R\$ 54,00. No município do Serro, o imposto é arrecadado nos últimos meses do ano (QUADRO 2.8).

Capelinha e Couto de Magalhães de Minas não procederam à atualização da planta de valores nos últimos anos. A última atualização em Diamantina ocorreu em 1984, mas houve uma atualização, por decreto, do valor venal dos imóveis transferidos a partir do exercício de 2003. Felício dos Santos procedeu à última atualização da planta de valores no exercício fiscal de 2002, mas ressalva que a base de cálculo está defasada em relação à unidade fiscal municipal. É importante esclarecer que as unidades monetárias fiscais foram extintas desde a implantação do Plano Real. Em Itamarandiba, que corrige os valores dos imóveis por índices de inflação, a base de dados é unicamente uma tabela de imóveis por rua. A planta de valores de Minas Novas, atualizada em 2003, aplica depreciação para definir o valor do imóvel.

São Gonçalo do Rio Preto atualizou a planta de valores em 12 de julho de 2002, adotando o critério de pesquisa de mercado, mas os preços corrigidos dos imóveis ficaram bem abaixo dos preços do mercado local. A planta de valores de Serro é corrigida anualmente pelos índices de inflação. O processo de atualização da planta de valores de Turmalina encontra-se em andamento, e serão aplicados os índices de inflação para proceder à correção.

QUADRO 2.8

Situação do Código Tributário municipal, operacionalização do processo de arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e situação atual da base de dados do imposto nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	PROCESSO DE ARRECADAÇÃO DO IPTU		PLANTA DE VALORES			
	Guia	Forma de pagamento	Data última avaliação da planta de valores	Critério adotado		
				Inflação	Preço de mercado	Outro
Capelinha	Encaminhada aos proprietários	Parcelado no exercício fiscal	Não foi atualizada nos últimos anos			X
Couto de Magalhães de Minas	Encaminhada aos proprietários	Em novembro de cada ano	Não foi atualizada nos últimos anos	NR	NR	NR
Diamantina	Encaminhada aos proprietários	No meio do ano e parcelado no exercício fiscal	1984			X
Felício dos Santos	Encaminhada aos proprietários	NR	31/12/2002			X
Itamarandiba	Encaminhada aos proprietários	No início do exercício fiscal	Não existe planta de valores	X		
Minas Novas	Encaminhada aos proprietários	Parcelado no exercício fiscal	10/04/2003			X
São Gonçalo do Rio Preto	Encaminhada aos proprietários	No início do ano e parcelado no exercício fiscal	12/07/2002		X	
Serro	Encaminhada aos proprietários	Parcelado nos últimos meses do ano	É realizada anualmente	X		
Turmalina	Encaminhada aos proprietários	Parcelado no exercício fiscal	Em andamento	X		

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: NR = Não Respondido; IPTU = Imposto Predial e Territorial Urbano.

b) Operacionalização do processo de arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e situação atual da base de dados

Capelinha, Couto de Magalhães de Minas, Diamantina, Felício dos Santos e Serro encaminham as guias aos prestadores de serviços para pagamento, sendo que em Felício dos Santos o pagamento do imposto é na própria prefeitura. Em Itamarandiba, São Gonçalo do Rio Preto e Turmalina, os contribuintes pegam as guias e pagam diretamente nas prefeituras. Em Minas Novas, pega-se a guia na prefeitura, para pagamento na rede bancária.

A arrecadação do ISSQN é regular em Turmalina, Minas Novas, Diamantina e Couto de Magalhães de Minas, que arrecadam somente de pessoas jurídicas. Felício dos Santos e São Gonçalo do Rio Preto apresentam arrecadação irregular. As administrações municipais de Capelinha e Felício dos Santos só atuam quando demandadas pelos contribuintes. Ou seja, os cálculos dos impostos são elaborados à medida que os prestadores de serviços levam o bloco de notas fiscais à prefeitura.

O Cadastro das Atividades Econômicas está atualizado unicamente nos municípios de Diamantina, onde é realizado no início do ano, e em Minas Novas, com a última atualização ocorrida em abril de 2003. Nos demais municípios, esse cadastro encontra-se desatualizado.

O Cadastro dos Prestadores de Serviços está atualizado em cinco municípios: Capelinha, Diamantina (80%), Minas Novas, São Gonçalo do Rio Preto e Turmalina (em andamento). Em Couto de Magalhães de Minas (em processo de atualização), Felício dos Santos, Itamarandiba e Serro, o cadastro encontra-se desatualizado (QUADRO 2.9).

QUADRO 2.9

Operacionalização do processo de arrecadação e situação atual da base de dados do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	PROCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ISSQN		MANTÉM ATUALIZADO CADASTRO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS		MANTÉM CADASTRO DE PRESTADORES DE SERVIÇO ATUALIZADO	
	Guia	Regular/ Irregular	Sim	Não	Sim	Não
Capelinha	Encaminhada aos prestadores de serviço.	NR		X	X	
Couto de Magalhães de Minas	Encaminhada aos prestadores de serviço.	REGULAR		X		X
Diamantina	Encaminhada aos prestadores de serviço.	REGULAR	X		X	
Felício dos Santos	Encaminhada aos prestadores de serviço que pagam na Prefeitura.	IRREGULAR		X		X
Itamarandiba	Pegam e pagam direto na Prefeitura.	NR		X		X
Minas Novas	Pegam na Prefeitura e pagam em banco.	REGULAR	X		X	
São Gonçalo do Rio Preto	Pegam e pagam diretamente na Prefeitura.	IRREGULAR		X	X	
Serro	Encaminhadas aos prestadores de serviço.	NR		X		X
Turmalina	Pegam e pagam direto na Prefeitura.	REGULAR		X	X	

Fonte: Prefeituras Municipais
 Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)
 Nota: NR = Não Respondido

c) Operacionalização do processo de arrecadação do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis Inter vivos (ITBI) e situação atual da base de dados

Sete dos nove municípios fazem (QUADRO 2.10), o cálculo do imposto com base em valores de imóveis estimados pelo próprio município, utilizando o mesmo banco de dados que serve para cobrança do IPTU, que, na maioria dos casos, conforme já salientado, encontra-se desatualizado para servir de parâmetro para cálculos de impostos.

Felício dos Santos e Minas Novas arrecadam ITBI pelos valores declarados nas escrituras apresentadas pelos proprietários; isto é, a informação parte do particular, devido à falta de uma base de dados das administrações municipais.

QUADRO 2.10

Operacionalização do processo de arrecadação do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis Intervivos (ITBI) e da Contribuição de Melhoria e situação da base de dados nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	ITBI		CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	
	Processo de Arrecadação/ Cálculo do Tributo		Arrecadação	
	Base em valores estimados	Base no valor declarado em escritura (proprietário)	Sim	Não
Capelinha	X			X
Couto de Magalhães de Minas	X			X
Diamantina	X			X
Felício dos Santos		X		X
Itamarandiba	X			X
Minas Novas		X		X
São Gonçalo do Rio Preto	X			X
Serro	X			X
Turmalina	X			X

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis.

d) Arrecadação de taxas, tarifas e preços públicos.

Não são cobradas tarifas pela prestação de serviços preços públicos.³ A arrecadação de taxas apresenta situações bem distintas em cada um dos municípios.

Em Itamarandiba, não se cobram esses tipos de tributos na sede ou nos distritos. São Gonçalo do Rio Preto arrecada unicamente na sede a taxa de água e esgoto. Capelinha aplica cobrança da taxa de expediente e de iluminação pública na sede e no distrito. Diamantina executa a cobrança de taxa de limpeza pública, de expediente,

³ Com exceção das tarifas cobradas pela COPASA, nos municípios em que a empresa dispõe de concessão.

de iluminação pública, de prestação de serviços, de localização e funcionamento de comércio e de ocupação de logradouro público na sede e taxa de água nos distritos. Minas Novas realiza a cobrança da taxa de expediente, alvarás, publicidade comercial, fiscalização sanitária e utilização de área de domínio público na sede e nos distritos.

Couto de Magalhães de Minas, Felício dos Santos, Serro e Turmalina cobram na sede as taxas de limpeza urbana, de expediente e de iluminação pública. Nos distritos, Couto de Magalhães de Minas só cobra a taxa de iluminação pública. Felício dos Santos e Turmalina nada cobram. Serro cobra a taxa de licença para comércio e a taxa de esgoto junto com a cobrança do IPTU.

e) Operacionalização da cobrança e comparação da dívida ativa em relação à receita tributária anual, outras fontes de receitas.

A cobrança da dívida ativa é realizada com regularidade em sete municípios: Capelinha, Couto de Magalhães de Minas, Diamantina, Felício dos Santos, Minas Novas, São Gonçalo do Rio Preto e Turmalina. Em Itamarandiba e no Serro, a cobrança é irregular (QUADRO 2.11).

Capelinha e Diamantina percorrem as vias administrativa e judicial de cobrança. Couto de Magalhães de Minas, Minas Novas, São Gonçalo do Rio Preto e Turmalina utilizam apenas a via administrativa. Em relação aos meios utilizados para execução da cobrança, três municípios não responderam: Felício dos Santos, Itamarandiba e Serro.

Os resultados alcançados pela cobrança via administrativa e judicial da dívida ativa são variáveis e se apresentam da seguinte forma: Capelinha ainda não conseguiu mensurar os resultados alcançados, porém a administração atual continuará a cobrar; Couto de Magalhães de Minas, que iniciou a cobrança a partir de 2001, está realizando uma intensa cobrança por via administrativa e está obtendo aumento de arrecadação; Diamantina considera negativo o resultado da cobrança via judicial, alegando a morosidade da Justiça; em Felício dos Santos, os resultados obtidos são insatisfatórios, ocorrendo pequeno retorno das cobranças; Minas Novas obtém retorno de 10,89% em relação aos valores inscritos em dívida ativa; e São Gonçalo do Rio Preto, de 30%, o que considera razoável.

QUADRO 2.11

Operacionalização da cobrança e comparação da dívida ativa em relação à receita tributária anual dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA						
	Regularidade da cobrança		Meios utilizados		Resultados obtidos	Valor da dívida em mil R\$	% em relação ao valor da dívida
	Sim	Não	Administrativo	Judicial			
Capelinha	X		X	X	Em pesquisa	180	40
Couto de Magalhães de Minas	X		X		Aumento da arrecadação	30	20
Diamantina	X		X	X	Negativo	3.820	20
Felício dos Santos	X		NR	NR	Baixo retorno	NR	NR
Itamarandiba		X	NR	NR	NR	50	15
Minas Novas	X		X		10,89%	131	45,26
São Gonçalo do Rio Preto	X		X		Retorno de 30%	15	< 1
Serro		X	NR	NR	NR	437	119
Turmalina	X		X		NR	137	33

Fonte: Prefeituras Municipais
 Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)
 Nota: NR = Não Respondido

f) Operacionalização e elaboração dos instrumentos orçamentários e as articulações internas e externas, inclusive do órgão colegiado de política urbana.

Os instrumentos orçamentários: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei do Orçamento Anual (LOA) são elaborados sob a coordenação das secretarias de Fazenda, excetuando-se Diamantina, em que a coordenação é da Secretaria Geral. Em todos os municípios, as demais secretarias municipais participam do processo de elaboração dos instrumentos orçamentários, menos em Turmalina. A participação da sociedade civil acontece somente em Couto de Magalhães de Minas e São Gonçalo do Rio Preto. Em Couto de Magalhães de Minas há uma convocação pela rádio local para a participação da população quando da votação na Câmara de Vereadores. São Gonçalo do Rio Preto promove audiência pública quando da elaboração do PPA (QUADRO 2.12).

QUADRO 2.12

Operacionalização dos instrumentos orçamentários plano plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei do Orçamento Anual nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIOS	ELABORADOS COM A COORDENAÇÃO DA	PARTICIPAÇÃO			
		Demais secretarias		Sociedade civil	
		Sim	Não	Sim	Não
Capelinha	NR	X			X
Couto de Magalhães de Minas	Secretaria Geral	X		X	
Diamantina	Secretaria da Fazenda	X		NR	NR
Felício dos Santos	Secretaria da Fazenda	X			X
Itamarandiba	Secretaria da Fazenda	X		SIM	
Minas Novas	Secretaria da Fazenda	X			X
São Gonçalo do Rio Preto	Secretaria da Fazenda	X		X	
Serro	Secretaria da Fazenda	X		NR	NR
Turmalina	NR		X		X

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: NR = Não Respondido

g) Explicitação da existência de problemas comuns, conflitos fiscais e articulações dos órgãos municipais de finanças com órgãos e entidades estaduais e federais.

Somente Diamantina, Felício dos Santos e São Gonçalo do Rio Preto indicaram a existência de “problemas comuns” com outros municípios.⁴ Diamantina articula-se com os municípios de Curvelo, Itamarandiba e Belo Horizonte para troca de idéias sobre legislações municipais, estaduais e federais relativas a impostos e taxas.

Turmalina indica conflito fiscal com os municípios de Buritis, Minas Novas e Berilo em relação ao ISSQN (QUADRO 2.13).

⁴ Felício dos Santos apresenta problemas de comercialização do urucum com o município de Rio Vermelho, onde este produto é vendido a R\$0,40, menos da metade do preço de R\$1,00 cobrado em Felício dos Santos.

QUADRO 2.13

Articulações para a solução de problemas comuns, conflitos fiscais com municípios e articulações com órgãos, e entidades estaduais e federais nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	OUTROS MUNICÍPIOS		ÓRGÃOS/ ENTIDADES ESTADUAIS	ÓRGÃOS/ ENTIDADES FEDERAIS
	Problemas comuns	Conflitos fiscais		
Capelinha	Não	Não	Sim	Não
Couto de Magalhães de Minas	Não	Não	Sim	Não
Diamantina	Sim	Não	Não	Não
Felício dos Santos	Não	Não	Sim	Sim
Itamarandiba	Não	Não	Não	Não
Minas Novas	Não	Não	Sim	Sim
São Gonçalo do Rio Preto	Sim	Não	Não	Sim
Serro	Não	Não	Sim	Não
Turmalina	Não	Sim	Sim	Sim

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

As articulações dos órgãos municipais de Fazenda com órgãos e entidades estaduais e federais estão vinculadas diretamente às atividades desenvolvidas, ou seja, à área de Finanças. Na Administração estadual, a articulação mais intensa acontece com a Secretaria de Estado da Fazenda, visando a informações para o acompanhamento do Valor Adicionado Fiscal (VAF). Com a União, as articulações mais frequentes ocorrem com o Ministério de Educação, compreendendo o acompanhamento de liberações de recursos da merenda escolar. Mesmo as articulações realizadas com outros órgãos e entidades envolvem unicamente questões financeiras, tais como repasses de recursos, prestações de contas, questionamentos sobre legislação e esclarecimento de dúvidas.

h) Operacionalização do acompanhamento e resultados alcançados do Valor Adicionado Fiscal (VAF)

Todos os municípios fazem o acompanhamento da apuração do Valor Adicionado Fiscal (VAF) utilizando pessoal próprio. A exceção fica por conta do município do Serro, que, além de pessoal próprio, mantém contrato com empresa para prestar assistência na apuração do valor adicionado municipal. A maioria dos resultados alcançados ficou muito aquém das necessidades de receitas adicionais (QUADRO

2.14). O reflexo do resultado do acompanhamento do VAF só pode ser observado após dois anos, conforme metodologia de incorporação contida na legislação. Muitas vezes, os resultados do trabalho de gestão somente irão aparecer na gestão seguinte. Assim, o trabalho de acompanhamento do VAF deve ser permanente. Outros fatores devem ser considerados: de um lado, as pequenas bases econômicas dos municípios, centradas basicamente no setor primário; de outro, a estagnação, de longa data, da economia brasileira.

QUADRO 2.14

Operacionalização do acompanhamento e resultados alcançados do Valor Adicionado Fiscal (VAF) dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIOS	VALOR ADICIONADO FISCAL (VAF)				RESULTADOS ALCANÇADOS
	Acompanha		De que forma		
	Sim	Não	Empresa contratada	Pessoal próprio	
Capelinha	X			X	Satisfatórios.
Couto de Magalhães de Minas	X			X	Está no início de acompanhamento.
Diamantina	X			X	Não alcançou os resultados esperados.
Felício dos Santos	X			X	Satisfatórios.
Itamarandiba	X			X	Crescimento no início e estabilidade nos dois últimos anos.
Minas Novas	X			X	Decréscimo do exercício de 2002.
São Gonçalo do Rio Preto	X			X	Fracos resultados.
Serro	X		X	X	Fracos resultados.
Turmalina	X			X	Resultado mínimo.

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

i) Situação do órgão de controle interno e suas articulações

O órgão de controle interno, com denominações e composições variadas, encontra-se em funcionamento em todos os municípios (QUADRO 2.15).

A maior parte dos órgãos de controle interno apresenta somente um membro em sua composição. No caso de Diamantina, o membro da comissão é remunerado. Em Couto de Magalhães de Minas, Serro e São Gonçalo do Rio Preto, o órgão de controle interno é composto por três membros. Acrescente-se que em São Gonçalo do Rio Preto há, também, três membros suplentes. Itamarandiba apresenta quatro membros em seu órgão de controle.

A subordinação dos órgãos de controle interno é variada: São Gonçalo do Rio Preto não indicou a subordinação; em Capelinha e Felício dos Santos, o órgão está subordinado ao prefeito municipal; em Diamantina, Itamarandiba, Minas Novas, Serro e Turmalina, a subordinação dá-se em relação ao órgão de finanças; e o município de Couto de Magalhães de Minas mantém o órgão de controle interno subordinado a um consultor contratado.

QUADRO 2.15

Operacionalização e articulação do órgão de controle interno nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIOS	ÓRGÃO ORGANIZADO		COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO	SUBORDINAÇÃO	ARTICULAÇÕES	
	Sim	Não			Órgãos e entidades municipais	Tribunal de Contas
Capelinha	X		Um membro	Prefeito	Insatisfatória	Legal
Couto de Magalhães de Minas	X		Três membros	Consultor	Sem conflito	Legal
Diamantina	X		Um membro	Secretaria de Finanças	Bom e bem aceito	Legal
Felício dos Santos	X		Um membro	Prefeito	Insatisfatória	Legal
Itamarandiba	X		Quatro membros	Secretário	Satisfatória	Legal
Minas Novas	X		Um membro	Secretaria de Finanças	Satisfatória	Legal
São Gonçalo do Rio Preto	X		Três membros efetivos e três suplentes	Independente	Satisfatória	Legal
Serro	X		Três membros	Secretaria de Administração	Em avaliação	Legal
Turmalina	X		Um membro	Fazenda e Economia Departamento de Administração e Finanças	Obras, Transportes, Saúde e Educação	Legal

Fonte: Prefeituras Municipais
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

As articulações dos órgãos de controle interno com outros órgãos e entidades municipais apresentam diversas situações: são satisfatórias em Itamarandiba, Minas Novas e São Gonçalo do Rio Preto; estão em avaliação no Serro; em Turmalina, ocorrem de modo proveitoso com os departamentos de Obras, Transportes, Saúde e Educação; Diamantina considera bom e bem aceito o trabalho de seu órgão de controle interno; em Couto de Magalhães de Minas, ocorrem sem conflitos; e em Capelinha e Felício dos Santos, são consideradas insatisfatórias. Capelinha argumenta que há acúmulo de funções do órgão. Em Felício dos Santos, defende-se que os trabalhos executados pelo órgão de controle interno são técnicos, sendo necessário maior preparo e estudo do membro responsável pelo órgão. É importante destacar que a função de um órgão de controle interno é sempre questionar o trabalho realizado em outras secretarias ou departamentos. Portanto, sempre haverá questionamentos e divergências quanto ao trabalho executado pelo controle interno. Deste modo, não há necessidade de perfeito entrosamento nas articulações, mas deve-se exigir profissionalismo nas relações.

As articulações dos órgãos de controle interno com o Tribunal de Contas do Estado (TCE) estão relacionadas ao envio das prestações de contas anuais. São, portanto, de caráter apenas formal e legal.

j) Estrutura e funcionamento da fiscalização tributária

As atividades mais fiscalizadas relacionam-se à concessão de alvarás e à arrecadação do ISSQN e do IPTU (QUADRO 2.16).

QUADRO 2.16

Estrutura e funcionamento da fiscalização tributária nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	Nº DE FISCAIS	SITUAÇÃO FUNCIONAL		ATIVIDADES FISCALIZADAS		
		Efetivo	Contratado	Alvarás	ISS	IPTU
Capelinha	NR	NR	NR	X	X	X
Couto de Magalhães de Minas	Um fiscal	NR	NR	NR	NR	NR
Diamantina	Três fiscais	NR	NR	NR	X	X
Felício dos Santos	NR	NR	NR	NR	NR	NR
Itamarandiba	Não tem					
Minas Novas	Dois fiscais	NR	NR	NR	NR	NR
São Gonçalo do Rio Preto	Um fiscal	NR	NR	NR	NR	NR
Serro	Não tem					
Turmalina	Dois fiscais	NR	NR	NR	NR	NR

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: NR = Não Respondido

A quantidade de fiscais encarregados da fiscalização nos municípios é insuficiente. Há, inclusive, municípios que não têm fiscal na sua estrutura de fiscalização, como em Itamarandiba e Serro.⁵ Capelinha e Felício dos Santos não responderam a esta questão. Couto de Magalhães de Minas e São Gonçalo do Rio Preto contam com apenas um fiscal, sendo que neste último o fiscal promove tanto a fiscalização de obras quanto a de tributos. Minas Novas e Turmalina contam com dois fiscais em seus quadros de fiscalização. Minas Novas, além dos dois fiscais tributários, conta com um encarregado geral de tributação. Em Turmalina, existe um fiscal de posturas e um fiscal de arrecadação. Diamantina é o único município que realmente tem uma estrutura de fiscalização adequada, por contar em seus quadros com uma diretora, três servidores de apoio e três fiscais atuando na sede do município.

l) Repercussão da implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal

É importante apresentar as colocações de cada município, com as suas próprias palavras, sobre a repercussão da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF):

⁵ A estrutura de fiscalização tributária nos municípios pode estar relacionada com a pequena base de arrecadação dos tributos municipais.

- **Capelinha:** “Maior transparência, e a comunidade participa da administração porque tem acesso aos relatórios via Internet”.
- **Couto de Magalhães de Minas:** “As finanças estão dentro dos parâmetros”.
- **Diamantina:** “A repercussão é boa. As administrações anterior e atual sempre trabalharam dentro dos princípios da lei e tiveram de fazer poucas adaptações”.
- **Felício dos Santos:** “Existe um respeito e medo pela queda da arrecadação (receita e fundos) com os compromissos a pagar”.
- **Itamarandiba:** “Eliminou a ação 'assistencialista' da Prefeitura. Hoje não se pode mais dar coisas”.
- **Minas Novas:** “Devido à carência de recursos humanos qualificados, tivemos dificuldades para essa adequação no início, porém agora estamos conseguindo realizar todos os procedimentos de acordo com a LRF”.
- **São Gonçalo do Rio Preto:** “Grande. Muito mais comprometimento administrativo”.
- **Serro:** “Afeta pouca coisa, exceto as limitações e controle de gastos com pessoal. O município possui grande número de servidores”.
- **Turmalina:** “De forma positiva, consolidou e justificou o modelo utilizado pela Administração Pública Municipal”.

Apesar das respostas apresentadas sobre a repercussão da Lei de Responsabilidade Fiscal serem positivas; os municípios, ainda não colocaram em prática a maior parte das exigências contidas na lei.

As legislações tributárias encontram-se desatualizadas e não compreendem o universo legal das necessidades exigidas para a operacionalização da arrecadação dos impostos e taxas municipais de forma eficiente e eficaz.

O processo de arrecadação compreende todos os impostos e a maioria das taxas e tarifas municipais. Não abrange a totalidade da área geográfica municipal, concentrando-se na sede, não alcançando os distritos.

Os bancos de dados, base da arrecadação, estão desatualizados, deixando de incluir a totalidade das propriedades e do movimento econômico dos serviços, sujeitos a tributação. Não existem procedimentos articulados para a atualização de cadastros, os

quais não se relacionam entre si, ocasionando reflexos negativos na arrecadação municipal.

A inadequação dos registros impossibilita acompanhar de forma satisfatória a cobrança dos tributos e o registro efetivo da dívida ativa.

Faz-se o acompanhamento permanente do VAF, em conjunto com os órgãos estaduais, mas a repercussão é pequena. Pode-se salientar que a base econômica centrada no setor primário da economia e a estagnação desta nos últimos anos constituem o motivo do não crescimento do repasse de recursos do VAF.

Existe uma fiscalização básica, exercida com ênfase nas sedes dos municípios. Na maioria dos municípios, o número de fiscais é insuficiente para atender à demanda. Além disso, não se conta com pessoal de apoio com conhecimento específico da área tributária.

O processo de elaboração dos instrumentos orçamentários é o tradicional, centralizado na área de Finanças e com a mínima participação de outras secretarias municipais.

Inexistem articulações intermunicipais para a resolução de problemas comuns. As articulações internas do órgão de controle interno são as normais do processo de trabalho. Com o Tribunal de Contas do Estado, acontecem quando da prestação de contas anual; portanto, articulações legais e formais.

2.3 Planejamento urbano e infra-estrutura de obras e serviços

2.3.1 Institucionalização da política urbana nos municípios

Para a avaliação da institucionalização da política urbana nos municípios, foram observados os aspectos relativos à existência e atualidade da legislação urbana; à

implementação da política urbana conforme os dispositivos da legislação federal e das ações de controle urbanístico; à situação dos instrumentos de gestão urbana, como os cadastros imobiliários e fiscais. Além desses aspectos, foram identificadas as demandas das atuais administrações municipais por diretrizes e regulamentações físico-territoriais e suas percepções sobre os principais problemas urbanos em seus municípios.

Nenhum dos municípios discutiu a implantação do *Estatuto da Cidade*⁶. Apenas Diamantina dispõe de *Plano Diretor*, aprovado em 1999, demandando sua adequação aos dispositivos do Estatuto, que data de 2001. Itamarandiba é o único município que dispõe de órgão colegiado de política urbana implantado, apesar de ainda não ter discutido a implantação do *Estatuto da Cidade*. Em todos os municípios, além da necessidade de institucionalização do Estatuto, verifica-se ou a ausência de legislação urbana ou a defasagem – Existem legislações antigas, anteriores até à Constituição Federal de 1988 – que requerem adequações, num processo que envolve a elaboração dos Planos Diretores⁷ (QUADRO 2.17).

QUADRO 2.17

Mecanismos de institucionalização da política urbana nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	DISPÕE DE PLANO DIRETOR?	IMPLANTOU O ESTATUTO DAS CIDADES?	IMPLANTOU O ÓRGÃO COLEGIADO DE POLÍTICA URBANA?
Capelinha	Não	Não	Não
Couto de Magalhães de Minas	Não	Não	Não
Diamantina	Sim	NR	NR
Felício dos Santos	Não	Não	Não
Itamarandiba	Não	Não	Sim
Minas Novas	Não	Não	Não
São Gonçalo do Rio Preto	Não	Não	Não
Serro	Não	Não	Não
Turmalina	Não	Não	Não

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: NR = Não Respondido

⁶ A Lei Federal n. 10.257, de 10, de julho de 2001, *regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais de política urbana e dá outras providências.*

⁷ O inciso IV do art. 41 do *Estatuto da Cidade* determina que todos os municípios *integrantes de áreas de especial interesse turístico*, independente do porte ou número de habitantes, disponham de Plano Diretores.

Em Diamantina, a Lei de Parcelamento data de 1973; os Códigos de Obras e Posturas, de 1993; e a Lei de Uso e Ocupação do Solo, de 1999. No Serro, a Lei de Uso e Ocupação do Solo e de Parcelamento é de 1979; os Códigos de Obras e de Posturas, de 1985; e o perímetro urbano é definido por um Decreto Municipal de 1998. Entre a legislação urbana de Turmalina, a Lei de Perímetro Urbano é a mais antiga, datando de 1969, vindo em seguida o Código de Posturas, de 1985. Em Minas Novas, o Código de Obras existente ainda é um anteprojeto de lei e o Código de Posturas data de 1975 (QUADRO 2.18).

QUADRO 2.18

Situação dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha quanto à legislação urbanística, licenciamentos e fiscalização
 – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO		LEI DE PERÍMETRO URBANO		LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO		CÓDIGO DE OBRAS		CÓDIGO DE POSTURAS		APROVAÇÃO DE PROJETOS		LICENCIAMENTO		FISCALIZAÇÃO		QUADRO DE FISCAIS
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	
Capelinha		X	X			X		X	X		X		X		X		8 não concursados
Couto de Magalhães de Minas	X			X		X		X	X			X		X		X	CREA
Diamantina	X		NR		X		X		X		X		X		X		1 não concursado
Felício dos Santos		X	NR		NR		NR			X	X		NR			X	Mestre de obras que fiscaliza
Itamarandiba		X	X			X		X	X		X		X		X		1 concursado e 1 não concursado
Minas Novas		X		X		X	X		X		X		X		X		1 concursado e 1 não concursado
São Gonçalo do Rio Preto		X		X		X		X		X		X		X		X	1 concursado
Serro	X		X		X		X		X		X		X		X		4 concursados
Turmalina		X	X		X		X		X		X		X		X		2 fiscais não concursados

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: NR= Não Respondido. CREA= Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

Diamantina e Serro constituem patrimônio histórico nacional e mundial, e por isso as ações de controle urbanístico são realizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com as prefeituras intervindo apenas após o licenciamento federal.

Essa situação, no entanto, não impediu que a expansão urbana do município do Serro ocorresse com loteamentos irregulares e sem infra-estrutura. A Administração municipal investiu nessas ocupações, asfaltando as vias, mas não dispõe de recursos para investir em saneamento. Esses loteamentos não são servidos por rede de esgotamento sanitário, e os moradores constroem fossas.

Em Felício dos Santos, a aprovação de projetos e de obras particulares é realizada pela Associação Microrregional dos Municípios do Alto Jequitinhonha (AMAJE). Na área Habitacional, existe uma organização não governamental, o Fundo Cristão, que aplica recursos na construção de casas populares. O cadastro imobiliário do município está em fase de elaboração, com o enfoque de ser utilizado apenas para fins de tributação.

Os cadastros imobiliários e fiscais, na maior parte dos municípios, estão desatualizados e são utilizados principalmente para fins de tributação, sem inter-relação com a política e o desenvolvimento urbanos (QUADRO 2.19).

QUADRO 2.19

Situação dos cadastros imobiliários e fiscais nas prefeituras municipais dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	CADASTRO IMOBILIÁRIO E FISCAL									
	DISPONIBILIDADE DE PLANTAS		ATUALIZADO		INFORMATIZADO		UTILIZAÇÃO			
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	PLANEJAMENTO		TRIBUTAÇÃO	
							SIM	NÃO	SIM	NÃO
Capelinha		X		X		X		X		X
Couto de Magalhães de Minas		X		X	X			X		X
Diamantina	NR		NR		NR		NR			NR
Felício dos Santos		X		X		X	
Itamarandiba		X		X		X		X		X
Minas Novas		X		X		X	X		X	
São Gonçalo do Rio Preto		X	X			X		X		X
Serro	X			X	NR		X		X	
Turmalina		X		X		X		X		X

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: a) NR= Não Respondido; b) Sinal convencional utilizado: ... não aplica a informação

Couto de Magalhães de Minas está atualizando e informatizando os cadastros Imobiliário e Fiscal. Em Capelinha, as plantas cadastrais disponíveis não contêm escala e foram elaboradas pela Fiscalização de Obras. O Cadastro Imobiliário deste último município também é utilizado para fornecer a numeração de lotes e residências e a nomenclatura de ruas. Minas Novas dispõe de uma planta semicadastral na escala de 1:1000 e o Cadastro Técnico é informatizado apenas no que se refere aos dados e guias do IPTU.

A demanda por diretrizes e regulamentação físico-territorial só não ocorreu em Diamantina. O Serro já vinha negociando com o estado a elaboração de um Plano Diretor. Hoje, percebe como principal demanda a regularização dos loteamentos irregulares da periferia (QUADRO 2.20).

QUADRO 2.20

Demanda por diretrizes e regulamentação físico-territorial dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	ÁREAS					
	Loteamentos	Uso do solo	Meio ambiente	Estrutura viária	Política habitacional	Outra
Capelinha	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Couto de Magalhães de Minas	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
Diamantina	Não	Não	Não	Não	Não	Não há necessidade
Felício dos Santos	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Itamarandiba	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Minas Novas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
São Gonçalo do Rio Preto	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
Serro	Não	Não	Não	Não	Não	Regularização dos loteamentos irregulares.
Turmalina	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Na maior parte dos municípios, os principais problemas urbanos estão relacionados a saneamento básico. Capelinha e Itamarandiba apresentam problemas de drenagem, ocorrendo alagamentos no período das chuvas (QUADRO 2.21).

QUADRO 2.21

Principais problemas urbanos verificados nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	PRINCIPAIS PROBLEMAS URBANOS
Capelinha	Ocupação desordenada, destruição de matas, poluição de córregos e rios. O município possui relevo bastante acidentado, ficando o centro da sede alagado no período das chuvas.
Couto de Magalhães de Minas	O turista reclama contra a existência chiqueiro na cidade e a falta de açougues da data de validade nos queijos e de tratamento da água e do esgoto na sede.
Diamantina	Córregos sem canalização, habitação e saneamento, principalmente esgoto sanitário.
Felício dos Santos	Falta de saneamento básico, com a população resistindo à possibilidade de concessão à COPASA. Falta de recursos para a elaboração do Plano Diretor.
Itamarandiba	Enchentes provocadas por lixo nas vias públicas.
Minas Novas	Loteamentos e desmembramentos irregulares, invasões, necessidade de uma ETE e de redes de extensão de água.
São Gonçalo do Rio Preto	Alinhamentos e traçado do sistema viário.
Serro	Os loteamentos da periferia são irregulares, impedindo a cobrança de IPTU. Na periferia da sede e na zona rural, há incidência de doença de chagas. O problema é agravado pela precariedade das habitações existentes. Há necessidade de ampliação do sistema de abastecimento de água e saneamento rural.
Turmalina	Crescimento desordenado e poluição ambiental. Falta de infra-estrutura, principalmente rede de esgoto. Problemas urbanísticos de toda ordem.

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: COPASA= Companhia de Saneamento de Minas Gerais; ETE= Estação de Tratamento de Esgoto; IPTU= Imposto Predial e Territorial Urbano.

A prefeitura de Capelinha identifica como solução para as cheias, que ocorrem no centro da sede, a construção de uma galeria e a extensão da canalização da rede pluvial, mas não dispõe de recursos para esses investimentos.

2.3.2 Obras públicas nos municípios

Na avaliação da institucionalização da política de obras públicas nos municípios, foram consideradas as formas e as condições de construção de obras públicas e de manutenção de vias urbanas e de estradas vicinais. O mesmo se deu em relação às

vias de acesso aos atrativos turísticos e à disponibilidade e condições das frotas de veículos e máquinas pesadas do município.

A política de obras públicas é implementada em todos os municípios. Envolve a participação dos servidores lotados tanto nos órgãos da Administração Direta quanto do pessoal terceirizado. Todos os municípios, com exceção de Capelinha e Turmalina, recorrem a AMAJE, para execução de obras públicas, seja para solicitar apoio na elaboração de projetos, seja para alugar máquinas pesadas. A maior parte das vias de acesso aos atrativos turísticos consiste de estradas vicinais ou trilhas, com manutenção realizada por órgãos da Administração Direta dos municípios. Grande parte da demanda por complementação da frota de veículos municipais está relacionada à atividade de manutenção de estradas vicinais (QUADRO 2.22).

Couto de Magalhães de Minas só recorre à contratação de terceiros em casos de convênios, porque a execução direta é mais barata. Entre as obras já realizadas em 2002 e 2003 estão a expansão da rede de abastecimento de água, em convênio com a FUNASA, e reformas em imóveis tombados pelo próprio município.

Em Itamarandiba, a contrapartida de recursos federais é proveniente do programa Esporte Solidário, do Ministério do Esporte.

QUADRO 2.22
Execução de obras públicas nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	CONSTRUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	MANUTENÇÃO DOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS
Capelinha	1 estádio, 600m de rede pluvial, asfaltamento de 9 ruas, recorrendo a contratação de terceiros.	Executada pela Administração Direta do município e por contratação de terceiros, com recursos próprios.	Executada pela Administração Direta do município e por contratação de terceiros, com recursos próprios.	Executada pela Administração Direta do município e por contratação de terceiros, com recursos próprios.
Couto de Magalhães de Minas	1 praça, 1 ponte, 1 passarela, construídas pela administração direta do município e financiadas com receita própria, no valor de R\$ 81.060,50 em 2003.	Executada pela Administração Direta do município, com recursos próprios.	Executada pela Administração Direta do município, com recursos próprios.	Executada pela Administração Direta do município, com recursos próprios.
Diamantina	Pavimentação de 60 ruas, construção de 4 pontes, substituição de pontes danificadas por tubulão, executadas pela Administração direta do município e recorrendo à contratação de terceiros também.	Executada pela Administração Direta do município.	Executada pela Administração Direta do município.	NR
Felício dos Santos	Campo de futebol (mini-estádio), sendo construído pela Administração Direta do município e financiado pela prefeitura e pela comunidade.	Executada pela Administração Direta do município, com recursos próprios.	Executada pela Administração Direta do município, com recursos próprios.	NR
Itamarandiba	Ginásio com capacidade para 1200 pessoas assentadas, com obra contratada de terceiros, no valor de R\$ 400.000,00, financiada com receita própria e contrapartida de recurso federal, de R\$ 90.000,00.	Executada pela Administração Direta do município, com recursos próprios.	Executada pela Administração Direta do município, com recursos próprios.	Executada pela Administração Direta do município, com recursos próprios.
Minas Novas	Construção e ampliação de escolas, extensão da rede elétrica na zona rural, executadas sob contratação de terceiros.	Executada pela Administração Direta do município.	Executada pela Administração Direta do município.	Executada pela Administração Direta do município.
São Gonçalo do Rio Preto	1 creche, calçamento e drenagem, ponte, passarela e drenagem, sob administração direta do município e contratação de terceiros, financiados com receita própria e por convênio com o estado.	Executada pela Administração Direta do município, com recursos próprios.	Executada pela Administração Direta do município, com recursos próprios.	Executada pela Administração Direta do município, com recursos próprios.
Serro	As obras públicas foram realizadas por órgão da Administração Direta do município e pela contratação de terceiros.	Executada pela Administração Direta do município e pela contratação de terceiros.	Executada pela Administração Direta do município e pela contratação de terceiros.	Executada pela Administração Direta do município.
Turmalina	1 cadeia pública, 1 escola, reforma do fórum, calçamento de ruas, 1 praça, redes de esgoto, redes pluviais, ampliação de 1 escola, recorrendo à contratação de terceiros.	Executada pela Administração Direta do município, com recursos próprios.	Executada pela Administração Direta do município, com recursos próprios.	Executada pela Administração Direta do município, com recursos próprios.

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP) - Nota: NR = Não Respondido.

Em Capelinha, a Administração municipal vê necessidade de executar investimentos em ampliação e conservação das vias de acesso aos atrativos turísticos, que são oito estradas, compondo aproximadamente 200km. A medição, fiscalização e acompanhamento das obras contratadas são realizadas por fiscais e engenheiros, todos servidores municipais. O município se desvinculou da AMAJE porque considerou a mensalidade alta (QUADRO 2.23).

QUADRO 2.23

Manutenção das vias de acesso aos atrativos turísticos dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	ESTRADAS VICINAIS	TRILHAS TURÍSTICAS
Capelinha	Manutenção realizada pela Administração Direta do município e contratação de terceiros, com recursos próprios.	Manutenção realizada pela Administração Direta do município e contratação de terceiros, com recursos próprios.
Couto de Magalhães de Minas	Manutenção realizada pela Administração Direta do município, com recursos próprios.	Manutenção realizada pela Administração Direta do município, com recursos próprios.
Diamantina	Manutenção realizada pela Administração Direta do município.	Não são assumidas pela Prefeitura.
Felício dos Santos	Manutenção realizada pela Administração Direta do município, com recursos próprios, com máquinas da AMAJE e contribuições da comunidade local.	Manutenção realizada pela Administração Direta do município, com recursos dos proprietários de fazendas locais e a APA.
Itamarandiba	Manutenção realizada pela Administração Direta do município, com recursos próprios e com máquinas terceirizadas.	Manutenção realizada pela Administração Direta do município, com recursos próprios e com máquinas terceirizadas.
Minas Novas	Manutenção realizada pela Administração Direta do município.	Manutenção realizada pela Administração Direta do município.
São Gonçalo do Rio Preto	Manutenção realizada pela Administração Direta do município.	NR
Serro	Manutenção realizada pela Administração Direta do município, com recursos próprios.	Manutenção realizada pela Administração Direta do município, com recursos próprios.
Turmalina	Manutenção realizada pela Administração Direta do município, com recursos próprios.	Manutenção realizada pela Administração Direta do município, com recursos próprios.

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: AMAJE = Associação Microrregional dos Municípios do Alto Jequitinhonha. NR = Não Res pondido.

APA = Área de Proteção Ambiental

Em Couto de Magalhães de Minas, os acessos aos atrativos turísticos são: uma trilha a 500m do asfalto, precisando de manutenção, para a cachoeira dos Vaqueiros; uma estrada de 11km, dos quais 3km são de difícil acesso, demandando cascalhamento e mata-burro, para a cachoeira da Fábrica; dessa última cachoeira para a Lapa dos Cabritos são 2km de trilha, também precisando de manutenção; a cachoeira do Bananal tem acesso bom; a cachoeira do Tomé tem acesso bom até o povoado, mas depois são 2km de trilhas; o povoado das Canjicas – é patrimônio histórico –, a 12km da sede, com estrada, demandando manutenção e encascalhamento; e a região do Sumidouro, distante 17km da sede, com boas condições de acesso. As atividades de medição, fiscalização e acompanhamento de obras contratadas, quando ocorrem, são realizadas por engenheiro da AMAJE, que, além desta contribuição, apóia o município com máquinas e nutricionista para a merenda escolar.

Em Diamantina, a manutenção das vias de acesso aos atrativos turísticos é realizada pelo DER-MG e estão em bom estado de conservação. As vias são: 9km de estrada de terra, dando acesso à Gruta do Salitre; 18km de estrada de terra para a Cachoeira dos Cristais; e 39km também de estrada de terra para a cachoeira de Conselheiro Mata. As atividades de medição, fiscalização e acompanhamento de obras contratadas são realizadas pelo setor de Engenharia da prefeitura, com a AMAJE apoiando com projetos de engenharia e locação de veículos.

Em Felício dos Santos, as vias de acesso aos atrativos turísticos são: 18km de estrada de terra para a Lapa, 9km de terra para as águas quentes; e 10km também de terra para alcançar as grutas e cascatas. Atualmente, o município não tem nenhuma obra contratada de terceiros. Quando existe, quem realiza a medição, a fiscalização e o acompanhamento é o mestre-de-obras, servidor da prefeitura. A contribuição da AMAJE ocorre com o empréstimo de máquinas pesadas.

Em Itamarandiba, as vias de acesso aos atrativos turísticos encontram-se em bom estado de conservação, e são 40km de terra batida do centro da sede até o Parque Serra Negra e 42km também do centro até Penha de França. As obras contratadas de terceiros são fiscalizadas por engenheiro servidor da prefeitura. O município também recorre à AMAJE para projetos de engenharia, levantamento topográfico e subsídio na contratação de máquinas pesadas.

Em Minas Novas, todos os acessos aos atrativos turísticos são de terra – aproximadamente 20km – e existe a necessidade de construção de pequenas pontes nas comunidades. A medição, fiscalização e acompanhamento das obras contratadas de terceiros são realizadas por fiscais servidores da prefeitura. O município recorre à AMAJE para apoio na elaboração de projetos e execução de obras públicas, mas considera demorada as respostas às demandas, porque a Associação tem que atender a outros municípios.

Em São Gonçalo do Rio Preto, as vias de acesso aos atrativos turísticos encontram-se em bom estado de conservação. A medição, fiscalização e acompanhamento das obras contratadas de terceiros são realizadas por servidores da prefeitura. O município recebe o apoio da AMAJE com aluguel de máquinas, projetos de engenharia e serviço de topografia.

No Serro, as estradas de acesso aos atrativos turísticos encontram-se em bom estado de conservação, com a prefeitura realizando a manutenção e o encascalhamento. Da sede do município ao distrito de Milho Verde, são 26 km de estrada de terra. Seguindo mais 3km, alcança-se o distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, que faz parte do trajeto da Estrada Real. Para o distrito Deputado Augusto Clementino, distante 20km da sede, a estrada é de terra também. Para o distrito de Pedro Lessa, a estrada é asfaltada, e é a mesma que dá acesso a Diamantina. O município é associado à AMAJE, que apóia o município com aluguel de veículos e máquinas, e na organização de convênios.

Em Turmalina, todas as vias de acesso aos atrativos turísticos são de terra. E manutenção é realizada sem projetos, conforme a necessidade percebida no lugar. Essas vias são: 30km de acesso a Campo Alegre; 15km de acesso a Campo Buriti; 15km para Poço D'água; 20km para Caçaratiba; e 15km para Gentil. Existe a necessidade de construção de pontes no acesso para Vargem Funda e São Miguel. As obras contratadas de terceiros são fiscalizadas por fiscais servidores municipais. O município não é associado à AMAJE.

A demanda por ampliação da frota de veículos da prefeitura de Capelinha tem por objetivo atender a aproximadamente 1300 alunos na zona rural. Há necessidade de

manutenção de estradas vicinais – o município possui 1500km de estradas de terra, demandando conservação constante – para recuperação de nascentes assoreadas e para implantação de pisciculturas. A atual frota é antiga, com veículos e máquinas dos anos de 1990 a 1995 (QUADRO 2.24).

QUADRO 2.24

Frotas de veículos e máquinas pesadas nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	FROTA ATUAL	DEMANDA POR COMPLEMENTAÇÃO	EXECUÇÃO DA MANUTENÇÃO DA FROTA
Capelinha	27 veículos e 5 máquinas pesadas.	12 ônibus escolares, 1 motoniveladora e 1 retroescavadeira.	Periodicamente.
Couto de Magalhães de Minas	2 máquinas e 3 veículos	Caminhões.	Administração direta do município, com mecânico em duas garagens.
Diamantina	57 veículos e 6 máquinas pesadas.	1 pá carregadeira, 1 moto niveladora e 1 caminhão pipa.	É realizada a manutenção corretiva, exceto em veículos novos, com a manutenção realizada regularmente.
Felício dos Santos	2 tratores 283, 1 trator urso, 1 caminhão pipa, 5 ônibus escolares, 2 ambulâncias e 4 veículos de passeio.	Ônibus escolares e caminhões.	Administração direta do município, que dispõe de um galpão com mecânicos e eletricitas, a um custo mensal atual de R\$ 7.000,00.
Itamarandiba	1 patrol, 1 carregadeira, 2 ônibus, 1 van, 7 veículos de passeio.	Ambulâncias.	Oficina da prefeitura com mecânico e lavador, servidores municipais, com um custo de manutenção e combustível mensal de R\$ 30.000,00, incluindo o transporte escolar.
Minas Novas	20 carros de passeio, caminhões e motos e 5 máquinas pesadas.	10 máquinas diversas.	Administração direta do município.
São Gonçalo do Rio Preto	2 máquinas pesadas e 15 veículos leves.	2 tratores, 1 caminhão e substituição de 8 veículos.	Administração direta do município e contratação de terceiros.
Serro	2 tratores girico, 2 caminhões, 1 retroescavadeira, 1 motoniveladora, 1 trator esteira, 3 ônibus, 22 veículos leves e 2 motos.	Ônibus para o transporte escolar, caminhão para conservação de estrada, picape para manutenção de estrada.	Administração direta do município, que dispõe de oficina e contratando serviços de terceiros quando necessário.
Turmalina	22 veículos, 3 máquinas pesadas e 4 motos.	1 caminhão e 1 pá .	Administração direta do município, que dispõe de oficina.

Fonte: Prefeituras Municipais
 Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Atualmente, a prefeitura de Couto de Magalhães de Minas supre a demanda de máquinas pesadas recorrendo a AMAJE; a de caminhões, a aluguéis.

Em Felício dos Santos, as ambulâncias são emprestadas do estado. A prefeitura contrata os ônibus utilizados no transporte escolar. Em Itamarandiba, a carência de ambulância vem sendo resolvida precariamente com o aluguel de táxi.

Em Minas Novas, a atual frota de veículos e máquinas é antiga. O município recorre ao aluguel com a AMAJE e outros.

Em São Gonçalo do Rio Preto, a prefeitura recorre ao aluguel de máquinas e caminhões para suprir a deficiência da atual frota.

A administração municipal de Turmalina recorre ao aluguel de veículos para suprir a demanda por ampliação da frota. A atual frota é antiga e existe uma demanda constante por manutenção de estradas vicinais.

2.3.3 Institucionalização da política de transportes

A institucionalização da política de transportes nos municípios foi avaliada considerando: existência ou não de sistemas de transporte coletivo intramunicipal e formas de institucionalização e de gestão, principalmente a relativa ao sistema de definição de tarifas; disponibilidade de sistema de transporte por táxi; participação dos municípios na gestão do transporte coletivo intermunicipal de competência do Departamento Estadual de Rodagem (DER-MG); disponibilidade e modalidade de administração de infra-estruturas relativas a terminais rodoviários, aeroportos, ferrovias e hidrovias; e situações de gestão do trânsito municipal.

Todos os municípios estudados apresentam deficiências nos sistemas de transporte públicos. Demandam-se, portanto, investimentos para dar suporte ao reforço da atividade de turismo.

O transporte coletivo intramunicipal só não existe nos municípios de Couto de Magalhães de Minas e São Gonçalo do Rio Preto. Na maior parte dos municípios, o sistema de definição de tarifas envolve como agentes de cálculos a prefeitura e as empresas, com exceto Felício dos Santos e do Serro – com o cálculo ficando a cargo das empresas – e Capelinha, que envolve também representação da comunidade (QUADRO 2.25).

QUADRO 2.25

Situação dos sistemas de transporte coletivo intramunicipal nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	TRANSPORTE COLETIVO INTRAMUNICIPAL					SISTEMA DE DEFINIÇÃO DE TARIFAS	
	Existência		Modalidade de funcionamento			Agente de cálculo	
	Sim	Não	Próprio	Concessão	Permissão	Prefeitura	Empresa
Capelinha	X			X		X	X
Couto de Magalhães de Minas		X
Diamantina	X			X		X	
Felício dos Santos	X				X		X
Itamarandiba	X			X	
Minas Novas	X			X		X	X
São Gonçalo do Rio Preto		X
Serro	X				X		X
Turmalina	X				X	X	X

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: Sinal convencional utilizado: ...não aplica a informação

No Serro, o transporte coletivo intramunicipal vincula os distritos à sede. A permissão concedida à empresa é provisória. A administração municipal tem a intenção de licitar os serviços, e com isso passar a intervir nos cálculos das tarifas.

Em Turmalina, a prefeitura concede permissão a terceiros, fornecendo alvarás às empresas permissionárias.

Em Diamantina, o sistema de definição de tarifas do transporte coletivo intramunicipal é preestabelecido no edital de licitação, que prevê os índices de reajustes.

Em Capelinha, a definição de tarifas ocorre com a negociação envolvendo representação da prefeitura, da comunidade e donos da empresa concessionária.

Em Itamarandiba, a tarifa do transporte coletivo intramunicipal é definida segundo a tabela do DER-MG.

Minas Novas é o único município que não dispõe de sistema de transporte por táxi, com a população sendo atendida por carros particulares (QUADRO 2.26).

QUADRO 2.26

Sistema de transporte por táxi nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	DISPÕE DE SISTEMA DE TRANSPORTE POR TAXI?	FROTA ATUAL
Capelinha	Sim	20 veículos
Couto de Magalhães de Minas	Sim	36 veículos
Diamantina	Sim	NR
Felício dos Santos	Sim	30 veículos
Itamarandiba	Sim	20 veículos
Minas Novas	Não	...
São Gonçalo do Rio Preto	Sim	08 veículos
Serro	Sim	20 veículos na sede e 2 ou 3 nos distritos
Turmalina	Sim	15 veículos

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: Sinal convencional utilizado: ... não aplica a informação. NR= Não Respondido

A gestão do transporte coletivo intermunicipal relativo à definição de linhas e de tarifas, e à manutenção de estradas estaduais é competência do DER-MG. Os municípios têm pouca influência, principalmente com relação ao transporte coletivo intermunicipal, com exceção do Serro, que conseguiu negociar linhas intermunicipais. Felício dos Santos, além de não dispor de terminal rodoviário, é atendido por apenas um ônibus, que circula de dois em dois dias, situação que a administração municipal considera insuficiente.

Couto de Magalhães de Minas, Felício dos Santos e São Gonçalo do Rio Preto não dispõem de terminal rodoviário. Em Capelinha, Itamarandiba, Minas Novas e Turmalina, os terminais são administrados por órgãos da Administração Direta dos municípios e as instalações atendem à demanda. Capelinha tem o projeto que retira a rodoviária do centro da sede do município. Em Diamantina, a administração do terminal é concedida a terceiros, e os horários e itinerários, bem como as instalações

físicas são insuficientes para atender à demanda. No Serro, os horários e itinerários são satisfatórios, mas as instalações físicas da rodoviária são precárias (QUADRO 2.27).

QUADRO 2.27

Infra-estrutura de transporte coletivo relativo ao terminal rodoviário dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	DISPÕE DE TERMINAL RODOVIÁRIO	MODALIDADE DE ADMINISTRAÇÃO	ITINERÁRIOS E HORÁRIOS	INSTALAÇÕES FÍSICAS
Capelinha	Sim	Administração direta	Atendem à demanda	Projeto de retirar a rodoviária do centro
Couto de Magalhães de Minas	Não
Diamantina	Sim	Concessão a terceiros	Não atendem à demanda	Insuficientes
Felício dos Santos	Não
Itamarandiba	Sim	Administração direta	Atendem à demanda	Conservadas
Minas Novas	Sim	Administração direta	Atendem à demanda	Conservadas
São Gonçalo do Rio Preto	Não
Serro	Sim	Administração direta	Atendem à demanda	Insuficientes
Turmalina	Sim	Administração direta	Atendem à demanda	Conservadas

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: Sinal convencional utilizado:... não se aplica a informação. NR= Não Respondido.

Em Diamantina, o terminal rodoviário não atende satisfatoriamente. As instalações físicas são insuficientes para a atual demanda e há muito trânsito de veículos no local.

Itamarandiba dispõe de transporte intermunicipal com linhas regulares de dois em dois dias para Belo Horizonte. Para Diamantina e outros municípios mais próximos, o transporte é diário mas irregular. A administração do terminal rodoviário é realizada pela prefeitura, mas as lanchonetes são terceirizadas, mediante licitação. Os banheiros são bem cuidados por servidores da administração municipal.

Os aeroportos de Turmalina, Capelinha, Minas Novas e Itamarandiba só dispõem de uma pista de terra, não possuindo hangar. Em Itamarandiba, a prefeitura vê a necessidade de melhorar a terraplanagem, porque só descem aviões pequenos. No

Serro, o aeroporto também só dispõe de pista,⁸ mas de asfalto. Em Diamantina, as instalações físicas atendem, uma vez que não existem vôos regulares. Em Couto de Magalhães de Minas, existe um campo de pouso da Mineração Andrade Gutierrez, distante 40km da sede, sendo que o aeroporto de Diamantina fica mais perto, a uma distância de 35km (QUADRO 2.28).

QUADRO 2.28

Infra-estrutura de transporte coletivo relativo aos aeroportos nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	DISPÕE DE AEROPORTO?	MODALIDADE DE ADMINISTRAÇÃO	DISPÕE DE POUSOS COMERCIAIS?	INSTALAÇÕES FÍSICAS
Capelinha	Sim	Administração direta	Não	Não possui
Couto de Magalhães de Minas	Não
Diamantina	Sim	Administração direta	Não	Atendem ao funcionamento atual
Felício dos Santos	Não
Itamarandiba	Sim	Administração direta	Não	Não possui
Minas Novas	Sim	Administração direta	Não	Não possui
São Gonçalo do Rio Preto	Não
Serro	Sim	Administração direta	Não	Não possui
Turmalina	Sim	Administração direta	Não	Não possui

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: Sinal convencional utilizado:... Não aplica a informação

Nenhum dos nove municípios estudados dispõe de estação ferroviária ou hidrovia.

A municipalização do trânsito só ocorreu nos em Capelinha, Minas Novas e Turmalina. Em todos os municípios, é a Polícia Militar, e não a Administração municipal, a responsável pela fiscalização (QUADRO 2.29).

⁸ A Administração municipal avalia como necessário o recapeamento do asfalto, assim como o aumento da pista. A pista atual é de 1070m e pode aumentar mais 200m.

QUADRO 2.29

Municipalização do trânsito nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	EFETUOU A MUNICIPALIZAÇÃO DO TRÂNSITO	RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO
Capelinha	Sim	Polícia Militar
Couto de Magalhães de Minas	Não	Polícia Militar
Diamantina	Não	Polícia Militar
Felício dos Santos	Não	Polícia Militar
Itamarandiba	Não	Polícia Militar
Minas Novas	Sim	Polícia Militar
São Gonçalo do Rio Preto	Não	Polícia Militar
Serro	Não	Polícia Militar
Turmalina	Sim	Polícia Militar

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

2.4 Políticas de saneamento, preservação ambiental e saúde

2.4.1 Institucionalização do saneamento nos municípios

Com relação à política de saneamento nos municípios, foram avaliadas as condições e modalidades de gestão com relação aos sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de limpeza urbana nas sedes, nos distritos, na zona rural dos municípios e nos lugares turísticos. Foram identificados também os principais problemas de saneamento na percepção das administrações municipais (QUADRO 2.30).

Em Capelinha, Diamantina, Itamarandiba, Minas Novas, Serro e Turmalina, o sistema de abastecimento de água nas sedes dos municípios funciona com concessão à COPASA, enquanto os sistemas dos distritos e o atendimento à zona rural são mantidos por órgãos da Administração direta Municipal.

Em Couto de Magalhães de Minas, Felício dos Santos e São Gonçalo do Rio Preto, os sistemas das sedes, dos distritos e da zona rural são operados por órgãos da Administração Direta municipal.

Todos os sistemas operados pelas Administrações Diretas dos municípios não dispõem de Estação de Tratamento de Água (ETA).

QUADRO 2.30

Situação dos sistemas de abastecimento de água nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	SEDE			DISTRITO				
	Sistema de abastecimento	Existência de ETA		Cobertura %	Sistema de abastecimento	Existência de ETA		Cobertura %
		Sim	Não			Sim	Não	
Capelinha	COPASA	X		100	Administração Direta	X		80, 90, 100
Couto de Magalhães de Minas	Administração Direta		X	95	Administração Direta	X		NR
Diamantina	COPASA	X		NR	Administração Direta	X		NR
Felício dos Santos	Administração Direta		X	90
Itamarandiba	COPASA	X		55	Administração Direta	X		NR
Minas Novas	COPASA	X		95	Administração Direta	X		100
São Gonçalo do Rio Preto	Administração Direta		X	100	Administração Direta	X		100
Serro	COPASA	X		95%	Administração Direta	X		95
Turmalina	COPASA	X		100	Administração Direta, COPASA	X	X	30 e 100

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: (a) ETA= Estação de Tratamento de água. COPASA= Companhia de Saneamento de Minas Gerais. NR – Não Respondido

(b) Sinal convencional utilizado: ... não aplica informação

Na sede de Minas Novas, o sistema de abastecimento de água da COPASA não atende apenas aos loteamentos irregulares e às invasões.

Na sede do município do Serro, além do abastecimento de água pelo sistema da COPASA, existe o abastecimento por poços artesianos no hospital, na praça de

esportes, na fábrica de laticínios, nos postos de gasolina e em outros logradouros particulares. Esses poços foram preservados ou construídos pelo fato de não se pagar pela água. Toda a rede da COPASA é hidrometrada. Em todos os distritos do Serro, os sistemas de abastecimento de água são próprios e mistos, com captação em nascentes e poços artesianos. Os distritos de Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras, Pedro Lessa e Deputado Augusto Clementino são áreas de atração turística. No povoado Capivari, localizado no distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, a prefeitura vai fazer outra captação, e a água não é tratada. No povoado de Três Barras, existe poço artesiano e no povoado Boa Vista de Lages, localizado no distrito de Pedro Lessa, a água é captada de nascente. Na zona rural, a população é muito dispersa, mas onde ocorrem pequenos aglomerados com algumas concentrações de pequenos proprietários a prefeitura constrói sistemas de abastecimento, existindo, atualmente, 10 poços artesianos. A rede municipal não é hidrometrada, e a população não paga pela água (QUADRO 2.31).

Em Couto de Magalhães de Minas, a população da zona rural é muito dispersa, e a prefeitura distribui material hidráulico para quem não é beneficiado pelos serviços de abastecimento de água da Administração municipal. O suprimento dessa população é usualmente precário, com captação de água de superfície. Entre os distritos, apenas o de Amendoim tem o abastecimento por poço artesiano. Nos demais, a água é captada de barragens.

Em Diamantina, o suprimento de água usual na zona rural dá-se pela captação por gravidade de água de nascente. O município não desenvolveu nenhum programa de abastecimento para a zona rural.

QUADRO 2.31

Especificidades dos sistemas de abastecimento de água nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	CAPTAÇÃO DA ÁGUA	HIDROMETRAÇÃO (%)	CRITÉRIO TARIFÁRIO	% DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS DESPESAS OPERACIONAIS
Capelinha	Nascentes, poços artesianos e cisternas.	Na sede 100%; nos distritos, 0%.	COPASA. Na sede e não existe nos distritos.	...
Couto de Magalhães de Minas	Poços artesianos, de água de barragem, direto da superfície.	0 %	Não existe na sede nem nos distritos.	...
Diamantina	Mananciais superficiais, poços artesianos, nascentes.	NR	COPASA. Na sede e NR nos distritos.	Não soube informar.
Felício dos Santos	Poços artesianos, rios e nascentes.	0	Taxa única de R\$ 2,98 mensais.	Informou que dá prejuízo, mas não soube especificar.
Itamarandiba	Mananciais superficiais e poços artesianos.	Na sede, 55 %; nos distritos, 0 %.	COPASA. Na sede e não existe nos distritos.	...
Minas Novas	Poços artesianos, cisternas, nascentes e caminhões pipa.	Na sede, 100%; nos distritos, 0 %.	COPASA. Na sede e não existe nos distritos.	...
São Gonçalo do Rio Preto	Poços artesianos e captações diretas nos rios na sede e nos distritos.	0	Taxa fixa R\$ 6,00 ao ano.	Aproximadamente 2% na sede e 0% nos distritos.
Serro	Poços artesianos e nascentes.	Na sede, 95%; nos distritos, 0%.	COPASA. Na sede e não existe nos distritos.	...
Turmalina	Poços artesianos, mananciais superficiais, caminhões pipa.	COPASA. Na sede, 100%.	COPASA. Na sede.	COPASA. Na sede.

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: Sinal convencional utilizado: .. não aplica informação. COPASA = Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

Em Felício dos Santos, o suprimento de água na zona rural ocorre com a captação de rios por gravidade. A Administração municipal acha necessário investir no sistema de abastecimento de água, mas não dispõe de recursos.

Em Itamarandiba, a zona rural tem abastecimento de água captada de nascentes ou de poços artesianos. O município está implementando um programa de abastecimento de água para a população da zona rural do distrito de Contrato, financiado pela FUNASA – R\$ 80.000,00 –, com contrapartida da prefeitura de R\$12.000,00. Esse programa atende a aproximadamente 10% da população rural.

Em Minas Novas, o suprimento de água na zona rural é realizado com captações em poços artesianos, nascentes, caminhões-pipa em caixa d'água de 30 mil litros e cisternas. A prefeitura implementou em 2003 – com recursos próprios, a um custo atual de R\$ 20.000,00 por mês – um programa de abastecimento para 100% da população da zona rural, que consiste na distribuição de água por meio de caminhões-pipa, uma vez por semana, em caixas d'água de 30 mil litros, construídas pela própria Administração municipal.

Em São Gonçalo do Rio Preto, as captações diretas do rio ocorrem com o transporte por caminhões-pipa. Na zona rural onde ocorre alguma concentração de população – pequenas comunidades –, a prefeitura realiza o suprimento da água da mesma forma que nos distritos, mas em algumas atende com poços rasos. No distrito de Alecrim, o município desenvolveu um programa de abastecimento de água para a população dispersa na zona rural em convênio com o estado e a União, atendendo a 80% da população.

No Serro, todos os distritos dispõem de sistema misto, com captações de água de nascentes e poços artesianos. A cobertura é de mais de 95% dos domicílios, mas não dispõem de ETA. Nos distritos de Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras, Pedro Lessa e Deputado Augusto Clementino, que têm áreas de atração turística, o sistema é o mesmo, e a água não é tratada. No povoado Capivari, localizado no distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, a prefeitura tem o projeto de alterar a fonte de captação, pois a atual tem problemas de contaminação – e a água também não é tratada. No povoado de Três Barras existe poço artesiano e no povoado Boa Vista de Lages, localizado no distrito de Pedro Lessa, a água é captada de nascente. Na zona rural onde há concentração de população, a prefeitura implanta sistemas de abastecimento de água. Atualmente, existem 10 poços artesianos, e a Administração municipal

continua investindo, principalmente em pequenos aglomerados com pequenas propriedades onde a população não é muito dispersa.

Em Turmalina, o sistema de abastecimento de água é concedido à COPASA na sede e nas comunidades de Vargem Funda e Tolda, onde a água é tratada. Nessas comunidades, a água é procedente de mananciais superficiais; e na sede, de poço artesiano. No distrito de Campo Alegre e nas comunidades Cabeceira do Tanque, Poço D'água e Gentil, os sistemas de abastecimento é realizado pela prefeitura. A água não é tratada e provem de mananciais superficiais, com exceção da comunidade Gentil, onde procede de nascentes. Nas comunidades de Cabeceira do Tanque e Poço D'água, para o abastecimento de água recorre-se ao uso de caminhões-pipa. Na zona rural, o suprimento de água ocorre com águas de nascentes e cisternas (QUADRO 2.32).

QUADRO 2.32

Principais problemas dos sistemas de abastecimento de água nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	PRINCIPAIS PROBLEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
Capelinha	As nascentes estão secando. Há necessidade de tratamento da água em todo o município. É preciso construir mais poços artesanais.
Couto de Magalhães de Minas	A qualidade da água requer tratamento. Falta conscientização da população quanto ao consumo excessivo.
Diamantina	Há vazamento no reservatório. A rede de distribuição e a adutora são precárias.
Felício dos Santos	A água não é tratada.
Itamarandiba	Há contaminação da água no distrito de Contrato. Há necessidade de tratamento em todos os distritos
Minas Novas	As nascentes estão secando. Há necessidade de maior número de caminhões pipa, porque atualmente a demanda é maior que o atendimento.
São Gonçalo do Rio Preto	A sede do município precisa de outro sistema de abastecimento com tratamento da água.
Serro	As casas da zona rural são muito distantes. A água não é tratada nos distritos.
Turmalina	Pouca chuva na região, secando as nascentes.

Fonte: Prefeituras Municipais
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Os sistemas de esgotamento sanitário, tanto das sedes – com exceção de Diamantina – quanto dos distritos, são operados por órgãos da Administração Direta dos municípios e não dispõem de Estação de Tratamento de Esgoto (ETE).

Em Capelinha, o destino dos resíduos do sistema de esgotamento sanitário da sede é o córrego Areão; no distrito São Caetano, é o rio Itamarandiba; no de Chapadinha, o córrego Ipê ou Soares; e no de Bom Jesus do Galego, o ribeirão do Galego. Os demais distritos não possuem rede de esgoto, mas fossas secas. Na zona rural, o sistema também é por fossas secas (QUADRO 2.33).

QUADRO 2.33

Situação dos sistemas de esgotamento sanitário nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	SEDE						DISTRITO			
	Sistema	Cobertura %	Existência de ETE		Plantas		Sistema	Cobertura %	Plantas	
			Sim	Não	Sim	Não			Sim	Não
Capelinha	Administração direta	60		X		X	Administração direta	50 e 95		X
Couto de Magalhães de Minas	Administração direta	90		X		X	Administração direta	100		X
Diamantina	NR	NR	NR			NR	Administração direta	NR		NR
Felício dos Santos	...	NR
Itamarandiba	Administração direta	65		X		X	Administração direta	NR		X
Minas Novas	Administração direta	100		X		X	Administração direta	90 % em 02 distritos e 50 % em 01		X
São Gonçalo do Rio Preto	Administração indireta	20%	X			X	NR	NR		NR
Serro	Administração direta	70		X		X	Administração direta	95 a 100		X
Turmalina	Administração direta	70		X		X	Administração direta	NR

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: (a) ETE = Estação de Tratamento de Esgoto. COPASA = Companhia de Saneamento de Minas Gerais. NR: Não Respondido

(b) Sinal convencional utilizado: ... não aplica informação.

Em Couto de Magalhães de Minas, o destino do esgoto sanitário da sede é o rio Manso, poluindo as praias e cachoeiras jusante da sede, mas não atinge nenhuma população. A fazenda localizada para baixo faz captação de água de outra fonte. Nos distritos, o sistema instalado é o de fossas, não existindo contaminação, nem poluição, nem esgoto a céu aberto. Existem casos de privada seca. Na zona rural, as

residências dispõem de fossas. Foi desenvolvido um trabalho educativo com a população, tendo a prefeitura doado os canos. A Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)⁹ desenvolveu um programa de construção de vasos sanitários e caixas d'água.

Em Diamantina, o distrito Planalto de Minas possui uma ETE desativada. Em Desembargador Otoni, existe uma ETE em funcionamento. Os distritos de Inhaí, Medanha, Senador Mourão e São João da Chapa não dispõem de ETE, e o destino dos resíduos são os córregos. Na zona rural, existem casos de fossas, ou então os resíduos são lançados diretamente nos cursos d'água.

Na sede de Felício dos Santos e na zona rural, o sistema de esgotamento sanitário é constituído por fossas sépticas, não poluindo nenhum curso d'água. Na avaliação que realizou, a prefeitura identificou que os lençóis de água estão contaminados.

Em Itamarandiba, o destino final dos resíduos dos sistemas de esgotamento sanitário da sede e dos distritos são os córregos e rios, que se encontram poluídos. Na zona rural, existem fossas.

Em Minas Novas, o destino final dos resíduos do sistema de esgotamento sanitário da sede é o rio Fanado; no distrito de Lagoa Grande, é uma fossa séptica coletiva; em Cruzinha, é um córrego sem nome; em Baixa Quente, é o rio Setúbal; e em Ribeirão da Folha, é uma fossa seca. Na zona rural, existem situações de destino final em fossa séptica coletiva, em fossa seca e em córregos e rios. A Administração municipal está implementando um programa de esgotamento sanitário para a população da zona rural – financiado com recursos próprios e da FUNASA, a um custo de R\$ 200.000,00 –, com a instalação de módulo sanitário nos povoados e fossa séptica em todas as escolas rurais, beneficiando aproximadamente 30% da população rural.

Em São Gonçalo do Rio Preto, o sistema de esgotamento sanitário dispõe de uma ETE desativada e tem uma cobertura de apenas 20% dos domicílios. Os demais possuem fossas individuais. A AMAJE dispõe da planta da rede de esgoto do município. A Administração municipal tem a intenção de desativar a rede, porque foi

⁹ A FUNASA foi estadualizada, mas os municípios a reconhecem como entidade federal.

mal executada, e voltar ao sistema de fossas individuais. O sistema de esgotamento sanitário na zona rural também é constituído por fossas individuais e tem uma cobertura de aproximadamente 95% da população rural.

No Serro, é regular a capacidade das redes de esgoto é regular, assim como seu estado de conservação. A manutenção é realizada recorrendo-se à memória dos servidores. O município não cobra pelos serviços. Na sede, não existe ETE. O destino dos resíduos são os córregos Quatro Vinténs e Lucas, que deságuam no rio Guanhães, cortando o município em grande extensão. Em alguns distritos a situação é diferenciada: em Pedro Lessa, existe uma rede com cobertura de 95%, e a Administração municipal está construindo uma ETE – atualmente, o destino dos resíduos é o córrego Acaba-saco, que deságua nos rios Monjolos e Jequitinhonha – como parte do projeto de despoluição do rio Jequitinhonha; em Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras e Deputado Augusto Clementino, 100% dos domicílios dispõem de fossas, não poluindo rio algum. Na zona rural, há ocorrência de fossas e casos que poluem as águas dos rios, córregos e ribeirões (QUADRO 2.34).

QUADRO 2.34

Especificidades do sistema de esgotamento sanitário nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	SITUAÇÃO DO CORPO RECEPTOR	SITUAÇÃO DAS REDES DE ESGOTO	CRITÉRIO TARIFÁRIO	% DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS DESPESAS OPERACIONAIS
Capelinha	Poluído e transborda na época de chuva, atingindo moradores da região.	Redes novas em bom estado e antigas ruins.	Não cobra tarifa.	Não cobra tarifa.
Couto de Magalhães de Minas	As praias e cachoeiras são poluídas da sede do município para baixo. Para cima não são poluídas.	Em bom estado.	Não cobra tarifa.	Não cobra tarifa.
Diamantina	NR	NR	NR	NR
Felício dos Santos	Contaminação dos lençóis d'água pelo sistema de fossas.
Itamarandiba	Poluídos na sede e nos distritos.	Regular, exigindo muita manutenção.	Não cobra tarifa.	Não cobra tarifa.
Minas Novas	Poluído, recebe esgotos do município de Capelinha. O distrito de Baixa Quente corre riscos de inundação.	Regular, com parte antiga com manilhas de barro e parte nova com PVC.	Não cobra tarifa.	Não cobra tarifa.
São Gonçalo do Rio Preto	Não é poluído.	Ruim	Não cobra tarifa.	Não cobra tarifa.
Serro	Poluído, cortando o município em grande extensão.	Regular	Não cobra tarifa.	Não cobra tarifa.
Turmalina	Poluído, recebe resíduos do município de Itamarandiba.	Bom	Não cobra tarifa.	Não cobra tarifa.

Fonte: Prefeituras Municipais
 Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)
 Nota: NR= Não Respondido

Em Turmalina, o destino final dos resíduos coletados pela rede de esgotamento sanitário da sede é o rio Araçuaí, que também recebe os resíduos da rede de Itamarandiba. No território de Turmalina, não acontecem transbordamentos do rio Araçuaí. A prefeitura dispõe de planta da rede de esgoto, mas apenas da parte nova.

A manutenção da rede é realizada por seus servidores. Nos distritos e na zona rural, o sistema de esgotamento é constituído por fossas secas.

A poluição dos corpos receptores de resíduos dos sistemas de esgotamento sanitários constitui o principal problema citado pela maior parte dos municípios, tornando necessária a despoluição, quando se considera que grande parte dos atrativos turísticos da região são o meio natural, como as montanhas, as cachoeiras e as praias dos rios (QUADRO 2.35).

QUADRO 2.35

Principais problemas de esgotamento sanitário nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	PRINCIPAIS PROBLEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO
Capelinha	Poluição dos córregos e rios; necessidade de construção de fossas sépticas nas fazendas e sítios.
Couto de Magalhães de Minas	Tratamento de esgoto da sede.
Diamantina	Todos os problemas.
Felício dos Santos	Contaminação dos lençóis d'água pelo sistema de fossas.
Itamarandiba	Todos os problemas. O município não dispõe de recursos para resolver.
Minas Novas	Poluição dos córregos e ausência de ETE na sede.
São Gonçalo do Rio Preto	O sistema de esgotamento sanitário implantado, inclusive com uma ETE, atualmente desativada, não produziu os resultados e benefícios esperados.
Serro	Necessidade de ampliação da rede de esgoto na sede, de construção de interceptores na sede, ETE na sede; construção de rede com ETE nos distritos, menos Pedro Lessa; saneamento de povoados e população rural com fossas cépticas individuais e coletivas.
Turmalina	Poluição do rio Araçuaí.

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: ETE = Estação de Tratamento de Esgoto

Todos os municípios reconhecem os problemas de esgotamento sanitário. Porém apenas Capelinha, Minas Novas, São Gonçalo do Rio Preto e Serro realizaram projetos para solucioná-los, embora sem conseguir as fontes de financiamento (QUADRO 2.36).

QUADRO 2.36

Projetos de expansão do sistema de esgotamento sanitário nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	CARACTERÍSTICAS GERAIS DA OBRA	LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO BENEFICIÁDA	VALOR DO INVESTIMENTO	FONTES DE FINANCIAMENTO	PRAZOS
Capelinha	Expansão do sistema.	Alguns bairros da sede.	7.000 pessoas	R\$ 200.000,00	Não tem	Urgente
Couto de Magalhães de Minas	Não tem projeto.
Diamantina	NR	NR	NR	NR	NR	NR
Felício dos Santos	Não tem projeto.
Itamarandiba	Não tem projeto.
Minas Novas	Expansão do sistema existente.	Sede	5000 pessoas	R\$ 150.000,00	Não tem	Urgente
São Gonçalo do Rio Preto	Desativar o atual sistema e implantar fossas individuais.	Sede	20 % da população	NR	NR	NR
Serro	Projeto prevendo fossa e banheiro voltado para despoluição dos rios e turismo.	Em todas as propriedades.	NR	NR	Não conseguiu financiamento nem do BDMG, nem da FUNASA.	NR
Turmalina	Não tem projeto.

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: a) Sinal convencional utilizado... não aplica a informação; b) BDMG = Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais.

FUNASA = Fundação Nacional de Saúde. NR= Não Respondido

Felício dos Santos é o único município que não tem institucionalizado os serviços ou obras de drenagem urbana (QUADRO 2.37).

QUADRO 2.37

Situação de drenagem nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS DE DRENAGEM	PERCENTUAL DE RUAS SERVIDAS POR SISTEMAS DE DRENAGEM PLUVIAL	EXTENSÕES ESTIMADAS DE CANAIS EXISTENTES	ALAGAMENTOS POR DEFICIÊNCIAS NA DRENAGEM PLUVIAL NAS VIAS	PROBLEMAS POR TRANSBORDAMENTO DE CURSOS D'ÁGUA	OUTROS PROBLEMAS
Capelinha	Secretaria Municipal de Obras	Na sede, 15%, com manilhas de 0,60m e 1,0m; nos distritos, não existe.	500 m na sede	Na sede, em todos os bairros e ruas próximas ao centro, afetando todo o centro comercial e residencial; nos centros dos distritos de Chapadinha, São Caetano, Ponte Nova, Vila Dom João.	No centro, atingindo aproximadamente 2.500 pessoas, afetando a população com doenças, como leptospirose, tifo, entre outras.	Além de poluição e erosões, ocorrem deslizamento de encostas, perda de calçamentos, de postes de iluminação pública, de redes de água e esgoto, que são levados pelas chuvas.
Couto de Magalhães de Minas	Secretaria Municipal de Obras	NR	NR	Não ocorrem.	Não ocorrem.	Não ocorrem.
Diamantina	Secretaria Municipal de Obras	Não existem mapeamentos das redes pluviais da sede nem dos distritos.	Não sabe informar	Não ocorrem.	Não ocorrem.	Poluição e assoreamento nos rios, provocados pela atividade de garimpo.
Felício dos Santos	Não tem	NR	NR	NR	No ribeirão Santanas, atingindo poucas casas e provocando doenças na população.	Erosões na estrada.
Itamarandiba	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos.	Na sede, 50%; nos distritos, não existe.	NR	Nas proximidades da feira, atingindo os comerciantes.	Não ocorrem.	Poluição provocada pela produção de carvão.
Minas Novas	Secretaria de Obras e Urbanismo	Na sede, 90%, faltando o bairro Becã; nos distritos, 10%, apenas vias principais.	NR	Não ocorrem.	Em Baixa Quente, afetando toda região e toda população com diversas doenças. Estão realizando o remanejamento das famílias.	Erosões que são contidas pela prefeitura.
São Gonçalo do Rio Preto	Secretaria de Obras	70% da sede; nos distritos, não existe	2 km na sede	Não ocorrem.	Não existem.	Erosão no bairro Lobeira.
Serro	Secretaria de Obras	10% na sede; nos distritos, não existe	Pequenas extensões e são antigos	Não ocorrem.	Ocorrem enchentes na zona rural, mas sem necessidade de socorro	Retenção de água nas beiras do rio, virando foco de mosquito. Estão drenando com manilhas até o córrego.
Turmalina	Secretaria de Obras	70% na sede; nos distritos, não existe. A prefeitura fabrica manilhas de concreto de 0,40m, de 0,60m e 0,80m.	2.500 m na sede	No bairro Vila Nova, na sede, atingindo 120 famílias.	Não ocorrem.	Poluição nos rios e córregos e erosões.

 Fonte: Prefeituras Municipais
 Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)
 Nota: NR = Não Respondido

Os serviços de limpeza urbana são executados por órgãos da Administração Direta dos municípios, com exceção dos serviços de coleta de lixo em Capelinha e Serro. A taxa de limpeza urbana não é cobrada da população na maior parte dos municípios. Onde é cobrada, não cobre os custos das prestações de serviços (QUADRO 2.38).

QUADRO 2.38

Financiamento da limpeza urbana nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	EXECUÇÃO	CUSTO OPERACIONAL DOS SERVIÇOS	TAXA DE LIMPEZA URBANA
Capelinha	A Administração Direta realiza os serviços de capina e varrição. Os serviços de coleta são terceirizados.	R\$ 30.000,00 por mês	Não é cobrada.
Couto de Magalhães de Minas	Administração Direta	NR	Não cobre o custo da prestação de serviços. São cobrados R\$ 2,50 por ano na guia do IPTU.
Diamantina	Administração Direta	R\$ 30.000,00 por mês	Não dispõe de dados.
Felício dos Santos	Administração Direta	NR	Não cobre o custo da prestação de serviços. São cobrados R\$ 5,68 por ano.
Itamarandiba	Administração Direta	R\$ 20.000,00 por mês	NR
Minas Novas	Administração Direta	R\$ 20.000,00 por mês	Não é cobrada.
São Gonçalo do Rio Preto	Administração Direta	R\$ 50.000,00 por mês	Não é cobrada.
Serro	A Administração Direta realiza os serviços de varrição e capina. Os serviços de coleta domiciliar são terceirizados. O hospital se encarrega do lixo hospitalar. As Associações Comunitárias, em distritos.	R\$ 5.000,00 por mês, pagos à empresa contratada para os serviços de coleta domiciliar, transporte e destino final.	NR
Turmalina	Administração Direta	R\$ 2.500,00	Não é cobrada.

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: NR = Não Respondido. IPTU = Imposto Predial e Territorial Urbano.

A coleta de lixo é realizada regularmente nas sedes dos municípios, com o destino final de lixo a céu aberto apenas em Capelinha, Couto de Magalhães de Minas e Turmalina (QUADRO 2.39).

QUADRO 2.39

Coleta de lixo nas sedes dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	PERCENTUAL DO LIXO COLETADO	PERIODICIDADE	SISTEMA DE COLETA SELETIVA	DESTINO FINAL DO LIXO
Capelinha	80%	Diária	Não existe.	Lixo a céu aberto.
Couto de Magalhães de Minas	100%	Diária	Não existe.	Lixo a céu aberto.
Diamantina	95%	Diária	A prefeitura cede à Associação dos Catadores, que executa os serviços e acondiciona em espaço cedido também pela prefeitura.	Aterro controlado.
Felício dos Santos	100%	Alternada 2 ou 3 vezes por semana	Não existe.	Lixo queimado e enterrado.
Itamarandiba	100%	Diária	Não existe.	Lixo a céu aberto, semi-aterrado (espalhado)
Minas Novas	100%	Diária	Não existe.	Aterro controlado
São Gonçalo do Rio Preto	100%	Diária	Não existe.	Aterro
Serro	NR	Diária	O lixo coletado é levado para um local, onde é selecionado e o restante é aterrado.	Aterro
Turmalina	100%	Diária	Não existe.	Lixo a céu aberto.

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Em Capelinha, os serviços de varrição, capina e coleta de lixo nos distritos, porém não em todos, são realizados por um servidor da prefeitura. O lixo é pouco e é todo queimado. Na sede, o destino final do lixo coletado é um lixão a céu aberto situado a

4km da cidade, onde são encontrados catadores não organizados, inclusive com presença de crianças.

Em Couto de Magalhães de Minas, os serviços de capina, varrição e coleta de lixo ocorrem regularmente na sede, mas nos distritos apenas a capina é realizada. Não são realizados os serviços de coleta do lixo e varrição. Nos distritos, o lixo produzido é queimado ou enterrado. O destino final do lixo da sede constitui um dos principais problemas de saneamento do município.

Na sede de Diamantina, os serviços de varrição não são realizados apenas, em vias não asfaltadas. Os de coleta de lixo só não ocorrem onde não há acesso para os caminhões. Os serviços de capina, varrição e coleta de lixo também são realizados nos distritos, porém de forma precária. Nos distritos de Inhaí e Senador Mourão, onde a coleta de lixo é realizada por tração animal, o destino final são valas feitas por trator. Nos demais distritos não existem coleta regular do lixo.

Em Itamarandiba, todos os distritos dispõem dos serviços de coleta diária de lixo; com cobertura de 100% da demanda. O destino final é o lixo a céu aberto, presente em todos os distritos.

Em Minas Novas, o destino final do lixo coletado é um aterro controlado, distante 6km do centro, com um vigia no local impedindo a ação de catadores. Nos distritos, a prefeitura não executa regularmente os serviços de capina, varrição e coleta de lixo. Os moradores têm o hábito de queimar o lixo.

Em São Gonçalo do Rio Preto, os serviços de coleta do lixo, capina e varrição são realizados na sede. Os distritos não contam com estes serviços.

Na sede do Serro e nos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, o lixo coletado é selecionado e o restante é aterrado. Nesses distritos, a prefeitura mantém convênio com as Associações Comunitárias para a prestação desses serviços. No distrito de Pedro Lessa, o destino final do lixo não está resolvido ainda.

Na sede de Turmalina, no destino final do lixo, são encontrados catadores não organizados, inclusive crianças. Nos distritos, a prefeitura não executa os serviços de

capina, varrição e coleta do lixo. Os moradores têm o hábito de queimar o lixo produzido, que é pouco.

Capelinha, Couto de Magalhães de Minas, Felício dos Santos e Turmalina não desenvolvem nenhuma atividade na área de saneamento com enfoque nos lugares turísticos (QUADRO 2.40).

QUADRO 2.40

Situação do saneamento nos lugares turísticos dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	DISPONIBILIDADE DE ÁGUA TRATADA	SISTEMA DE ESGOTO POLUINDO CURSOS D'ÁGUA	COLETA DE LIXO	DESTINO FINAL DO LIXO
Capelinha	Não existe trabalho em saneamento com enfoque nos lugares turísticos.	Não existe trabalho em saneamento com enfoque nos lugares turísticos.	Não existe trabalho em saneamento com enfoque nos lugares turísticos.	Não existe trabalho em saneamento com enfoque nos lugares turísticos.
Couto de Magalhães de Minas	Não existe trabalho em saneamento com enfoque nos lugares turísticos.	Não existe trabalho em saneamento com enfoque nos lugares turísticos.	Não existe trabalho em saneamento com enfoque nos lugares turísticos.	Não existe trabalho em saneamento com enfoque nos lugares turísticos.
Diamantina	Sim	Não	Sim	Sim
Felício dos Santos	Não existe trabalho em saneamento com enfoque nos lugares turísticos.	Não existe trabalho em saneamento com enfoque nos lugares turísticos.	Não existe trabalho em saneamento com enfoque nos lugares turísticos.	Não existe trabalho em saneamento com enfoque nos lugares turísticos.
Itamarandiba	Não	NR	Existe nos parques	Recolhido em depósito e depois, espalhado.
Minas Novas	Sim	Não	Sim	Sim
São Gonçalo do Rio Preto	Não	Não	Sim	Sim
Serro	Não. Mas a água é pura, com exceção de Capivari.	Sim, na sede. Nos distritos, são fossas.	Sim	O lixo é selecionado e o restante aterrado, com exceção de Pedro Lessa, que não tem o destino final resolvido.
Turmalina	Não existe trabalho em saneamento com enfoque nos lugares turísticos.	Não existe trabalho em saneamento com enfoque nos lugares turísticos.	Não existe trabalho em saneamento com enfoque nos lugares turísticos.	Não existe trabalho em saneamento com enfoque nos lugares turísticos.

Fonte: Prefeituras Municipais
 Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

2.4.2 Política de preservação ambiental

Para a compreensão da prática da política pública municipal de preservação ambiental, foram considerados como parâmetros da análise: os problemas ambientais; os programas e projetos para sua solução; a existência e o papel do Conselho de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA) no município; e as relações institucionais e parcerias acerca do papel estratégico do município como indutor de políticas locais de prevenção ambiental.

QUADRO 2.41

Problemas ambientais e programas e projetos de defesa do meio ambiente nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

(Continua)

MUNICÍPIO	PROBLEMAS AMBIENTAIS	PROGRAMAS E PROJETOS DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
Capelinha	<ul style="list-style-type: none"> • Lixo a céu aberto • Inexistência de usina de reciclagem • Assoreamento do córrego Arcão • Tratamento de esgoto • Término dos ramais de vias públicas 	<ul style="list-style-type: none"> • Represas de contenção pluvial • Criação de APAS – Barraginha, Cabeceira do córrego Arcão – Bairro Jardim Aeroporto. • Plantio de árvores em locais degradados • Ação através do Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (DLIS) e seus resultados
Couto de Magalhães de Minas	<ul style="list-style-type: none"> • Garimpo, esgoto, lixo a céu aberto. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não respondido
Diamantina	<ul style="list-style-type: none"> • Conciliação das atividades de garimpo com a preservação ambiental • Garimpo clandestino • Esgoto jogado nas águas • Desmatamento de mata ciliar pela atividade de mineração 	<ul style="list-style-type: none"> • Educação, para mudança de cultura da poluição e do desmatamento. • Programa de coleta seletiva do lixo domiciliar: alunos das escolas • Semana do Meio Ambiente – distribuição de mudas, palestras e <i>blitzen</i>. • Mineração controlada, sem poluição: fiscalização ativa, controle do Jequitinhonha • Superação/controlado do desmatamento

(Conclusão)		
MUNICÍPIO	PROBLEMAS AMBIENTAIS	PROGRAMAS E PROJETOS DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
Felício dos Santos	<ul style="list-style-type: none"> • Carvoarias, desmatamento e queimadas. • IEF como elemento de punição • Inexistência de política de subsistência para a população 	<ul style="list-style-type: none"> • Nenhum
Itamarandiba	<ul style="list-style-type: none"> • Lixo, esgoto, carvoarias. • Floresta de eucaliptos, sem zoneamento ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tentativa de construção da ETE • Busca de solução para o lixo
Minas Novas	<ul style="list-style-type: none"> • Abastecimento de água – comunidades rurais • Tratamento de esgoto • Erosão, assoreamento dos rios e córregos por causa de queimadas e desmates. 	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Nascentes: onde há água, há vida: – revitalização das nascentes, córregos e rios, dando condições para a produção agrícola.
São Gonçalo do Rio Preto	<ul style="list-style-type: none"> • Não há 	–
Serro	<ul style="list-style-type: none"> • Saneamento – esgotamento sanitário / tratamento de esgoto – aterro controlado que funciona precariamente • Poluição dos rios causada pela mineração. 	<ul style="list-style-type: none"> • ETE no Distrito de Pedro Lessa: em andamento • Aterro controlado em implantação • Coleta seletiva de lixo: em implantação (lenta)
Turmalina	<ul style="list-style-type: none"> • Lixo a céu aberto • Assoreamento de córregos devido ao desmatamento • Falta de bacias de contenção • Falta de ETE 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de bacias de contenção • Criação de APAS (rio Araçuaí) • Construção de pequenas barragens • Reflorestamento (mata nativa) • Cercamento de nascentes.

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: APAS – Áreas de Prevenção Ambiental. IEF – Instituto Estadual de Florestas. ETE – Estação de Tratamento de Esgoto.

A institucionalização do CODEMA e as relações interinstitucionais e intergovernamentais nos nove municípios são demonstradas nos QUADROS 2.42 e 2.43.

Os problemas ambientais são bastante acentuados em oito dos nove municípios diagnosticados, com reflexos diretos na qualidade de vida da população.

Em que se pese as iniciativas no sentido de solucionar tais problemas, traduzidas pela promoção dos programas e projetos apresentados, a conjugação de esforços, pela interação como o CODEMA, configuraram-se como resultados pouco satisfatórios.

É de se destacar, no caso, o Programa de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável, de Capelinha; o projeto de educação para a mudança de cultura, de Diamantina; a busca de soluções e alternativas para o esgotamento sanitário, o controle do lixo, o desmatamento e a preservação de nascentes, em sete municípios.

Em Diamantina, o CODEMA é muito atuante e em outros seis municípios está sujeito à capacitação dos conselheiros e à busca de resultados mais consistentes em sua atuação.

QUADRO 2.42

Institucionalização do CODEMA nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

(Continua)

MUNICÍPIO	CODEMA			
	Existência		Natureza	Funcionamento
	Sim	Não		
Capelinha	x		Consultivo	50% órgãos públicos 50% ONGs. Pode melhorar: há interesse nos trabalhos, conscientização e envolvimento.
Couto de Magalhães de Minas	x		Deliberativo / Consultivo	NR
Diamantina	x		Deliberativo	Prefeitura, Câmara, Polícia Ambiental, IEF, EMATER, COPASA. Entidades não governamentais: OAB, ACID, COOPERGARDI – Coop. Garimpeiros, 1 representante Associação Comunitária Muito atuante. Tem assessoria jurídica própria

(Conclusão)

MUNICÍPIO	CODEMA			
	Existência		Natureza	Funcionamento
	Sim	Não		
Felício dos Santos	x		NR	NR
Itamarandiba	x		Consultivo	<p>Presidente: ambientalista de ONG local. Mais representantes secretarias municipais de Educação, Obras Públicas e Agricultura; 2 representantes de órgãos estaduais: IEF, COPASA; 2 da Associação Comercial e Industrial; 2 da Comunidade.</p> <p>Não é atuante. Há apenas iniciativas isoladas de ambientalistas integrantes do Conselho.</p>
Minas Novas	x		Deliberativo / Consultivo	<p>Paritário: 11 membros governamentais; 11 membros não governamentais.</p> <p>Reuniões mensais: necessita de capacitação para os conselheiros, administração e assessoria em fiscalização ambiental.</p>
São Gonçalo do Rio Preto	x		Deliberativo	<p>8 membros, com 8 suplentes: prefeitura (2); IEF, PM, Câmara, Comunidade (2), Promotoria.</p> <p>– Funciona bem, ligado ao PROTERIO, com 10 sócios fundador, mantido pelos associados.</p>
(Serro	x		Deliberativo / Consultivo	<p>Paritário – 12 membros: funcionamento regular. Há muita demanda, mas as reuniões são mais para expedição de licença.</p>
Turmalina	x		Deliberativo	<p>50% Poder Público 50% ONGs.</p> <p>Funcionamento regular; as reuniões acontecem quando há necessidade de deliberação.</p>

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: NR – Não Respondido. CODEMA – Conselho de Defesa do Meio Ambiente. ONG – Organização não Governamental. IEF – Instituto Estadual de Florestas. EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. OAB – Ordem dos Advogados do Brasil. ACID – Associação Comercial e Industrial de Diamantina. COOPERGARDI – Cooperativa dos Garimpeiros de Diamantina. COPASA – Companhia de Água e Saneamento de Minas Gerais. PM – Polícia Militar. PROTERIO – Organização não Governamental de Proteção e Defesa do Rio Jequitinhonha.

QUADRO 2.43

Relações interinstitucionais e intergovernamentais na política ambiental nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	PARCERIA COM INICIATIVA PRIVADA	ARTICULAÇÕES			PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS	
		Intermunicipais	Estado	União	Sistema Estadual de Recursos Hídricos	Comitê de Agências de Bacias
Capelinha	Sim	Sim	Sim	Sim	Discreta	Tímida
Couto de Magalhães de Minas	Não	Não	Sim	N/R	N/R	N/R
Diamantina	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
Felício dos Santos	Não	Não	Não	N/R	Sim	Sim
Itamarandiba	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim
Minas Novas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Ativa
São Gonçalo do Rio Preto	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim
Serro	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Turmalina	Sim	Sim	Sim	Discreta	Discreta	Sim

Fonte: Prefeituras Municipais
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

As relações interinstitucionais e intergovernamentais mostradas no QUADRO 2.43 podem ser relacionadas com os dados sobre as ações institucionais e administrativas das administrações municipais para as questões da preservação ambiental.

O fortalecimento do CODEMA poderá favorecer a consistência das relações interinstitucionais e intergovernamentais, necessárias à superação dos problemas ambientais, embora seja observada uma relação em torno de 51% para Sim e Não, que caracteriza a projeção de resultados das parcerias e articulações, fundamentais para a consecução dos programas e projetos delineados no QUADRO 2.41.

Essa constatação se projeta também para o aparato institucional e a estrutura administrativa das administrações municipais na área ambiental (QUADRO 2.44).

A estrutura de legislação e de fiscalização é precária, excetuando-se Diamantina e Minas Novas. No Serro, a legislação ambiental está em elaboração, com vistas à preservação da mata atlântica.

QUADRO 2.44

Aparato institucional e estruturas administrativas na área de preservação ambiental dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	QUADRO DE FISCAIS	ARTICULAÇÃO INTERNA	FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
Capelinha	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	Sim	Não	Saúde, Lazer, Esporte.	Deficiente. Fragilidade do poder de polícia do IEF e da prefeitura
Couto de Magalhães de Minas	–	Sim	Não	NR	CODEMA
Diamantina	Secretaria de Administração e Meio Ambiente	Sim	Sim	Cultura, Obras.	Garimpo. Atendimento a denúncias
Felício dos Santos	–	Não	Não	Não	Não
Itamarandiba	NÃO específica	Não	Não	Não	IEF – IBAMA
Minas Novas	Secretaria de Assuntos Rurais e Meio Ambiente	Sim	Sim	CODEMA, CMDR, Equipe Prefeitura.	Prefeitura – IEF Polícia Florestal
São Gonçalo do Rio Preto	–	Não	Não	Educação, Saúde	IEF Polícia Florestal
Serro	Secretaria de Cultura, Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.	Não	Sim	Toda a Prefeitura	IEF, FEAM. Polícia Florestal
Turmalina	Secretaria Municipal de Agricultura	Não	Não	Toda a Prefeitura	IEF, EMATER.

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: NR – Não Respondido. CODEMA – Conselho de Defesa do Meio Ambiente – IEF – Instituto Estadual de Florestas.

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente. FEAM – Fundação Estadual de Meio Ambiente. EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

2.4.3 Institucionalização da política de saúde

A institucionalização da política de saúde nos municípios foi avaliada considerando as normalizações de institucionalização do Sistema Único de Saúde e a disponibilidade ou não de serviços direcionados para a atenção ao turista.

A política de saúde encontra-se institucionalizada em todos os municípios estudados conforme a legislação e ou regulamentação do SUS em todos os municípios estudados, que dispõem de Conselhos Municipais de Saúde atuantes e com funcionamento regular, e devidamente enquadrados nos dispositivos da Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS), na condição de gestão plena da atenção básica. A rede privada não conveniada com o SUS é incipiente e só existe em Couto de Magalhães de Minas e Diamantina (QUADRO 2.45).

As atividades de vigilância sanitária, vigilância epidemiológica e controle de zoonoses – relevantes do ponto de vista da proliferação de doenças em locais de fluxos mais intensos de população, como é o caso dos municípios selecionados – estão em pleno funcionamento. É necessário, porém, empreender esforços no sentido de rever a legislação local ou mesmo, de elaborar uma e de implementar ações articuladas com o desenvolvimento do turismo, como a fiscalização de feiras, mercados, açougues, pousadas, hotéis e restaurantes, entre outros.

No que se refere à atenção individual à saúde, apenas Diamantina desenvolve ações voltadas para o atendimento ao turista por meio de terceirização de serviços de urgência e emergência e de ortopedia. A maior parte dos municípios integra o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Jequitinhonha (CISAJE). Belo Horizonte, Diamantina e Curvelo, principalmente os dois primeiros, são os centros de referência para a atenção hospitalar desses municípios.

As articulações intergovernamentais ocorrem conforme os mecanismos institucionalizados pelo SUS ou com o estado, por intermédio da Diretoria de Ações Descentralizadas de Saúde (DADS) da Secretaria de Estado da Saúde (SES-MG) e da Fundação Ezequiel Dias (FUNED)¹⁰ (QUADRO 2.45).

¹⁰ A maior parte dos municípios citou o fato de estar ocorrendo grande atraso na entrega dos medicamentos da farmácia básica.

QUADRO 2.45

Mecanismos de institucionalização da política de saúde nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

(Continua)

MUNICÍPIO	CONDIÇÃO DE GESTÃO CONFORME A NOAS	CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	HIERARQUIA DA ATENÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL			REDE PRIVADA NÃO CONVENIADA COM O SUS	VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA	CONTROLE DE ZOOSE
				Ambulatorial básica	Ambulatorial em especialidades	Hospitalar			
Capelinha	Gestão plena da atenção básica	Funciona regularmente.	Criado legalmente em 3/1994, mas só implementado em julho de 2003.	2 centros de saúde, 2 postos de saúde e 1 PSF na sede e 4 postos de saúde distribuídos por 4 distritos.	NR	1 hospital	Não existe.	Funcionando no município, dispo de legislação e de dois fiscais médicos para a vigilância epidemiológica e de dois técnicos de vigilância sanitária.	Funcionando no município.
Couto de Magalhães de Minas	Gestão plena da atenção básica	Funciona regularmente.	Funciona com a estrutura de apoio da Secretaria Geral e da Secretaria de Finanças.	1 Unidade Mista, com 1 PSF e 1 PACS.	Não existe.	Não existe.	2 consultórios odontológicos.	Dispõe de Código de Posturas, mas a vigilância sanitária só desenvolve atividade educacional. Existe um fiscal contratado por um ano. A vigilância epidemiológica está organizada com um servidor da FUNASA e um agente municipal	Não está organizado.

(Continua)

MUNICÍPIO	CONDIÇÃO DE GESTÃO CONFORME A NOAS	CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	HIERARQUIA DA ATENÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL			REDE PRIVADA NÃO CONVENIADA COM O SUS	VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA	CONTROLE DE ZOOSE
				Ambulatorial básica	Ambulatorial em especialidades	Hospitalar			
Diamantina	Gestão plena da atenção básica	Funciona regularmente	Fundo organizado com uma conta para cada programa (PAB, FAER, PSF, PACS, PPI/ECD, VISA, DENGUE).	5 PSF, 1 PACS, 5 Centros de Saúde	1 Policlínica Especializada, 1 Laboratório, Raio X, NAPS	2 Hospitais conveniados com o SUS, mas não sob gestão municipal.	IPSEMG, CASU, UNIMED, Planos de Saúde da Faculdade Federal e dos Militares.	Dispõe de Código Sanitário, e a vigilância sanitária e epidemiológica estão funcionando com um quadro de cinco fiscais e uma coordenadora concursados.	Funcionando no município com um quadro de servidores com uma veterinária, quatro agentes e um supervisor. Dispõe de dois carros e estão implantando canis na sede e na zona rural.
Felício dos Santos	Gestão plena da atenção básica	Funciona regularmente.	Funciona regularmente.	1 Unidade	Não existe.	Não existe.	Não existe.	Existe um servidor fiscal.	Está organizada com equipe de três servidores e um servidor da FUNASA e com atividades como visita e borrifação nas casas, identificação de focos, aplicação de herbicidas na zona rural para o combate à dengue.

(Continua)

MUNICÍPIO	CONDIÇÃO DE GESTÃO CONFORME A NOAS	CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	HIERARQUIA DA ATENÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL			REDE PRIVADA NÃO CONVENIADA COM O SUS	VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA	CONTROLE DE ZOOSE
				Ambulatorial básica	Ambulatorial em especialidades	Hospitalar			
Itamarandiba	Gestão plena da atenção básica	Funciona regularmente.	Funciona regularmente.	14 postos de saúde	Não existe.	1 hospital municipal e 1 hospital filantrópico conveniado com o SUS.	Não existe.	Atuam conforme orientação da DADS em função dos indicadores de saúde com multivacinação.	Está organizada no município, atuando com o programa de controle da esquistossomose e num princípio de epidemia de febre amarela.
Minas Novas	Gestão plena da atenção básica	Funciona regularmente.	Funciona regularmente, mas o município chega a gastar mais de 15% do seu orçamento para complementar os recursos do SUS federal.	1 posto de saúde.	1 policlínica	1 hospital	Não existe.	Funciona com uma enfermeira coordenando as equipes no trabalho de combate à dengue, à febre amarela e à doença de Chagas.	Está organizada com uma equipe de agentes de saúde e coordenadores de saúde.

(Conclusão)

MUNICÍPIO	CONDIÇÃO DE GESTÃO CONFORME A NOAS	CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	HIERARQUIA DA ATENÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL			REDE PRIVADA NÃO CONVENIADA COM O SUS	VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA	CONTROLE DE ZONOSSES
				Ambulatorial básica	Ambulatorial em especialidades	Hospitalar			
São Gonçalo do Rio Preto	Gestão plena da atenção básica	Funciona regularmente.	Gerido pela Prefeitura, mas os recursos são insuficientes.	PSF	Unidade Mista com atendimento em pediatria e ginecologista uma vez por semana	Não existe.	Não existe.	Não dispõe de legislação – Código de Posturas – e é meta deliberada na última Conferência de Saúde. Está organizada com atividades como controle de vetores, leishmaniose, imunização, controle de agravos de doenças e notificações.	Está organizada para executar atividades de controle de roedores, borrições, vacinação anti-rábica.
Serro	Gestão plena da atenção básica	Funciona regularmente.	Administrado pelo prefeito municipal. Visto da Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.	2 postos de saúde na sede; 4 postos de saúde em distritos e 3 consultórios odontológicos em distritos.	1 policlínica, 1 clínica de fisioterapia municipal, 1 clínica infantil municipal e 1 centro odontológico municipal	NR	NR	A vigilância epidemiológica é realizada por um médico, uma enfermeira, um auxiliar de enfermagem, dois fiscais e um coordenador da FUNASA. A vigilância sanitária está sendo reestruturada, mas já dispõe de serviços de uma médica veterinária	Trabalho de equipes de do PSF e PACS relacionado com o controle da esquistossomose, leishmaniose e doença de Chagas.
Turmalina	Gestão plena da atenção básica	Funciona regularmente.	Funciona regularmente.	1 clínica odontológica, 1 posto de saúde e 1 centro de saúde	NR	1 hospital	Não existe.	Vigilância sanitária em funcionamento no município, com um coordenador e um fiscal de Vigilância Sanitária atuando no combate à doença de Chagas, à dengue, e com imunização.	Dez servidores compõem a equipe de trabalho com controle de zoonoses e vigilância epidemiológica.

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: SUS= Sistema Único de Saúde. DADS= Diretoria de Ações Descentralizadas de Saúde. FUNASA= Fundação Nacional de Saúde. NOAS= Norma Operacional de Assistência à Saúde. SUS Sistema Único de Saúde. PSF = Programa de Saúde da Família. PACS + Programa de Agentes Comunitários de Saúde.

QUADRO 2.46

Articulações intermunicipais e intergovernamentais na política de saúde nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha da área de planejamento – Minas Gerais – 2003

(Continua)

MUNICÍPIO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	REFERÊNCIA AMBULATORIAL	REFERÊNCIA HOSPITALAR	ARTICULAÇÃO COM O ESTADO	PARTICIPAÇÃO NA CIB	ARTICULAÇÃO COM A UNIÃO	PARTICIPAÇÃO NA CIT
Capelinha	Não integra nenhum consórcio.	Diamantina e Belo Horizonte.	Diamantina e Belo Horizonte.	Por intermédio da DADS	O município sede da DADS decide e os outros cumprem	Por intermédio de convênios.	Não tem acesso.
Couto de Magalhães de Minas	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Jequitinhonha (CISAJE).	Curvelo e Montes Claros para a atenção ambulatorial em especialidades.	Diamantina e Belo Horizonte.	Por intermédio da DADS. A FUNED deve farmácia básica ao município.	Participa da CIB e do COSEMS Regionais	Distante.	Não tem acesso.
Diamantina	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Jequitinhonha (CISAJE).	Não referencia.	Belo Horizonte e Curvelo.	Por intermédio da DADS e diretamente com o secretário de Saúde, sem retorno efetivo. A FUNED deve medicamentos ao município desde o ano de 2002.	Participa da CIB.	A União é a que mais repassa recursos, mas o município tem pouco acesso, sendo difícil obter informações.	Distante do município.
Felício dos Santos	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Jequitinhonha (CISAJE).	Não referencia.	Diamantina e Belo Horizonte.	Por intermédio da DADS e da FUNED	Participa da CIB	Por intermédio dos programas.	Por intermédio das reuniões das Comissões Regionais
Itamarandiba	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Jequitinhonha (CISAJE).	Não referencia.	Diamantina e Belo Horizonte.	Só por intermédio do CISAJE. A SES não tem recebido o município. A FUNED atrasou a entrega de medicamentos em um ano.	Com as atuais contrapartidas, não é possível avançar. Hoje, a contrapartida de receita própria é de 50%.	Por intermédio de convênios.	Não é satisfatória, porque a contrapartida em receita própria municipal é muito alta.
Minas Novas	Não integra nenhum consórcio.	Demanda espontânea por parte da população por consultas em Turmalina e Capelinha.	Diamantina e Belo Horizonte.	FUNED não tem atendido adequadamente à farmácia básica.	NR	NR	Não integra nenhum consórcio.
São Gonçalo do Rio Preto	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Jequitinhonha (CISAJE).	Só para atenção ambulatorial em especialidades.	Diamantina, Curvelo, Belo Horizonte.	Convênio com a FUNED, contatos freqüentes com a DADS em Diamantina.	Tem acesso aos dados das reuniões.	Por intermédio dos programas como PSF, Farmácia Popular, HIPERDIA.	Tem acesso aos dados das reuniões.

(Conclusão)

MUNICÍPIO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	REFERÊNCIA AMBULATORIAL	REFERÊNCIA HOSPITALAR	ARTICULAÇÃO COM O ESTADO	PARTICIPAÇÃO NA CIB	ARTICULAÇÃO COM A UNIÃO	PARTICIPAÇÃO NA CIT
Serro	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Jequitinhonha (CISAJE).	Diamantina e Belo Horizonte, para a atenção ambulatorial em média complexidade.	Diamantina e Belo Horizonte.	FUNED, DADS e SES não satisfatória.	Tem acesso aos dados das reuniões.	MS não satisfatória.	NR
Turmalina	Não integra nenhum consórcio.	Não referencia.	Diamantina e Belo Horizonte.	FUNED e DADS.	Pouca discussão entre os municípios.	Existe convênio com a FUNASA para melhoria habitacional e controle da doença de chagas e captação de água para a população rural.	Impossível.

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: CIB= Comissão Intergestores Bipartite. CIT= Comissão Intergestores Tripartite. DADS= Diretoria de Ações Descentralizadas de Saúde. FUNED= Fundação Ezequiel Dias. COSEMS= Colegiado de Secretários Municipais de Saúde. MS = Ministério da Saúde.

As principais endemias verificadas nos municípios estudados ainda estão relacionadas às condições de saneamento – verminose, esquistossomose – e de habitação – doença de Chagas – ou ao combate mediante o controle de zoonoses, como a leishmaniose (QUADRO 2.47).

QUADRO 2.47

Principais endemias nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	PRINCIPAIS ENDEMIAS	ORGANIZAÇÃO DO COMBATE A ENDEMIAS NO SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE
Capelinha	Verminose: esquistossomose, necatosis americanas, lombrigóides, estoamebas.	Por meio do programa de combate a esquistossomose, com mapeamento nosológico anual da área e identificação de ponto crítico a ser trabalhado.
Couto de Magalhães de Minas	Doença de Chagas, dengue, leishmaniose, verminose e esquistossomose.	Servidor da FUNASA e um agente municipal.
Diamantina	Leishmaniose, hanseníase, tuberculose, diarreia.	Há uma equipe que faz o controle.
Felício dos Santos	Verminose	Servidor da FUNASA coordenando servidores municipais.
Itamarandiba	Verminose	Têm realizado trabalhos de prevenção e construção de fossas secas.
Minas Novas	Leishmaniose, esquistossomose, doença de Chagas na zona rural.	Dois servidores da FUNASA e quatro agentes da dengue servidores municipais.
São Gonçalo do Rio Preto	Infecções respiratórias, diarreias e verminose.	Orientações à população por parte da equipe do PSF – ferver água, etc. – e distribuição de hipoclorito de sódio para esterilizar água.
Serro	Doença de Chagas e esquistossomose.	Mediante o trabalho das equipes de PSF e PACS, com o apoio da DADS de Diamantina.
Turmalina	Doença de Chagas, leishmaniose e dengue.	Um servidor da FUNASA para o controle da doença de chagas e dez servidores municipais para o controle da dengue.

Fonte: Prefeituras municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: FUNASA= Fundação Nacional de Saúde. PSF= Programa de Saúde da Família. PACS= Programa de Agentes Comunitários de Saúde. DADS= Diretoria de Ações Descentralizadas de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde.

Capelinha é centro de referência na atenção tanto ambulatorial quanto hospitalar para os municípios de Angelândia, Aricanduva, Água Boa, Minas Novas, Setubinha e

Veredinha. O Conselho Municipal de Saúde é atuante. Os conselheiros realizam cursos de treinamento, nos quais adquirem conhecimentos sobre o papel que devem desempenhar, a legislação do SUS e os relatórios de gestão. As principais ações de saúde implementadas em Capelinha são: Programa de Saúde da Família (PSF); programa de combate à esquistossomose; programas de controle da febre amarela, dengue, leishmaniose, doença de Chagas; e programas de assistência a portadores hanseníase, tuberculose, diabetes e hipertensão arterial e à gestantes. As atividades de vigilância epidemiológica, vigilância sanitária e controle de zoonoses estão em funcionamento no município, dispendo de legislação e tendo como principais atividades: na vigilância sanitária, fiscalização de alimentos em supermercados, mercearias, bares, restaurantes, padarias e laticínios, de ambientes de impactos à saúde em farmácias e pequenas indústrias de derivados de leite. Na vigilância epidemiológica, as principais ações são relacionadas a educação sanitária para prevenção e controle de tuberculose, hanseníase e doenças sexualmente transmissíveis. O município encontra-se discutindo com Turmalina, Minas Novas, Aricanduva e Veredinha a proposta de contratação de ortopedista.

Em Couto de Magalhães de Minas, a atenção à saúde nos distritos de Cachoeira, Tijucuçu, Piteiros, Amendoim, Tomé, Abóboras e Canjicas é articulada com a presença de um agente comunitário do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) em cada distrito. O controle de zoonoses não está institucionalizado no município. Com a Programação e Pactuação Integradas (PPI) ficou acordado que o combate à esquistossomose passaria a ser de competência da esfera estadual. O Conselho Municipal de Saúde é atuante, tendo participado da elaboração da PPI. Os principais programas de saúde implantados são: PSF, PACS, IPERDIA, SISPREN (pré-natal) e o Planejamento Familiar, em que uma assistente social e uma enfermeira ministram palestras. Ainda não se obteve a reversão da incidência de gravidez em adolescentes.

Em Diamantina, os distritos de Medanha, Maria Nunes, Senador Mourão, Planalto de Minas, Desembargador Otoni, Conselheiro Mata, São João da Chapada, Extração, Pinheiro, Vau, Guinda e Sopa, mais a localidade de Capoeirão, dispõem de redes de saúde em atenção ambulatorial básica, constituídas por um PACS, um PSF e um posto de saúde. Os principais programas de saúde desenvolvidos são: o PSF, o

PACS, IPERDIA, Bolsa Alimentação, Programa de Tuberculose, Dengue, SIS pré-natal e o de Controle da Hanseníase. Em parceria com a Pastoral da Criança, estão iniciados projetos de combate à desnutrição. Em parceria com as faculdades locais (FEID e FAFIDA), a secretaria dispõe de estagiários nas áreas de enfermagem, odontologia e pedagogia. Na sede do município, a rede privada conveniada com o SUS é constituída por serviços de ultra-sonografia, mamografia, endoscopia, tomografia, otorrino e os hospitais Santa Casa de Misericórdia e Nossa Senhora da Saúde. O sistema de referência e contra-referência está sendo implantado no âmbito do sistema local, mas nas relações intermunicipais, pelo fato de ainda se estar trabalhando com a PPI de 1997, não tem sido suficiente para atender à demanda. Diamantina é centro de referência para outros 28 municípios. O sistema local é o único que disponibiliza serviços voltados para a atenção ao turista mediante a terceirização de serviços de urgência, emergência e de ortopedia. A vigilância epidemiológica está institucionalizada e informatizada. A vigilância sanitária desenvolve como principais atividades: a realização de vistorias em estabelecimentos comerciais, o atendimento de denúncias, a emissão de alvará sanitário e o julgamento de processos, inerente ao controle sanitário.

Felício dos Santos não conta com médico residente. A população é atendida por dois médicos visitantes, que comparecem de dois em dois dias, e por uma enfermeira de plantão. Os principais programas de saúde implantados no município são: PSF, Viva Mulher, pré-natal e SISVAN. No município, não existe rede privada nem planos e cooperativas de saúde. A Secretaria Municipal conta com a parceria da Federação das Associações Comunitárias e da Pastoral da Criança no funcionamento do SISVAN.

Itamarandiba tem uma extensão territorial de 2.600km², com 269 localidades do tipo aglomerados e vilarejos, que totalizam 5006 residências fora da sede. Para atuar nessa realidade, a Secretaria Municipal de Saúde mantém parceria com 37 Associações de Produtores Rurais. É centro de referência de atenção hospitalar para os municípios de Carbonita, Veredinha, Aricanduva e Coluna e referência para Diamantina e Belo Horizonte nos casos de alta complexidade. O Conselho Municipal de Saúde é bastante atuante, intervindo no encaminhamento de pacientes para tratamento fora de domicílios. Os principais programas de saúde implantados são: instalação de fossas secas nas residências das comunidades de Contrato e Ascência;

dois PACS; e o PSF, implantado nas comunidades mais populares. A farmácia é financiada com receita própria do município. Esses programas alcançam, em média, 75% da população. No município, os planos ou cooperativas de saúde alcançam menos de 5% da população.

Em Minas Novas, os distritos de Lagoa Grande, Ribeirão da Folha e Cruzinha dispõem de posto de saúde e do PSF, ao passo que Baixa Quente só dispõe de posto de saúde. A rede privada de saúde é conveniada com o SUS e é constituída pelo Laboratório de Análises Clínicas (LABORCLIN) e pelo Laboratório de Análises Clínicas Santos Araújo Ltda. O SUS local é centro de referência dos municípios de Chapada do Norte para atenção em internação hospitalar, ultra-som e emergência; Jenipapo de Minas, para urgências e emergências; e para Francisco Badaró e Berilo, em internação hospitalar de seus pacientes para internação hospitalar em Diamantina e Belo Horizonte, para internação hospitalar. Os principais programas de saúde implementados pelo município são: PSF, Hipertensão e Diabetes, Saúde da Mulher, SISVAN, Vacinação Humana e Animal, Educação em Saúde, Saúde Mental, Saúde Bucal e DST/AIDS.

Em São Gonçalo do Rio Preto, o Programa de Saúde da Família (PSF) atende a toda a população, inclusive da zona rural, em postos de saúde ou escolas. As atividades de vigilância sanitária não estão institucionalizadas. O município não dispõe de legislação nem de quadro de fiscais. A última Conferência de Saúde definiu como meta a implantação dos instrumentos legais e do quadro de fiscais. O sistema de referência está organizado, mas o de contra-referência, não. O município reconhece que existe demanda espontânea por parte da população por atenção ambulatorial em Diamantina. Os principais programas implementados são: PSF, Aleitamento Materno, Materno Infantil e o Sistema de Vigilância Alimentar e Agravo para Crianças com Risco Nutricional (SISVAN). No município não existe rede privada de saúde nem planos e cooperativas de saúde. A Secretaria Municipal tem parceria com o Fundo Cristão para Crianças.

No Serro, o laboratório municipal funciona na policlínica. Nos distritos de Deputado Augusto Clementino, São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde, as redes de saúde são constituídas por um posto de saúde e um consultório odontológico

municipal, ao passo que no distrito de Pedro Lessa é constituída por um posto de saúde. O sistema de referência está organizado, mas existem dificuldades em conseguir atendimento em Belo Horizonte. O município é centro de referência em atenção básica para os municípios de Alvorada de Minas e Santo Antônio do Itambé. Os principais programas implementados são: PSF, PACS, SISHIPERDIA (cadastramento de hipertensos e diabéticos), SISPRENATAL (cadastramento de gestantes visando ao parto humanizado), SISCOLO (programa Viva Mulher), CADSUS (Cartão SUS), SINAN, SISVAN, SINASC, Planejamento Familiar e Puericultura. As articulações intermunicipais e as propostas regionais ocorrem conforme os mecanismos de funcionamento do SUS: a PPI e o Plano Diretor de Regionalização (PDR).

Em Turmalina, o distrito de Caçaratiba dispõe de uma rede de saúde constituída por um posto de saúde e uma clínica odontológica. O município é centro de referência para os municípios de Francisco Badaró, Veredinha, Leme do Prado, Chapada do Norte e Jenipapo de Minas, tanto para a atenção ambulatorial e hospitalar. Os principais programas de saúde implementados são: PSF, PACS, Pré-natal e Educação em Saúde. O município desenvolve o projeto Pacto pela Nutrição, em parceria com a Associação de Promoção ao Lavrador e Menor de Turmalina (APLANT).

2.5 Desenvolvimento e integração social

2.5.1 Educação nos municípios

Considera-se a prática das Políticas Públicas de educação sob os seguintes parâmetros, nos nove municípios estudados:

- redes: municipal de ensino (M); estadual municipalizada (EM); municipal estadualizada (ME); estadual (E); e privada (P) (QUADRO 2.48);
- população escolar, estrutura de séries e nucleação;

- quadro do magistério, políticas para a carreira, capacitação dos professores e do pessoal da Educação;
- estrutura organizacional e normativa;
- apoio ao educando; programas e projetos especiais; parcerias e relações institucionais.

A estruturação dos dados em quadros e as análises específicas permitem compreender a institucionalização das políticas de educação nesses municípios.

QUADRO 2.48

Caracterização da rede escolar dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha, por categorias de análise e número de escolas – Minas Gerais – 2003

CARACTERIZAÇÃO Nº ESCOLAS	REDE											
	M		EM		ME		E		P		Total	
	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R
MUNICÍPIOS												
Capelinha	2	5	–	–	–	–	7	1	1	–	10	55
Couto de Magalhães de Minas	2	3	1	–	–	–	2	–	2	–	7	3
Diamantina	4	38	–	1	1	–	23	–	NI	NI	–	67
Felício dos Santos	1	12	–	1	–	1	1	–	N	N	2	14
Itamarandiba	4	54	–	–	–	–	6	12	3	–	13	66
Minas Novas	2	82	–	–	–	–	4	11	–	–	6	93
São Gonçalo do Rio Preto	1	4	1	–	–	–	1	–	–	–	3	4
Serro	1	27	1	2	–	–	3	–	NI	NI	5	29
Turmalina	3	18	1	1	–	–	6	1	1	–	11	20

Fonte: Prefeituras Municipais
 Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota:

N = Não

NI = Não Informado

M = Municipal P = Particular

EM = Estadual Municipalizada

ME = Municipal Estadualizada

E = Estadual

U = Urbana

R = Rural

O QUADRO 2.49 caracteriza a forte presença da escola municipal rural nos municípios, tendência que se vincula à sua base territorial. É uma escola com estrutura multisseriada, agregada à localidade, ou fazenda onde se situa, com ensino pré-escolar e de primeira a quarta série.

QUADRO 2.49

Caracterização da população escolar dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha, por nível de ensino, estrutura de classes e nucleação das escolas – Minas Gerais – 2003

(Continua)

MUNICÍPIO	NÍVEIS DE ENSINO						ESTRUTURA DE CLASSE	NUCLEAÇÃO	
	PE	F	EM	Spl	Spr	TOTAL			
						Pb			Pr
Capelinha	496	6.604 (1ª-4ª) 1.973 (5ª-8ª) ----- 8.577	823	367	-	10.060	203	3 turmas multisseriadas turmas seriadas	Não
Couto de Magalhães de Minas	223	1.074 (1ª-4ª) 600 (5ª-8ª) ----- 1.674	106	-	-	1.919	84	multisseriadas seriadas	Sim atende melhor. Poucas/ algumas na zona rural
Diamantina	1.754	5.389 (1ª-4ª) 5.588 (5ª-8ª) ----- 10.977	2.671	-	69*	15.471	NI	seriadas	Quatro escolas em uma. Em fase de construção. Processo positivo
Felício dos Santos	160	527 (1ª-4ª) 130 (5ª-8ª) ----- 657	65	-	-	882	Não	multisseriadas seriadas	Não
Itamarandiba	867	1.501 (1ª-4ª) 7.079 (5ª-8ª) ----- 8.580	1.208	-	-	10.469	186	multisseriadas (rural) seriadas	Sim Excelente
Minas Novas		1.497 + 6.742 (PE /4ª) (1ª/4ª-Es) 2.233 + 2.592 (PE /6ª) (5ª/8ª Es)	1.037			14.101	N	multisseriadas (rural) seriadas	Sim Acabou com multisseriação
São Gonçalo do Rio Preto	318	595 (PE + séries 1ª até 4ª)	105	-	-	1.018	N	seriadas	Sim. Funciona melhor, apesar de ter aumen- tado os gastos da prefeitura.

(Conclusão)

MUNICÍPIO	NÍVEIS DE ENSINO							ESTRUTURA DE CLASSE	NUCLEAÇÃO
	PE	F	EM	Spl	Spr	TOTAL			
						Pb	Pr		
Serro	648	1.148 (PE-4ª) 515 (1ª-4ª) 1.200 (5ª-8ª) ----- 2.863	268	–	–	3.779	N	multisseriadas seriadas	Houve, mas se reverteu, avaliando-se que não valia a pena
Turmalina	475	2.746 (1ª-4ª) 1.453 (5ª-8ª) ----- 4.199	660	51	–	5.337	48	multisseriadas seriadas	Boa, pedagogicamente, porém sobrecarrega o transporte escolar.

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro

Nota: N: Não. NI: Não Informado. PE: Pré Escolar. F: Fundamental. EM: Ensino Médio. Spl: Supletivo. Spr: Superior.

Pb: Público.

Pr: Privado.

O ensino multisseriado é característico da zona rural, com pequenas escolas e poucos alunos. A nucleação, como processo pedagógico que agrega classes e escolas à integração comunitária, está presente em seis dos nove municípios.

Os QUADROS 2.48 e 2.49 mostram a presença da escola pública – municipal e estadual – na formação das crianças e jovens, não sendo significativa a participação da rede privada de ensino nesses municípios.

O nível de ensino de 1ª a 4ª série é o mais representativo do pré-escolar até a 4ª série nos nove municípios. No caso de Diamantina e do Serro, o índice de matrícula proporcional nas classes de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª séries. Para Itamarandiba e São Gonçalo do Rio Preto os dados informados estão agrupados.

A fraca presença do ensino médio na região (QUADRO 2.49) pode ser considerada como a variável indutora da falta de oportunidades para a formação educacional e profissional do adolescente, com reflexos na falta de capacitação, na obtenção de emprego e de renda e, conseqüentemente, na marginalização e exclusão sociais.

Com relação ao processo de municipalização do ensino e à forte presença das administrações municipais na prática dessa política, citam-se os relatos dos entrevistados:

- “Avaliação positiva, pois o município atende melhor às necessidades de material didático e pratica a assistência pedagógica”.– Couto de Magalhães de Minas.
- “Existe a articulação com o Estado, percebendo-se que há, muitas vezes, uma qualidade superior à rede estadual por ter mantido o regime seriado”.– Felício dos Santos.
- “De 5ª a 8ª séries o município é melhor que o estado – o regime seriado ainda é melhor que o ciclo”.– Itamarandiba.
- “Está funcionando bem e atendendo à demanda”.– São Gonçalo do Rio Preto.

A reflexão posta por Turmalina é reveladora da prática das políticas públicas interinstitucionais diante das demandas da sociedade:

A educação se faz com a dedicação de quem está à frente dela. As escolas municipalizadas e também as demais deveriam receber mais assistência da União; a parcela do orçamento destinada à educação deveria ser maior.

A seguir, são tabulados e avaliados os dados relativos ao quadro de magistério, às políticas para a carreira e à capacitação dos professores e do pessoal da Educação (QUADRO 2.50).

QUADRO 2.50

Existência do quadro do magistério, de políticas para a carreira e capacitação dos professores e do pessoal da educação nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

(Continua)

(Continua) MUNICÍPIO	QUADRO DO MAGISTÉRIO			PLANO DE CARREIRAS	CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO
	Formação profissional	Situação funcional			
		Efetivo	Contrato		
Capelinha	Leigo	–	6	Não	Sim. Equipe pedagógica da Sec. de Educação. Adesão ao Curso Normal Superior. UNIMONTES. UNIPAC e Projeto Veredas.
	Magistério Superior	94	34		
		16	–		
		-----	-----		
		110	40		
Couto de Magalhães de Minas	Magistério Superior	51	6	Não	<ul style="list-style-type: none"> • Dos 51 do Magistério, 45 estão cursando o Normal Superior. • Sim. Treinamento de profissionais da área pedagógica: PROCAP. • Encontros pedagógicos: avaliação da qualidade do trabalho realizado em classe: todos os professores da rede municipal.
	Pós-graduação	4	1		
		4	1		
		-----	-----		
		59	8		
Diamantina	N/I	–	–	Não	<ul style="list-style-type: none"> • Encontros pedagógicos: avaliação da qualidade do trabalho realizado em classe: todos os professores da rede municipal.
Felício dos Santos	Leigo	–	1	Não	<ul style="list-style-type: none"> • Sim. Cursos nas áreas de português, matemática, relações humanas, oficina de ortografia. • O pré-escolar tem treinamento no Centro de Excelência do Professor de Diamantina.
	Magistério	15	6		
		-----	-----		
		15	7		
Itamarandiba	Leigo	35	–	Não	<ul style="list-style-type: none"> • Em torno de 70 em curso superior. • Sim. Cursos e estudos de planejamento.
	Magistério Superior	93	5		
		23	–		
		-----	-----		
		151	5		
Minas Novas	Leigo	25	–	Não	Leigos: 23 cursando Normal Superior. Magistério: 92, mesmo curso Superior: 2 em licença sem vencimento Sim. Programa de capacitação para professores alfabetizados Programa de Capacitação em Ética e Cidadania.
	Magistério Superior	94	63		
	Pós-graduação	12	–		
		6	–		
		-----	-----		
		137	63		

(Conclusão)

MUNICÍPIO	QUADRO DO MAGISTÉRIO			PLANO DE CARREIRAS	CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO
	Formação profissional	Situação funcional			
		Efetivo	Contrato		
São Gonçalo do Rio Preto	Magistério	12	5	Não	Sim. Em convênio com o MEC.
	Superior	2	–		
	-----	-----	-----		
		14	5		
Serro	Leigo	8	–	Não	Sim. Cursos ministrados pela Secretaria Municipal e DRE/MG.
	Magistério	89	9		
	Superior	15	–		
	-----	-----	-----		
		112	9		
Turmalina	Magistério	34	71	Sim. Lei Municipal de 1998.	Sim. Treinamento para as primeiras séries do ensino fundamental, durante todo o ano, com o CPCD (Bornal de Jogos).
	Superior	28	5		
	Pós-graduação	1	–		
	-----	-----	-----		
		63	76		

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro

Nota: UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros. UNIPAC – Universidade Presidente Antônio Carlos.
 PROCAP – Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento de Professores. MEC – Ministério da Educação.
 SER/MG – Superintendência Regional de Ensino – Minas Gerais. CPCD – Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento – Curvelo.

Formação profissional, treinamento e capacitação são fatores determinantes para o alcance dos resultados das políticas públicas.

O professorado tem se submetido a capacitação profissional nos nove municípios trabalhados, embora não de forma consistente. Apenas Turmalina acusa a existência de plano de carreira do magistrado. Nos demais municípios esta carência pode estar relacionada à existência de pessoal contratado. Turmalina, o número de contratados é expressivo, superior ao do pessoal efetivo. Diamantina não informou sobre seu quadro de pessoal.

Nos oito municípios o número de pessoas com formação em magistério é preponderante, embora haja leigos em cinco deles. Em Minas Novas, estão em processo de capacitação.

A existência de profissionais de curso superior e com pós-graduação é importante para a melhoria das práticas pedagógicas. Sua existência é constatada em sete municípios.

As práticas educacionais têm relação também com o aparato institucional e organizacional da prefeitura, para responder a essa demanda social. O QUADRO 2.51 projeta a estrutura administrativa e dos Conselhos relativos à política educacional.

QUADRO 2.51

Caracterização do aparato institucional e administrativo para responder à política educacional dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

(Continua)

MUNICÍPIO	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	CONSELHOS		
		Merenda Escolar	FUNDEF	Municipal de Educação
Capelinha	Secretaria Municipal de Educação	Sim. Deliberativo. Participativo.	Sim. Deliberativo. Bom e tem todo acompanhamento do Programa. Resolveu a manutenção das escolas e pagamento dos professores.	Sim. Deliberativo. Seis conselheiros (três governamentais e três não governamentais – inspetora, representantes de pais e um da sociedade).
Couto de Magalhães de Minas	Secretaria Municipal de Educação	Sim. Deliberativo e consultivo. Positivo. Reúne-se mensalmente. Carta-convite para compras. Visita às escolas: avaliação e controle dos gastos e do cardápio. Fiscalização da qualidade da merenda.	Sim. Deliberativo-consultivo. Resultado péssimo do FUNDEF. Poucos alunos, então o município perde receita para outros municípios.	Sim. Deliberativo e consultivo. Conselho do FUNDEF – Representantes de pais, alunos, professores municipais e estaduais, igreja, diretores de escolas, representante de Associação Comercial. Fiscalizam os recursos e o ensino. Reuniões mensais, com atas.
Diamantina	Secretaria Municipal de Educação	Sim. Deliberativo-consultivo. Muito bem. Visitas às escolas, atuantes. Acompanham a aplicação dos recursos. • Orienta o armazenamento dos gêneros e qualidade dos produtos.	• Sim. Deliberativo-consultivo. • NR	Não. Em fase de organização.
Felício dos Santos	Departamento Municipal de Educação	Sim. Consultivo. Deixa a desejar.	• Sim. Consultivo. Dificuldade em se reunir trimestralmente. • Resultado FUNDEF: Dinheiro bem aplicado faz muita diferença. Deveria contemplar o pré-escolar.	Não
Itamarandiba	Secretaria Municipal de Educação	Sim. Deliberativo. Bom.	• Sim. Deliberativo. Satisfatório. • Cumprem as normas. Os recursos são divididos por muitas escolas com poucos alunos. Resultado pouco satisfatório para os professores. Tinha que ser o inverso.	Não. Tem lei que cria o Conselho, mas não está funcionando.

(Conclusão)

MUNICÍPIO	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	CONSELHOS		
		Merenda Escolar	FUNDEF	Municipal de Educação
Minas Novas	Secretaria Municipal de Educação	Sim. Deliberativo-consultivo. Positivo, mas com dificuldades, dada à disponibilidade das pessoas; voluntariado; sem formação específica.	Sim. Deliberativo-consultivo. Depende da disponibilidade de tempo. – Resolveu em parte a melhoria salarial dos professores. • Permitiu, precariamente, a manutenção do transporte da rede estadual de ensino.	Sim. Consultivo e deliberativo. 18 membros. Secretário Educação: membro nato. Poder Executivo / escolas: (9) Pais (2) Ass. Comercial (1) Sind. Trabalhadores (1) Conselhos (3) Poder Legislativo (1)
São Gonçalo do Rio Preto	Secretaria Municipal de Educação	Sim. Consultivo. Grande valia.	Sim. Consultivo. Reúne-se periodicamente, conforme a necessidade. • Bom programa, mas não dá resultados significativos para os professores.	Sim. Consultivo. Representantes da comunidade, ONGs, professores e comunidade escolar. Quase não atua.
Serro	Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer	Sim. Deliberativo. Atua regularmente.	Sim. Deliberativo. Não funciona regularmente. • Gerou mais recursos.	Sim Não funciona regularmente.
Turmalina	Departamento de Educação, Cultura e Recreação	Sim. Deliberativo e consultivo. Bom.	Sim. Deliberativo e Consultivo. – Resultado muito bom, pois direcionam democraticamente os recursos os recursos de forma a proporcionar ganhos para a sociedade.	Não

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro

Nota: NR – Não Respondido. FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Vê-se que a estrutura de secretaria (departamento) de educação está presente nos nove municípios, aliada à existência dos Conselhos da Merenda Escolar, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) (1997, Governo Federal) e do Conselho Municipal de Educação.

A institucionalização das práticas participativas, com análise, controle e avaliação das ações empreendidas, é citada pelos entrevistados.

São ressaltados os aspectos positivos e de atuação mais intensa do Conselho da Merenda Escolar em Couto de Magalhães de Minas e Diamantina, com reações desfavoráveis em Felício dos Santos, Minas Novas e Serro.

No caso do FUNDEF, avalia-se a importância dos recursos para as ações da Política Pública de Educação em Capelinha, Felício dos Santos, Serro e Turmalina. Há críticas ao seu direcionamento em Couto de Magalhães de Minas, Itamarandiba, Minas Novas e São Gonçalo do Rio Preto.

A aplicação dos recursos e a própria ação do Conselho têm a ver, de perto, com a atuação integrada das políticas municipais.

O Conselho Municipal de Educação praticamente não existe em cinco dos municípios. Considera-se que o papel do Conselho pode se tornar estratégico como instrumento de gestão, como espaço de participação e como fator de melhoria da qualidade do processo de tomada de decisões.

Mesmo com o quadro de dificuldades políticas, sociais e econômicas em que se depara a maioria dos municípios no Brasil, a análise das informações relativas às parcerias e relações institucionais para os nove municípios em estudo projeta ações favoráveis à integração de ações e à busca de parcerias.

Verifica-se atuação e integração local das empresas e da sociedade em sete municípios, embora seja frágil em nível regional (QUADRO 2.52).

Ressaltam-se o papel da AMAJE e sua ação de articulação e de integração dos municípios.

QUADRO 2.52

Caracterização das parcerias e das relações institucionais para a prática das políticas municipais de educação nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

(Continua)

MUNICÍPIO	PARCERIA E INTEGRAÇÃO LOCAL		RELAÇÕES INSTITUCIONAIS			
	Prefeitura	Empresas Sociedade	Governo Federal	Governo Estadual	Empresas Sociedade	Intermunicipal Regional
Capelinha	Integração	Não	MEC – Convênios, projetos, Livros, Transporte Escolar Capacitação.	Convênio SEE	Não	Implantação do Curso Normal Superior: parceria com municípios vizinhos. UNIMONTES – UNIPAC – criação de novos cursos
Couto de Magalhães de Minas	Não	Sim AMAJE	Pouco	SR/SEE Inspetoria	Não	Grupo de pessoas estuda na universidade em Diamantina.
Diamantina	Trabalho em equipe PROCAR Projetos Ação Rural Rua do Lazer	SENAI Telecurso 2003 CENPEG Formação de Gestores ABRAÇO: – Prevenção Drogas – PMMG Proerd – Projeto Veredas	Bom atendimento em áreas, quando se precisa: PNAE Programa Livro Didático.	Muito bom. Projetos administrativos e pedagógicos	N R	Sim. Municípios vizinhos Não existem propostas regionais de ações conjuntas.
Felício dos Santos	Integração Saúde	Fundo Cristão	Apoio e assistência muito importantes	Orientações Repasses	Não	AMAJE
Itamarandiba	Em conjunto	Não	MEC – Convênios. Transporte Escolar Projeto Recomeço (Jovens e adultos).	Convênios	Banco do Brasil ACESITA Fazendas Capivari	Curso pedagógico com municípios da AMAJE. BB Educar, com Carbonita: capacitação de professores.
Minas Novas	Articulação colaboração para funcionamento das escolas rurais	SENAR – alfabetização e formação continuada de cantineiras CPCD – formação de educadores sociais	Relacionamento complexo e difícil (MEC) PNAE, Livro Didático, PDDE – Dinheiro na Escola	SEE – Convênios. Infra-estrutura, cessão de prédios escolares	Não	Consórcio para formação de professores no normal superior (5 municípios). • Forma tímida de articulação • Ação da AMAJE
São Gonçalo do Rio Preto	Parceria	Fundo Cristão para crianças FAFID – Diamantina – formação de professores	Dificuldade de comunicação (MEC) FNDE Bolsa Escola	Convênio Projeto Veredas habilitação	Não	Não Contratos informais Proposta de curso técnico por intermédio da AMAJE.

(Conclusão)

MUNICÍPIO	PARCERIA E INTEGRAÇÃO LOCAL		RELAÇÕES INSTITUCIONAIS			
	Prefeitura	Empresas Sociedade	Governo Federal	Governo Estadual	Empresas Sociedade	Intermunicipal Regional
Serro	Agricultura Saúde	EMATER Igreja	MEC- Pouco dinheiro, mas chega. Muito bom. Transporte Escolar, creches Recomeço Alfabetização de Jovens e Adultos.	Convênios Bom atendimento	Não	Não
Turmalina	Integração	EMATER Agricultura alternativa SUZANO Projeto Biblioteca Municipal	Normal (MEC), mas restrito.	SEE / SR Muito bom	Não	Não Ações isoladas

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: NR – Não Respondido. MEC – Ministério da Educação. SEE – Secretaria de Estado da Educação. UNIMONTES – Universidade de Montes Claros. UNIPAC – Universidade Presidente Antônio Carlos. AMAJE – Associação dos Municípios do Vale do Jequitinhonha. SR/SEE – Superintendência Regional/Secretaria de Estado da Educação. PROCAP – Programa Capacitação e Aperfeiçoamento de Professores. SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. CENPEG – Centro Profissional de Especialização de Gestores. ABRAÇO – Organização Não Governamental de Prevenção a Drogas. PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais. PROERD – Programa Erradicação de Drogas. PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

ACESITA – Açós Especiais Itabira. BB Educar – Banco do Brasil Educar. SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. CPCD – Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento – Curvelo. PDDE – Programa de Desenvolvimento Dinheiro na Escola.

FAFID – Faculdade de Filosofia de Diamantina. FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. SEE/SR – Secretaria de Estado da Educação/Superintendência Regional. SUZANO – Empresa de Reflorestamento.

O QUADRO 2.53 evidencia as demandas sociais acopladas às políticas municipais de educação, ressaltando-se a importância da merenda e do transporte escolar para as práticas pedagógicas.

QUADRO 2.53

Caracterização dos programas e projetos especiais em educação e apoio ao educando desenvolvidos pelos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

(Continua)

MUNICÍPIO	PROGRAMAS E PROJETOS ESPECIAIS DE APOIO AO EDUCANDO					
	Merenda Escolar	Transporte Escolar	Creches Programas Especiais	População fora da escola	Cursos Superiores (apoio)	Alfabetização
Capelinha	Distribuição mensal	Sim. Necessidade de mais ônibus tem 4; terceirizados: 14	Sim. Acompanhamento por meio dos pré-escolares	Não	Apoio aos estudantes. Curso Normal Superior: UNIMONTES UNIPAC Estudantes em: BH, Diamantina, Itaúna, Viçosa	Suplência 77 alunos
Couto de Magalhães de Minas	Excelente atuação Prefeitura / PNAE	Sim. Necessidade de manutenção e aumento frota	• Sim. Mantidas pela prefeitura (2 professores) • Classe de meninos com dificuldade de aprendizagem.	Sim Área rural Esforço para conduzi-los à escola.	Apoio: UNIPAC. Funciona com um curso (Normal Superior – Prédio da prefeitura)	Adultos (noite)
Diamantina	Muito bem. Ajuda financeira no município. Nutricionista, horta escolar, participação de encontros regionais e capacitação.	Sim. Aquisição de novos carros. Há carros alugados. Recursos escassos.	Assumindo gradativamente.	Sim. Sem avaliação.	Não	Telecurso 2000 – SENAI
Felício dos Santos	Papel do Conselho. Tem nutricionista. Complementação da prefeitura.	Sim. Quem mais utiliza são alunos da rede estadual. É bastante eficaz.	Sim. Projeto integrado de creches	Não	Sim. Apoio no transporte Estudantes em: Couto de Magalhães, Itamarandiba, Diamantina	–
Itamarandiba	Satisfatória, mas recurso <i>per capita</i> não é suficiente. Papel da prefeitura na diferença	O município assumiu. Ainda é insignificante. Há superlotação.	Início, interligado com educação infantil.	Sim. Apuração do Conselho Tutelar – Só está quem for ou quem a família quiser.	Sim. Cursos de Pedagogia FAFID FEVALE – Diamantina Ciências Biológicas UNIMONTES e FADENOR – Estudantes em BH.	–

(Conclusão)

MUNICÍPIO	PROGRAMAS E PROJETOS ESPECIAIS DE APOIO AO EDUCANDO					
	Merenda Escolar	Transporte Escolar	Creches Programas Especiais	População fora da escola	Cursos Superiores (Apoio)	Alfabetização
Minas Novas	PNAE não suficiente. Complementação da prefeitura.	Sim. Não é suficiente. Necessidade de aporte de R\$ 1.500.000,00	Programa Dom Bosco (recuperação de alunos) Creches: não.	Sim. 2%	Sim. Professoras efetivas, com ações voltadas para o ensino fundamental: 50 a 100% necessidade Estudantes: Minas Novas – NEAD UFOP Diamantina MS / UCDB – 300 estudantes, nas férias	138 alunos – Jovens e adultos: SENAR
São Gonçalo do Rio Preto	Almoço completo.	Sim. Suficiente.	Sim. Creches. Apoio necessário	Não.	Sim Transporte para Diamantina e Couto de Magalhães – UNIPAC Estudantes: Diamantina	Jovens e adultos – noturno – 42 alunos
Serro	Em todas as escolas.	Sim. Necessidade de 4 ônibus	Creches seriadas com pré-escolar 276 alunos. Projeto CURUMIM – 76 alunos.	Sim 5% – falta o resultado do Censo.	Sim. Empréstimo de ônibus para Diamantina – alunos pagam. – Normal Superior: UNIMONTES – FAFID – Diamantina – PUC / Serro.	Jovens e adultos – 6 escolas: 186 alunos (zona rural). 18 alunos (1ª-3ª).
Turmalina	Funciona bem	Sobrecarregado. Necessidade de mais 1 ônibus.	Sim. Creches. gerenciamento	Sim. Percentual baixo – menos de 1%	Sim, apoio financeiro com bolsas. Estudantes em Turmalina, Capelinha, Diamantina.	N/I

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro

Nota: NI – Não Informado. UNIMONTES – Universidade de Montes Claros. UNIPAC – Universidade Presidente Antônio Carlos. PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. FAFID – Faculdade de Filosofia de Diamantina. FEVALE – Faculdade de Educação do Vale do Jequitinhonha. FADENOR – Fundação de Amparo ao Desenvolvimento da Educação do Norte de Minas. NEAD – Núcleo de Educação à Distância. UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto. MS/UCDB – Mato Grosso do Sul – Universidade Católica Dom Bosco. SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. PUC – Pontifícia Universidade Católica.

Ressaltou-se o papel do Conselho da Merenda Escolar, e aqui os resultados satisfatórios da merenda em si são evidenciados nos locais em que a prefeitura e a AMAJE exercem seu papel de agente integrador na busca da qualidade.

O transporte escolar existe, mas carece de investimentos maiores para sua efetividade, conforme ressaltado por sete municípios. Felício dos Santos e São Gonçalo realçam sua eficácia.

A existência de programas especiais e de creches é relatada por todos os municípios. É pequena a incidência de população em idade escolar fora da escola, e nesse aspecto registra-se a atuação de Couto de Magalhães de Minas e o papel do Conselho Tutelar em Itamarandiba. Não apontam dados a cerca dessa população: Capelinha, Felício dos Santos e São Gonçalo do Rio Preto.

Os estudantes de curso superior recebem apoio para locomoção em oito municípios. , Diamantina não entra nessa estatística por oferecer cursos superiores.

Em seis municípios são desenvolvidos projetos de inserção de jovens e adultos.

As políticas de educação nos nove municípios apresentam diversidade de ações e de conteúdos, reveladoras do esforço das administrações municipais para melhorar o desempenho da gestão, que, atingindo metas e objetivos, concorrem para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

2.5.2 Políticas de esporte e lazer

Para analisar essa política pública municipal nos nove municípios em referência, consideraram-se: as ações político-administrativas, compreendendo as estruturas administrativas; os programas; as instalações; e as articulações e parcerias na concretização das ações (QUADRO 2.54):

QUADRO 2.54

Ação político-administrativa dos governos locais com relação ao esporte e lazer nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

(Continua)

MUNICÍPIO	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	POLÍTICAS E PROGRAMAS	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	ARTICULAÇÕES E PARCERIAS
Capelinha	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> • Campeonato Municipal de Categorias de Base e Adultos • Agente Jovem • PETI • Campeonato Mineiro de Futebol Amador 	<ul style="list-style-type: none"> • Estádio Municipal • Praça de esportes • Quadras esportivas (escolas) • Campinhos de futebol (zona rural) 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretarias Municipais • Empresas locais e regionais • Municípios • Campeonatos regionais • Ministério do Esporte
Couto de Magalhães de Minas	Diretoria de Esportes (Secretaria de Cultura, Lazer, Esporte, Turismo)	<ul style="list-style-type: none"> • Escolinha de Futebol • Vôlei Juvenil • Corrida Rústica • Campeonato Regional de Futebol 	<ul style="list-style-type: none"> • Ginásio poliesportivo • Campo de futebol 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria Municipal de Educação • Intermunicipal • Estado: campeonato regional
Diamantina	Coordenadoria de Esportes	<ul style="list-style-type: none"> • Escolinhas de Esportes • Corridas dos Bairros • Copa Verão de Peteca e Vôlei de areia • Campeonato Mineiro de Handebol • Jogos do Interior de Minas • Taça Diamantina de Futsal • Jogos Escolares de Integração • Corrida contra o fumo • Agito Brasil – Conscientização sobre atividade física / saúde. • Campeonatos e jogos regionais • Esporte Solidário • Rally do Sertão 	<ul style="list-style-type: none"> • Ginásio poliesportivo • Praça de esportes • Quadras poliesportivas dos distritos (3) 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretarias Municipais (Educação, Saúde) • Intermunicipal • SEDESE - Estado • Governo Federal
Felício dos Santos	–	<ul style="list-style-type: none"> • Torneios Regionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Estádio de futebol • Praça de esporte 	<ul style="list-style-type: none"> • Prefeitura • Intermunicipal
Itamarandiba	Departamento de Esportes	<ul style="list-style-type: none"> • Campeonato Municipal Amador de Futebol • Torneios de Peteca • Jogos Estudantis Municipais • Competições Regionais • Copa Aranaís 	<ul style="list-style-type: none"> • Campo gramado municipal (1) particular (1) • Ginásio poliesportivo (em construção) 	<ul style="list-style-type: none"> • Departamento de Desenvolvimento Social, Obras. • Comércio local • Intermunicipal • SEDESE – Estado • Governo Federal

(Conclusão)				
MUNICÍPIO	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	POLÍTICAS E PROGRAMAS	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	ARTICULAÇÕES E PARCERIAS
Minas Novas	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.	<ul style="list-style-type: none"> • Esporte Solidário • Projeto Vale Vida Cultural • Escola Minasnovence de Futebol • Copa da Comarca de Minas Novas • Projetos de construção e reforma de Ginásio e estádio 	<ul style="list-style-type: none"> • Estádio • 3 quadras poliesportivas • Campos de várzea 	<ul style="list-style-type: none"> • Ação Social e Educação • Liga Minasnovence de Futebol • Município de Capelinha • Intermunicipal • Empresas • Governo do Estado
São Gonçalo do Rio Preto	Diretoria de Esportes	<ul style="list-style-type: none"> • Campeonato de Futsal • Jogos de Areia • Campeonato de Futebol de Campo (intermunicipal) 	<ul style="list-style-type: none"> • Quadra ao ar livre • Quadras de peteca e vôlei (praia) • Quadra pública • Quadras de esportes – Distritos (2) 	<ul style="list-style-type: none"> • Lojas de Diamantina
Serro	Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer – Divisão de Esportes e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> • Escolinhas de Futebol • Torneio Regional de Futsal • Torneios Esportivos dos Jogos da Quaresma • Jogos Escolares de Minas • Jogos do Interior 	<ul style="list-style-type: none"> • Praça de esportes • Campo de futebol • Quadra poliesportiva 	<ul style="list-style-type: none"> • Serro Tênis Clube (apoio integral da Prefeitura) • Intermunicipal • Empresas
Turmalina	Departamento de Educação, Cultura e Recreação.	<ul style="list-style-type: none"> • Campeonatos de Futebol de Campo – interbairros • Copa AVCANÃS (seleção da cidade) • Torneios de Handbol e Futsal • Rua de Lazer • Campeonato Mineiro de Motocross (apoio) 	<ul style="list-style-type: none"> • Estádio • Quadras (2) • Ginásio poliesportivo (em construção) 	NÃO

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. SEDESE – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Esportes.

Registra-se o esforço dos municípios em desenvolver políticas locais e regionais de incentivo ao esporte, ao lazer e à integração social que induzem à agregação de pessoas e à participação da comunidade nos eventos.

Ressalta-se, ainda, a promoção de jogos regionais (Capelinha, Diamantina, Minas Novas, Serro) e jogos escolares (Itamarandiba), campeonatos de praia (São Gonçalo do Rio Preto), *rally* do sertão (Diamantina) e campeonato mineiro de *motrocross* (Turmalina) como eventos esportivos que atraem turistas.

As carências na realização da política pública de esporte e lazer são assim relatadas:

- “necessidade de ampliar a construção de equipamentos de esporte e lazer.” – Capelinha
- “apoio e incentivo financeiro ao esporte no município, por parte do Governo do Estado – jovens talentosos não têm oportunidade de expandir seus talentos esportivos.” – Couto Magalhães
- “necessidade de apoio à articulação regional das atividades esportivas pelos órgãos estaduais e federais. Apoio às Leis de Incentivo Fiscal ao Esporte.” – Diamantina
- “Ginásio Poliesportivo custou R\$400.000,00. Governo Federal apoiou com R\$90.000,00. Trabalham com, aproximadamente 1.200 atletas”.– Itamarandiba
- “ampliação e construção de equipamentos esportivos.” – Minas Novas
- “nos municípios pequenos, como o nosso, as ações para o desenvolvimento esportivo local são precárias, devido à falta de orçamento para tal. Ainda não se conta com apoio das instâncias estadual e federal.” – Turmalina.

2.5.3 Políticas culturais e de apoio ao turismo

O QUADRO 2.55 mostra as políticas, as ações, as articulações e as estruturas gerenciais e administrativas dos municípios em análise.

QUADRO 2.55

Ação político-administrativa dos governos locais com relação às políticas culturais e de apoio ao turismo nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

(Continua)

MUNICÍPIO	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	POLÍTICAS E PROGRAMAS	EQUIPAMENTOS CULTURAIS	CUSTO R\$	ARTICULAÇÕES E PARCERIAS
Capelinha	Departamento de Cultura e Turismo	Festa do Capelinense Ausente Semana da Cultura I Movimento Cultural Ecológico e Turístico (Intermunicipal)	Casa da Cultura, Centro de Referência Cultural, Artesanato. Espaço para teatro	2.000,00	– Trabalho integrado – Prefeitura – ACESITA – Comércio local – Municípios da região – Estado (IEPHA)
Couto de Magalhães de Minas	Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. (Secretaria de Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo) Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. – representativo da região – ação educativa	Projeto ICMS Cultural Incentivo à preservação de bens naturais e históricos Festa Coutense Ausente Festa religiosa e de folclore.	Sala na prefeitura para exposição de artesanato	NR	– Prefeitura – AMAJE (regional)
Diamantina	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Diamantina Cultural • Banda Mirim • Cia. Municipal de Danças Folclóricas • Fortalecimento do Turismo (em implantação) • Feira Cultural do Mercado Velho • Projeto Carnaval • Circuito de Diamantes (intermunicipal) • Festival de Inverno (UFMG) 	<ul style="list-style-type: none"> • Casa de Cultura • Casa do Artesanato (prédio da secretaria) – Não tem teatro e cinema 	15.000,00	<ul style="list-style-type: none"> • EMBRATUR (Diamantina Cultural) • Prefeituras – Pouca integração – Carnaval: mais integração – Empresas – UFMG – Faculdades de Turismo JF, BH, Goiás (estágios)

(Continua)

MUNICÍPIO	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	POLÍTICAS E PROGRAMAS	EQUIPAMENTOS CULTURAIS	CUSTO R\$	ARTICULAÇÕES E PARCERIAS
Felício dos Santos	–	– Festas – Rodeio	• Casa de Cultura • Biblioteca Pública • Casa da Marujada – folclore	–	Não
Itamarandiba	Departamento de Patrimônio e Cultura	• Carnaval de Rua • Festas religiosas • Encontro de Bandas • Inventário e Tombamento de Bens	• Cia. de Teatro Santa Isabel • Projeto de Museu e Casa da Cultura (encaminhado ao Ministério da Cultura, 2002) • Banda Musical	12.000,00 por ano	• Secretaria de Estado da Cultura • Em geral: NÃO
Minas Novas	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.	– Projeto Vale Vida Cultural – Esporte Solidário	Casa da Cultura	NI	Município: Educação, Ação Social • Banco Real • Estado
São Gonçalo do Rio Preto	Diretoria de Cultura	• Festa da Marujada • Festas religiosas • Lual na Beira do Rio	• Casa de Cultura • Loja de Artesanato	6.000,00 ano	Não
Serro	Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente.	• Apoio à Cultura - banda e grupo de seresta • Apoio ao Turismo - Centro de Informação – Sala do Turista • Cultura e Turismo - tombamentos de bens - pesquisa sobre turismo • Projeto Artesanato • Exposição do Circuito Diamantes – BH. Multiminas • Polo Turístico de Minas Gerais (2002) • Levantamento de acervo cultural • Projeto Cartão Postal – plantio de árvores • Sinalização Turística • Plano Diretor • Reforma das Igrejas	• Sala do Turista • Exposições e feiras		• Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social • UNA-BH • Prefeitura (Educação, Saúde, Agricultura) • SEBRAE • Associação Comercial • Municípios do Circuito dos Diamantes • Instituto Estrada Real • MULTIMINAS • Secretaria de Estado de Turismo • Fundação João Pinheiro • Ministério do Turismo • CVC

					(Conclusão)
MUNICÍPIO	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	POLÍTICAS E PROGRAMAS	EQUIPAMENTOS CULTURAIS	CUSTO R\$	ARTICULAÇÕES E PARCERIAS
Turmalina	Departamento de Educação, Cultura e Recreação.	<ul style="list-style-type: none"> • Circuito do Turismo (Turmalina, Minas Novas, Chapada do Norte e Berilo): em estudo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Centro Cultural de Turmalina • Casa da Cultura • Casa do Artesanato • Grupos folclóricos 	800,00	<ul style="list-style-type: none"> • Prefeitura (Transporte, obras Públicas, Saúde, Educação) • Intermunicipal

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: NR – Não Respondido. NI – Não Informado. ACESITA – Açós Especiais Itabira. IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. AMAJE – Associação dos Municípios do Alto do Jequitinhonha. UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo. JF – Juiz de Fora. BH – Belo Horizonte. UNA – BH – Centro Universitário União de Negócios e Administração – Belo Horizonte. SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio Empresarial. MULTIMINAS – Órgão estadual mineiro de apoio a feiras e convenções. CVC – Empresa de Turismo particular, nacional.

O QUADRO 2.55 revela, no conjunto dos municípios, a existência de programas e projetos culturais de base local, com menos incidência de ações intermunicipais.

O programa “Circuito dos Diamantes” e as expressivas manifestações culturais relatadas pelos municípios de Diamantina e do Serro são consideradas como fatores indutores para a consolidação de políticas culturais e do turismo regional.

Nessa ótica, situam-se também o programa “Diamantina Cultural” e o “Festival de Inverno”, promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais, ambos em Diamantina.

É importante considerar, em relação às políticas e aos programas, a citação do Serro no que se refere ao Plano Diretor, que é elemento norteador para a gestão municipal, no âmbito de uma política de desenvolvimento integrado. Essa manifestação pode ser estendida para os demais municípios, no conjunto dos dados analisados.

As articulações e parcerias, com exceção dos dois municípios em referência, refletem as estruturas, políticas e programas existentes, cabendo considerar nessa análise as reflexões postas pelo município de Itamarandiba que:

...manifestou as dificuldades em formular e implementar políticas culturais e de preservação do patrimônio numa cidade quase sem recursos e com poucas pessoas sensíveis ao valor e à importância das mesmas.

2.5.4 Institucionalização do desenvolvimento e ação social

As políticas de desenvolvimento, ação e assistência social estão sendo analisadas a partir dos dados relativos a:

- estrutura local, Conselhos Municipais e avaliação da municipalização da assistência social;
- articulações e parcerias interinstitucionais e intergovernamentais.

Os QUADROS 2.56 e 2.57 e as considerações específicas evidenciam esses aspectos:

QUADRO 2.56

Ações de desenvolvimento social – Programas, atividades, existência de conselhos e avaliação da ação social municipalizada nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

(Continua)

MUNICÍPIO/ ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	PROGRAMA/ ATIVIDADES	CONSELHOS				AVALIAÇÃO MUNICIPALIZAÇÃO
		Qual	Sim	Não	Funcionamento	
Capelinha – Secretaria Municipal de Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> • PETI-Programa Erradicação Trabalho Infantil – GF • Cesta Básica e complementar – GF – PM • Agente Jovem • Creches • Atenção Idosos • Campanhas Natal, Agasalho • Prevenção de Drogas • Projeto Lazer 	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência Social e Fundo 	X		Necessidade de capacitação Bom Repasse de R\$ 3.000,00 por mês. Não consta dotação orçamentária.	<ul style="list-style-type: none"> • Bons e maus resultados. Participação só do município, praticamente. • Grande dimensão dos problemas sociais e falta de dotação orçamentária. • Necessidade de definição de recursos, como existe para Educação e Saúde.
		<ul style="list-style-type: none"> • Direitos da Criança e do Adolescente 	X		Bom. Maior capacitação e treinamento	
		<ul style="list-style-type: none"> • Tutelar 	X		O mesmo.	

(Continua)

MUNICÍPIO/ ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	PROGRAMA/ ATIVIDADES	CONSELHOS				AVALIAÇÃO MUNICIPALIZAÇÃO
		Qual	Sim	Não	Funcionamento	
Couto de Magalhães de Minas – Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social	<ul style="list-style-type: none"> • Agente Jovem • LOAS se institucionalizando 	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência Social e Fundo 	X		Regularmente	<ul style="list-style-type: none"> • Está se iniciando.
		<ul style="list-style-type: none"> • Direitos da Criança e do Adolescente 		X	Em institucionalização	
		<ul style="list-style-type: none"> • Tutelar 	X		Satisfatório	
Diamantina – Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social	<ul style="list-style-type: none"> • Agente Jovem • PETI • Rodamoinho – Pastoral da Criança • Creches • Geração de Renda: Mães do PETI (negociação) • Auxílios e ajudas 	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência Social e Fundo 	X		Bom – Recursos do PETI e Agente Jovem.	<ul style="list-style-type: none"> • Mais recursos para mais programas.
		<ul style="list-style-type: none"> • Direitos da Criança e do Adolescente 	X		Ativo.	
		<ul style="list-style-type: none"> • Tutelar 	X		Ativo.	
Felício dos Santos • Depto. de Ação Social	<ul style="list-style-type: none"> • Agente Jovem • Atendimento ao Público • Revisão do PPI • Juizado da Infância 	Assist. Social e Fundo	X		Sem eficácia, por falta de capacitação dos Conselheiros Dotações e Orçamento PPA Sem eficácia.	O Plano Municipal de Assistência Social: Em elaboração. Necessidade de melhoria no desempenho.
		Direitos da Criança e do Adolescente	X			
		Tutelar	X		Com limitações.	
Itamarandiba – Departamento de Desenvolvimento Social	<ul style="list-style-type: none"> • Agente Jovem -GF • PETI-GF • Fome Zero-GF • Alimentação • Horta Comunitária • Projeto Fazenda Capivari – doação de casarão para asilo 	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência Social e Fundo 	X		Muito bom.	<ul style="list-style-type: none"> • Muito aquém. Não adianta municipalizar, pois é grande a dependência financeira dos governos federais • Vê-se a questão de forma assistencialista, e não como direito.
		<ul style="list-style-type: none"> • Direito da Criança e do Adolescente 	X		Bom	
		<ul style="list-style-type: none"> • Tutelar 	X		Há cerca de 8 anos.	

(Continua)

MUNICÍPIO/ ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	PROGRAMA/ ATIVIDADES	CONSELHOS				AVALIAÇÃO MUNICIPALIZAÇÃO
		Qual	Sim	Não	Funcionamento	
Minas Novas – Secretaria de Trabalho e Ação Social	<ul style="list-style-type: none"> • Vida, Vale Cultural • Agente Jovem • PETI • Programa de Moradia • Roda Moinho • Inicialização Profissionalizante • Formação de Educadores Sociais • Incentivo à geração de Trabalho e Renda 	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência Social e Fundo 	X		<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões sistematizadas • Ação Social do Fundo – Recursos próprios e dotações 	<ul style="list-style-type: none"> • Descentralização dos recursos e mais autonomia; participação em encontros, visitas, seminários e conferências. • Ajuda na promoção da inclusão social. • Articulação.
		<ul style="list-style-type: none"> • Direitos da Criança e do Adolescente 	X		<ul style="list-style-type: none"> • Favorecer a entrada de recursos para Programa Vida, Vale Cultural (Banco Real) R\$ 80.000,00/500 adolescentes/ano 	
		<ul style="list-style-type: none"> • Tutelar 	X		<ul style="list-style-type: none"> • Atuante 5 conselheiros • Boa. Articulação interinstitucional; falta equipamentos 	
São Gonçalo do Rio Preto – Divisão de Ação e Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> • Creches • Cadastramento de Carentes • Asilo de Idosos • Federação das Associações Comunitárias Municipais / Fundo Cristão 	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência Social 	X		Regular	<ul style="list-style-type: none"> • Positiva, pois o controle é maior.
		<ul style="list-style-type: none"> • Fundo 		X	Não criado	
		<ul style="list-style-type: none"> • Direitos da Criança e do Adolescente 	X		N/R	
Serro – Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social	<ul style="list-style-type: none"> • Agente Jovem • Fome Zero • Benefícios de prestação continuada • Creches e crianças carentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência Social 	X		Bom. Membros atuantes.	<ul style="list-style-type: none"> • Não foi viável, pois os recursos deixaram de ser repassados.
		<ul style="list-style-type: none"> • Fundo 	X		Não existe receita.	
		<ul style="list-style-type: none"> • Direitos da Criança e do Adolescente 	X		Em reestruturação.	
		<ul style="list-style-type: none"> • Tutelar 	X		Procura resolver questões. Falta de recursos.	

MUNICÍPIO/ ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	PROGRAMA/ ATIVIDADES	CONSELHOS				(Conclusão)
		Qual	Sim	Não	Funcionamento	AVALIAÇÃO MUNICIPALIZAÇÃO
Turmalina – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	• Assistência Social		X		Reuniões mensais	• Mais rapidez na liberação de recursos
	• Fundo		X		R\$ 7.500,00 para projetos sociais	
	• Direitos da Criança e do Adolescente		X		Valioso	
	• Tutelar		X		Bom	

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: NR – Não Respondido. GF – Governo Federal. PM – Prefeitura Municipal. LOAS – Lei de Organização da Assistência Social.

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. PPA – Plano e Programa de Ação.

QUADRO 2.57

Parcerias e relações locais, interinstitucionais e intergovernamentais na prática da ação social dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

(Continua)

MUNICÍPIO	GOVERNO LOCAL	INICIATIVA PRIVADA	INTERMUNICIPAL	GOVERNO ESTADUAL	GOVERNO FEDERAL
Capelinha	Integração	Parcerias	Não	Convênio Escolas Estaduais	Convênio
Couto de Magalhães de Minas	Iniciando	Parcerias	Não	SEDESE	Iniciando
Diamantina	Educação, Administração, Obras	Pastoral	Não	SEDESE	SEDESE
Felício dos Santos	Clareza, integração	Não	AMAJE Precariamente. Busca de Informações e troca de experiências	Convênios	Acordo de Coop. Técnica
Itamarandiba	Saúde, Agricultura, Educação	Banco Real	Não	SEDESE	Ministério Segurança Alimentar
Minas Novas	Saúde, Educação, Obras, Agricultura e Meio Ambiente, Cultura e Esporte	<ul style="list-style-type: none"> • CPCD – Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento – Curvelo • Banco Real • Associação de Promoção Divina Providência – BH • Pastoral da Criança 	<ul style="list-style-type: none"> • Turmalina • Berilo • Chapada do Norte • AMAJE 	CONSEA SEDESE	Ministérios Ação Social e Segurança Alimentar
São Gonçalo do Rio Preto	Saúde, Educação, Obras	Não	Não	SEDESE	Somente certificação utilidade pública de creches
Serro	NR	Clube de Mães – SGRP – Atendimento médico e odontológico Associações e creches	Não	Dificuldades	Dificuldades

MUNICÍPIO	GOVERNO LOCAL	INICIATIVA PRIVADA	INTERMUNICIPAL	(Conclusão)	
				GOVERNO ESTADUAL	GOVERNO FEDERAL
Turmalina	Integração	<ul style="list-style-type: none"> • Cerâmicas • Suzano 	<ul style="list-style-type: none"> • Minas Novas Leme do Prado – Recreação, auto-estima, troca de conhecimentos. 	Projetos	Projetos

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro

Nota: NR – Não Respondido. SEDESE – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Esportes. AMAJE – Associação dos Municípios do Alto Jequitinhonha. CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar. SGRP – São Gonçalo do Rio Preto.

Os programas, projetos e atividades mostram as duas faces da ação social: a assistencialista e a de desenvolvimento e promoção das pessoas. Destaca-se, neste segundo aspecto, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), do Governo Federal, em parceria com os municípios, em Capelinha, Diamantina, Itamarandiba, Minas Novas e Turmalina, que projeta a realidade econômica e social da região.

Ressalta-se a existência dos Conselhos de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como do Conselho Tutelar, nos nove municípios, como indutores de ações de promoção da cidadania, mesmo no quadro de dificuldades em que se apresentam.

É significativa a reflexão de Itamarandiba, diante das decisões governamentais, a cerca da municipalização da assistência social do aporte de recursos: “muito aquém; não adianta municipalizar com dependência financeira dos governos federais. Vê-se a questão de forma assistencialista e não como direito”.

No Serro, considera-se que os recursos deixaram de ser repassados.

Para Capelinha, “há bons e maus resultados; a participação é, praticamente, do município; há um volume de problemas sociais e falta de dotação orçamentária, sendo necessário definir ações, como as existentes para Educação e Saúde”.

Diamantina, Minas Novas, São Gonçalo do Rio Preto e Turmalina manifestaram-se favoravelmente ao processo de municipalização.

É frágil a relação intermunicipal, excetuando-se Minas Novas e Turmalina. Nesse

aspecto, cabe realçar o papel da Associação dos Municípios do Alto Jequitinhonha (AMAJE), citada pelas prefeituras de Felício dos Santos e Minas Novas, que marca sua presença em outras políticas públicas municipais como agente catalizador e de integração de ações comuns entre municípios.

No nível estadual, destaca-se a interação com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. Na área federal, a participação não é muito consistente.

É de se verificar que, no conjunto das políticas públicas municipais, a escassez de recursos próprios ou transferidos, tanto para custeio quanto para investimento, reflete, de maneira significativa, em área crítica para o desenvolvimento municipal, como é a área de promoção e inclusão social.

2.5.5 Infra-estrutura de abastecimento alimentar nos municípios

A institucionalização da política de abastecimento alimentar nos municípios foi avaliada considerando se o município implementa programas de abastecimento alimentar e se dispõe de abatedouro, feiras e mercados funcionando conforme as normas da vigilância sanitária (QUADRO 2.58).

Todos os municípios estudados apresentam deficiências na infra-estrutura de abastecimento alimentar, demandando investimentos em instalações físicas – como construção de abatedouros – e na vigilância sanitária.

QUADRO 2.58

Infra-estrutura de abastecimento alimentar nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	IMPLEMENTA PROGRAMA DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR	DISPONIBILIDADE DE ABATEDOURO	DISPONIBILIDADE DE FEIRAS E MERCADOS
Capelinha	Distribuição de cesta básica, programa Fome Zero.	Não tem.	Todos os sábados, no mercado municipal, não cumprindo as normas da vigilância sanitária.
Couto de Magalhães de Minas	Não	Não tem.	Há feira-livre, não cumprindo as normas da vigilância sanitária.
Diamantina	Não	Não tem.	Dispõe de mercado municipal. Não respondido sobre normas da vigilância sanitária.
Felício dos Santos	O programa Fome Zero está começando.	Não tem.	Feira-livre na praça central aos sábados, não cumprindo normas da vigilância sanitária.
Itamarandiba	Não	Não tem.	Dispõe de mercado municipal, não cumprindo normas da vigilância sanitária.
Minas Novas	Distribuição de cesta básica, programa Fome Zero.	Dispõe de abatedouro público, que não cumpre com as normas da vigilância sanitária.	Sim, com o mercado funcionando todos os dias e feiras-livres nos fins de semana cumprindo normas da vigilância sanitária, com fiscalização diária.
São Gonçalo do Rio Preto	Doação de cestas básicas para famílias carentes.	Não tem abatedouro.	Sim, mas não cumprem normas da vigilância sanitária.
Serro	Não	Não tem abatedouro.	Há feira-livre na praça principal, funcionando de sexta-feira a domingo, cumprindo razoavelmente as normas da vigilância sanitária.
Turmalina	Distribuição de cesta básica, programa Fome Zero.	Dispõe de abatedouro privado, que não cumpre normas da vigilância sanitária.	Há feira-livre e mercado, mas não cumprem as normas da vigilância sanitária.

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Em Capelinha, as feiras aos sábados reúnem aproximadamente 2.500 produtores locais, expondo seus produtos, inclusive artesanatos. A prefeitura realiza fiscalização no mercado, mas relacionada com a limpeza do local, e não com os produtos comercializados.

Minas Novas e Itamarandiba dispõem de projetos para a construção de abatedouro, mas não dispõem de recursos para sua execução. Em Turmalina, o não cumprimento das normas da vigilância sanitária é atribuído à pouca fiscalização por parte da administração municipal.

2.6 Desenvolvimento econômico e do turismo

Para compreensão do processo de desenvolvimento econômico e de turismo dos municípios em análise, consideram-se:

- diagnóstico dos principais programas, projetos e atividades de apoio, em execução e implementação; os processos de institucionalização dos Conselhos de Desenvolvimento Econômico e do Turismo; as articulações internas, intermunicipais e intergovernamentais; as parcerias com a sociedade civil; os convênios e contratos com órgãos e entidades estaduais e federais.
- levantamento do potencial de investimentos; capacitação da mão de obra; inventário das necessidades e carências.

a) Principais programas, projetos e atividades de apoio em execução e implementação.

Ao verificar as indicações dos principais programas, projetos e atividades de apoio ao desenvolvimento econômico e do turismo desenvolvido nos municípios, constata-se que: cinco deles não apresentam investimentos importantes; Capelinha, Diamantina e Minas Novas não desenvolvem nenhuma política; e Turmalina indicou o Programa de Agricultura Familiar, que se encontra suspenso no momento.

Couto de Magalhães de Minas desenvolve três programas, sendo dois com recursos próprios, voltados para apoio e incentivo aos pequenos produtores rurais do município. O outro programa conta com recursos do Ministério da Saúde e é direcionado à prevenção e erradicação de doenças transmissíveis por animais e visa atender a toda a população.

Em Felício dos Santos, está em andamento, com recursos próprios, o “Projeto da Cooperativa de Leite”, que inclui os produtores da região. Em fase de negociação, ainda no setor primário, há o projeto “Concurso de Produtividade do Milho”, desenvolvido com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER), faltando apenas a entrega de sementes para deslanchar. Na área de educação, a prefeitura negocia com a TELEMIG CELULAR o início do “Projeto de Desenvolvimento Educacional para Jovens”.

Couto de Magalhães de Minas e Felício dos Santos não repassaram dados sobre os valores destinados aos programas e projetos em execução.

Com recursos do tesouro municipal, totalizando R\$250.000,00 anuais, Itamarandiba implementou, a partir de 1997, seu programa agrícola “Cidade Solidária do Brasil a Itamarandiba”, atendendo a 3.000 famílias, compreendendo: preparo do solo, subsídio e aquisição de sementes, assistência técnica, transporte, eletrificação, viveiro e horta comunitária. O “Programa de Fossa Seca”, financiado pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), atende a 80% da população do distrito de Contrato e adjacências.

A prefeitura do Serro investe R\$1.300.000,00 no programa também financiado pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), pela empresa Luminar e pelo Governo Federal no “Programa de Eletrificação Rural”, beneficiando 694 famílias. O valor total do programa foi financiado em 36 parcelas de R\$ 22.000,00 mensais. Existe uma demanda de 400 famílias a serem atendidas. Ainda na área rural, com recursos próprios totalizando R\$ 10.000,00 anuais e atendendo a 225 famílias, há o “Projeto de Mecanização da Agricultura” (milho e feijão), que incentiva o pequeno produtor rural a utilizar máquinas agrícolas em seus procedimentos, pagando apenas parte do número das horas trabalhadas. A parceria

com a Cooperativa de Laticínios local possibilitou o investimento no “Programa de Qualidade do Queijo”, que se encontra em reformulação, tem legislação própria e beneficia 112 pequenos produtores de queijo artesanal. A implementação do programa foi determinada pela denúncia do Movimento das Donas de Casa de Belo Horizonte sobre a contaminação dos queijos do município. Atualmente, a cooperativa local está montando um laboratório para a realização de exames com a finalidade de certificação da qualidade do queijo, devido aos custos elevados cobrados pelos laboratórios privados. O município está recebendo, como doação de particular, uma fazenda de 600 hectares, sem destinação definida. Existe a possibilidade de assentar as famílias que vivem nos bairros periféricos e que vieram do meio rural.

Dos municípios que indicaram programas, projetos e atividades de apoio ao desenvolvimento econômico e do turismo, observou-se a participação da sociedade local na discussão realizada na Associação Rural e no Conselho de Desenvolvimento Rural em Felício dos Santos e no município do Serro, por intermédio da Cooperativa de Laticínios e do Sindicato de Trabalhadores Rurais. As Associações Comunitárias Rurais do Serro participaram especificamente do projeto de “Mecanização da Agricultura”. Em Itamarandiba, a participação da sociedade local foi mais abrangente, pois os programas em execução foram discutidos quando da elaboração do orçamento participativo.

A maioria das ações de apoio ao desenvolvimento econômico apresentadas está voltada para as zonas rurais e para o setor primário da economia. Excetuando-se o “Programa de Qualidade do Queijo”, desenvolvido no Serro, que pressupõe uma pequena inclusão no setor secundário (fabricação do queijo) e no setor terciário (exames laboratoriais para fins de qualidade), não existem outros programas ou projetos permeando esses setores econômicos.

Não foram apresentados programas, projetos e atividades de apoio integrado para o desenvolvimento do turismo dos municípios isoladamente, nem para o conjunto dos municípios da região.

b) Processos de institucionalização dos Conselhos de Desenvolvimento Econômico e do Turismo

Para confirmar a precariedade das ações direcionadas ao desenvolvimento econômico e a inexistência de uma política pública orientada para o turismo da região, inclui-se a seguir o (QUADRO 2.59), que detalha a existência e a forma de organização e funcionamento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Econômico e do Turismo.

Dos nove municípios pesquisados, Couto de Magalhães de Minas, Minas Novas e Turmalina não têm Conselhos em funcionamento.

Dos cinco conselhos em funcionamento, dois têm cunho consultivo: Itamarandiba e São Gonçalo do Rio Preto; e dois têm cunho deliberativo: Felício dos Santos e Serro.

O Conselho Municipal de Turismo de Diamantina é híbrido, apresentando caráter tanto consultivo como deliberativo. No momento, ele não conta com representante da prefeitura, está inativo, sem função definida e incapaz de implementar o turismo no município. Os conselheiros representam a sociedade, entidades e órgãos locais e estaduais, incluindo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a Polícia militar, o Corpo de Bombeiros, a Associação Comercial local, a Câmara de Dirigentes Lojistas e empresários. Em 27 de dezembro de 2001, foi sancionada a Lei n. 2.730 criando o Conselho Municipal de Desenvolvimento de Diamantina.

QUADRO 2.59

Institucionalização dos conselhos de desenvolvimento econômico ou do turismo nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO OU DO TURISMO			
	Existência		Natureza	Avaliação do funcionamento
	Sim	Não		
Capelinha	NR	NR	NR	NR
Couto de Magalhães de Minas		X		
Diamantina	X		Deliberativo/Consultivo	Sem Atividade
Felício dos Santos	X		Deliberativo	Atuante
Itamarandiba	X		Consultivo	Bom
Minas Novas		X		
São Gonçalo do Rio Preto	X		Consultivo	Bons resultados
Serro	X		Deliberativo	Bom
Turmalina		X		

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: NR = Não Respondido

O Conselho do município de Felício dos Santos, cuja denominação é Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, foi considerado atuante e consciente de seu papel, apesar da existência de restrição financeira, inibidora de seu funcionamento. O Comitê Gestor do Circuito do Diamante lidera a organização de ações conjuntas para o desenvolvimento do turismo na região, única iniciativa de projeto integrado orientado para o turismo. Acredita-se que a partir dos trabalhos desenvolvidos pelo Comitê o município de Felício dos Santos amplie nas ações integradas do Comitê.

Em Itamarandiba, o funcionamento do Conselho Municipal é considerado bom, por levantar os problemas, encaminhá-los e realizar gestões perante a Administração municipal para solucioná-los. Em relação à composição do Conselho, só foi informado que é presidido pelo diretor da Cooperativa dos Produtores Rurais (COOPRI).

Em São Gonçalo do Rio Preto, o Conselho de Turismo e do Patrimônio Cultural e Artístico da cidade tem apresentado bons resultados. É composto por seis membros efetivos e seis suplentes, e presidido pelo diretor do Parque Estadual do Rio Preto. Os demais membros são da comunidade local e da prefeitura municipal.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do Serro tem entre seus conselheiros um representante do Banco do Nordeste do Brasil, um do Banco do Brasil S.A., um da Cooperativa de Laticínios, um da EMATER, dois da prefeitura e sete da Associação de Economia Familiar. Apesar de ter tido avaliação positiva, faz-se uma ressalva: o bom funcionamento do Conselho Municipal está vinculado aos repasses de recursos a fundo perdido do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural.

A natureza, composição e avaliação do funcionamento dos Conselhos Municipais existentes permitem concluir que não existem políticas públicas, isoladas ou integradas direcionadas ao desenvolvimento do turismo da região. Até na denominação dos Conselhos verifica-se uma preocupação acentuada e orientada para a zona rural dos municípios. Nos casos em que o Conselho é voltado para o atendimento ao turismo, a situação é insatisfatória. Como exemplo dessa deficiência, basta se ater ao Conselho Municipal de Turismo de Diamantina, que, apesar de apresentar uma composição mais abrangente, encontra-se sem atividade, sendo incapaz, nesse momento, de incrementar o turismo no município.

c) Articulações internas, intermunicipais, intergovernamentais, parcerias com a sociedade civil, convênios e contratos com órgãos e entidades de desenvolvimento econômico e do turismo estaduais e federais (QUADRO 2.60).

- **Articulações internas**

As articulações internas são desenvolvidas em seis dos municípios da amostra. São Gonçalo do Rio Preto respondeu negativamente. Não existem articulações internas em relação a programas e projetos integrados. As articulações, quando existem, acontecem de maneira pontual, sendo orientadas para a manutenção da infraestrutura urbana, como no caso de Itamarandiba, envolvendo as áreas de obras, transporte e agricultura (manutenção do mercado municipal), infraestrutura (pontes e estradas) e utilização de máquinas, tratores e implementos agrícolas. Em Capelinha, Minas Novas e Turmalina, ocorrem apenas reuniões entre secretarias ou departamentos. Em Felício dos Santos, considera-se impossível a articulação entre as secretarias da Educação e da Saúde. As articulações mais comuns acontecem entre as secretarias de Transporte e Obras, Transporte e Educação e Transporte e Saúde. No Serro, existe alguma articulação, liderada pela Secretaria de Turismo, por ocasião da Festa do Queijo.

- **Articulações intermunicipais**

Quanto às articulações externas e parcerias entre os próprios municípios, apenas quatro responderam afirmativamente. As articulações intermunicipais ocorrem em Minas Novas, apenas em atividades esporádicas, como na exposição de artesanato. Itamarandiba procura efetivar parcerias com a Associação dos Municípios do Alto Jequitinhonha e convênios com a Mesoregião para Desenvolvimento Territorial e com a EMBRAPA, que inclui 22 municípios, sem especificar o programa ou o projeto

desenvolvido. O único projeto integrado orientado para a área de desenvolvimento econômico é o “Projeto Queijo do Serro”, desenvolvido no Serro, que abrange oito municípios: Santo Antônio, Serra Azul de Minas, Rio Vermelho, Materlândia, Sabinópolis, Dom Joaquim, Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas. Capelinha não desenvolve programa ou projeto específico em conjunto com os municípios da região, mas afirma haver articulação com os demais municípios, por ser uma cidade pólo.

QUADRO 2.60

Articulações internas, intergovernamentais, parcerias da política de desenvolvimento econômico e de turismo nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	ARTICULAÇÕES INTERNAS	ARTICULAÇÕES EXTERNAS / PARCERIAS			
	Outros órgãos e secretarias	Intermunicipais	Estado	União	Empresas/ sociedade civil
Capelinha	Sim	Sim	NR	Não	Não
Couto de Magalhães de Minas	NR	Não	Sim	Não	Não
Diamantina	NR	NR	Sim	NR	NR
Felício dos Santos	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Itamarandiba	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Minas Novas	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
São Gonçalo do Rio Preto	Não	Não	Sim	Não	Não
Serro	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Turmalina	Sim	Não	Sim	Não	Não

Fonte: Prefeituras Municipais
 Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)
 Nota: NR = Não Respondido

d) Articulações intergovernamentais e manutenção de convênios e contratos com órgãos e entidades de desenvolvimento econômico ou de turismo estaduais

Excetuando Capelinha, os demais municípios se articulam e mantêm convênios e contratos com órgãos e entidades de desenvolvimento econômico estaduais. A maior parceira tem sido a EMATER, pois oito dos nove municípios desenvolvem programas e projetos ou mantêm convênios ou contratos com esta empresa. Serro, Minas Novas, Felício dos Santos, Itamarandiba e Turmalina apenas citam a existência de convênio,

sem esclarecer qualquer programa ou projeto específico. Em São Gonçalo do Rio Preto e Couto de Magalhães de Minas, o trabalho realizado visa atender os pequenos produtores rurais, sendo que no primeiro o trabalho envolve assistência técnica e social. Em Couto de Magalhães de Minas, a EMATER desenvolve o “Programa de Erradicação de Doenças de Animais” e o “Programa de Incentivo ao Produtor Rural”. Em Diamantina, a EMATER faz vistoria nas hortas e emite certificados de qualificação de produtos.

O relacionamento e a manutenção de convênios ou contratos com o Instituto Estadual de Florestas (IEF) acontecem em apenas três municípios, sendo que Turmalina apenas aponta sua existência. Em Diamantina (convênio não oficializado), o IEF assessora a prefeitura na preservação do meio ambiente. Em Itamarandiba, o convênio serve aos programas de reflorestamento.

O Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) está presente em três municípios da região, sendo que Minas Novas e Itamarandiba apontam unicamente a existência do convênio. No Serro, o IMA faz a fiscalização da qualidade dos queijos ali produzidos.

Itamarandiba mantém articulações com a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), sediada em Patrocínio, visando ao desenvolvimento da cultura do café no município, já que a empresa domina essa tecnologia.

As duas únicas menções ao desenvolvimento do turismo consistiram, a primeira, na informação colhida em Diamantina de que a TURMINAS está começando a atuar no “Circuito do Diamante” e, na segunda, de que em São Gonçalo do Rio Preto a EMATER presta assistência técnica aos artesãos.

e) Articulações intergovernamentais e manutenção de convênios e contratos com órgãos e entidades de desenvolvimento econômico ou de turismo federais

Todas as articulações intergovernamentais realizadas com órgãos e entidades federais referem-se apenas ao desenvolvimento econômico, e não ao desenvolvimento do turismo. Dos nove municípios, somente três indicam essas articulações. A articulação em Felício dos Santos está relacionada ao financiamento dos produtores locais, por intermédio do Banco do Nordeste do Brasil. Diamantina

mantém articulação com a EMBRAPA para levantamento sobre terras. Serro, em conjunto com o Instituto Nacional de Reforma Agrária, desenvolve o “Projeto Casulo”, uma modalidade descentralizada de assentamento destinada à exploração agropecuária.

f) Articulações com empresas ou outras entidades da sociedade civil em projetos de desenvolvimento econômico ou de turismo

Do total de nove municípios, cinco não mantêm qualquer articulação com empresas e outras entidades da sociedade civil: Capelinha, Couto de Magalhães de Minas, Itamarandiba, São Gonçalo do Rio Preto e Turmalina.

Minas Novas mantém parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e com o Serviço Brasileiro de Apoio a Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE) para a aplicação de cursos de capacitação.

Quanto às articulações com empresas, foram feitos os seguintes comentários, que dificultam a aproximação. Em São Gonçalo do Rio Preto, quase não há empresas; as que existem não tem recursos”. Em Minas Novas, faltam recursos locais e articulações políticas; o município é distante dos grandes centros”.

Felipe dos Santos está propondo à TELEMIG CELULAR um projeto de cursos profissionalizantes para adolescentes.

O Serro apresenta as articulações mais representativas com entidades da sociedade civil, mantendo duas parcerias com organizações não governamentais estrangeiras: a ONG Fundação de Renovação da Terra (FERTIL), de origem francesa, que é parceira no “Programa de Qualidade do Queijo”, e outra ONG, de origem Italiana, que desenvolve trabalhos de ajuda aos pequenos produtores.

g) Potencial para o desenvolvimento de empreendimentos econômicos ou turísticos

O potencial de desenvolvimento de empreendimentos econômicos dos municípios do Alto do Vale do Jequitinhonha concentra-se no setor primário da economia. Conforme levantamento realizado (QUADRO 2.61), foram indicadas apenas duas atividades com potencial no setor secundário: agroindústria e indústria moveleira. Não foram indicados

quaisquer empreendimentos orientados para o crescimento do setor terciário da economia, contrastando com a necessidade do incremento do desenvolvimento da atividade comercial e do setor de serviços para que o turismo possa realmente ser considerado fator de progresso da região. A única atividade integrada de desenvolvimento econômico indicada diz respeito a certificação da produção de café, iniciativa em parceria com Capelinha.

QUADRO 2.61

Potencial para o desenvolvimento de empreendimentos econômicos ou turísticos dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	POTENCIAL ECONÔMICO	POTENCIAL TURÍSTICO
Capelinha	Agroindústria – hortifrutigranjeiros	Cachoeiras – Rio Itamarandiba Estâncias – Folclore – Festas
Couto de Magalhães de Minas	Garimpo	Turismo em Geral
Diamantina	NR	Patrimônio Histórico, Cultural e Natural
Felício dos Santos	Agricultura em geral	Festas – Águas Quentes
Itamarandiba	Agricultura em geral	Parque Estadual – Cachoeiras
Minas Novas	Agricultura familiar sustentável – Cooperativas	Patrimônio Cultural e Histórico – Festas
São Gonçalo do Rio Preto	NR	Turismo Ecológico
Serro	NR	Turismo Rural
Turmalina	Artesanato – Indústria moveleira – Agroindústria	Serras – Rio Araçuaí – Pontes – Porto – Reserva biológica – Barragens – Mirante – Festas – Festivais

Fonte: Prefeituras Municipais
 Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)
 Nota: NR – Não Respondido

O desenvolvimento de atividades de turismo desenvolvidas em conjunto com outros municípios ocorrem em Felício dos Santos e São Gonçalo do Rio Preto, que buscam a integração com o “Circuito do Diamante”, composto por oito municípios, para o qual já

há proposta de instalação de um comitê gestor. Em Minas Novas, as atividades desenvolvidas em conjunto compreendem os festivais de cultura, esportes em geral e futebol em particular, *motocross* e cavalgadas, com participação das empresas locais (convidadas) para colaborar na infra-estrutura dos eventos. No Serro, trabalha-se no desenvolvimento do turismo rural, em parceria com Conceição do Mato Dentro e Sabinópolis. Turmalina estuda a articulação de um circuito integrado com Minas Novas, Chapada Gaúcha e Berilo.

- **Detalhamento do potencial do desenvolvimento econômico**

Capelinha:

- Agroindústria: fabricação de cachaça, rapaduras e doces.
- Hortifrutigranjeiros: feira semanal (sábado), que vende produtos típicos da região.

Turmalina:

- Agroindústria: produção de mel, açúcar mascavo e cachaça artesanal.
- Artesanato: argila e bordados.

- **Detalhamento do potencial do desenvolvimento do turismo**

Capelinha:

- Cachoeiras: Arlindo (zona rural), da Luz, da Fumaça, da grota da Gangorra.
- Festas: religiosas da comunidade rural, do Divino e do Capelense ausente.
- Outros: praias do rio Itamarandiba (pontes velha e nova), ilha do rio Itamarandiba, Estância Vale Verde, comunidades artesanais rurais, grupos folclóricos, danças e comidas típicas.

Itamarandiba:

– Parque da Serra Negra (estadual) e diversas cachoeiras do parque e de propriedades particulares.

Turmalina:

– Existe uma área de preservação ambiental, denominada Apa do rio Araçuaí, que contém o seguinte potencial: serra do Gigante (esportes, rapel e escalada), Lapa do Veado (piscinas rupestres e água quente), rio Araçuaí, Ponte Alta (acesso pavimentado), Praião (considerado o melhor ponto turístico do rio Araçuaí, em função das belezas naturais do local e acesso – 7Km de estrada e 1,5Km de trilha com área para a prática de esportes radicais), Ponte do Quincas e Porto do Bigode (áreas para camping e pesca).

– Reserva: Biológica da Acauã.

– Barragens: da Dona, de Pneus e do Saco.

– Festas: populares, do Divino, do Trabalhador, do Rosário, e aniversário da cidade.

– Outros: Festival da Canção – FESTUR e Mirante do Cruzeiro.

h) Repercussão da implantação do programa “Fome Zero” nas atividades de turismo e de desenvolvimento, e capacitação da mão-de-obra envolvida com o turismo.

O programa “Fome Zero” está sendo implantado em todos os municípios da região. O processo de implantação está mais atrasado em Felício dos Santos, onde as reuniões começaram em agosto de 2003, e em Diamantina e Minas Novas, que estão selecionando as famílias que serão beneficiadas. A maioria dos municípios não percebe a repercussão do programa nas atividades de turismo e de desenvolvimento econômico da região e avalia que a sua ação principal será o repasse de recursos para as famílias carentes. Somente Diamantina tem previsão de capacitar jovens carentes no ensino de informática, o que, ao mesmo tempo, possibilitará a inclusão social dos jovens selecionados e atenderá a uma demanda municipal.

Em relação ao investimento em treinamento de mão-de-obra orientada para a área de turismo, cinco municípios realizaram treinamento. Capelinha, Couto de Magalhães de Minas, Felício dos Santos e Turmalina não investiram nesse tipo de treinamento (QUADRO 2.62).

Em Diamantina, os treinamentos são realizados pela Associação Comercial, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e com o SEBRAE. São cursos de capacitação de turismo voltados para as áreas de qualidade no atendimento, gerência hoteleira, atualização técnica para garçons, gestão e recepção de hotéis e técnicas de interpretação de trilhas ecológicas.

No Serro, os treinamentos são realizados pela Associação Comercial, pelo Sindicato Rural e pelos Sindicatos dos Trabalhadores. Minas Novas promove o “Programa Agente Jovem”. São Gonçalo do Rio Preto, em parceria com a Faculdade de Filosofia e Direito (FAFID) de Diamantina, mantém o curso técnico de turismo.

QUADRO 2.62

Situação da implantação do programa Fome Zero e do investimento em treinamento de mão-de-obra para a área do turismo nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	FOME ZERO		TREINAMENTO MÃO-DE-OBRA	
	Sim	Não	Sim	Não
Capelinha	X			X
Couto de Magalhães de Minas	X			X
Diamantina	X		X	
Felício dos Santos	X			X
Itamarandiba	X		X	
Minas Novas	X		X	
São Gonçalo do Rio Preto	X		X	
Serro	X		X	
Turmalina	X			X

Fonte: Prefeituras municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Itamarandiba tem investido em treinamento mais direcionado para o desenvolvimento econômico. Por intermédio do BNB, do SENAC e do SEBRAE, o município vem realizando treinamentos nas áreas de artesanato, comércio, pequenas fábricas e agroindústria.

i) Principais necessidades e carências

Alguns municípios listaram as principais necessidades e carências atuais. Diamantina indica a construção do aeroporto como forma de atrair o turista de maior poder

aquisitivo e de incentivar a economia do município. O monopólio da ACESITA ENERGÉTICA sobre a exploração da madeira no município de Itamarandiba deve ser entendido como um obstáculo ao desenvolvimento da economia local, por impedir a participação de outras empresas e pessoas. O término da exploração do carvão e a extinção do garimpo no município do Serro tornaram-se um problema sério para a economia local, por não existirem atividades econômicas alternativas que possam gerar recursos e absorver a mão-de-obra remanescente das atividades extintas.

Em relação ao QUADRO 2.63, cumpre acrescentar alguns comentários. Em primeiro lugar, verifica-se que parte das necessidades e carências indicadas refere-se ao atendimento das necessidades básicas da população, como a falta de água tratada em Felício dos Santos, e parte está relacionada à deficiência da infra-estrutura de saneamento básico e energia elétrica, recuperação e conservação de estradas de acesso e vicinais.

Os municípios estudados do Alto do Jequitinhonha não oferecem, atualmente, as condições necessárias para o desenvolvimento de turismo de qualidade. A pobreza está presente, e a preocupação maior dos gestores municipais é atender, em primeiro lugar, às necessidades básicas da população. A base econômica está centrada no setor primário da economia, e o desemprego é grande. "O turismo não é visto como alvo no desenvolvimento de programas e ações". Foi a frase ouvida durante a aplicação dos questionários.

QUADRO 2.63

Principais necessidades e carências – apontadas pelas áreas de desenvolvimento econômico nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	NECESSIDADES E CARÊNCIAS MUNICIPAIS
Capelinha	Educação: faculdades e recuperação das escolas municipais. Obras e Saneamento: recuperação do córrego Areão, da rede pluvial, da rede de esgoto, energia elétrica, extensão da rede elétrica, pavimentação e melhoria das estradas municipais e vicinais. Saúde: policlínica
Couto de Magalhães de Minas	NR
Diamantina	Obras/Saneamento: infra-estrutura de saneamento, pavimentação e sinalização. Educação: capacitação para o turismo. Informatização. Construção de aeroporto.
Felício dos Santos	Obras e Saneamento: estrada de acesso e água tratada. Treinamento para reciclagem de lixo.
Itamarandiba	Repensar o monopólio da Acesita Energética sobre a exploração da madeira.
Minas Novas	NR
São Gonçalo do Rio Preto	NR
Serro	Obras: estradas de acesso. Pensar em alternativas para combater o desemprego advindo da extinção do garimpo e da exploração do carvão.
Turmalina	NR

Fonte: Prefeituras Municipais
 Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)
 Nota: NR = Não Respondido

Os problemas são comuns aos municípios, mas as articulações entre eles são tímidas e descontínuas. As relações com outros entes federados são frágeis e, na maioria das vezes, não apresentam resultados relevantes. A participação da sociedade civil é incipiente, especialmente no caso das empresas locais.

Não existem programas, projetos e atividades de apoio integrados em implantação para o desenvolvimento do turismo na região. A referência mais relevante é quanto ao “Circuito do Diamante”, que se encontra em processo de discussão.

Para que os municípios estudados do Alto do Jequitinhonha possam constituir um circuito de turismo, nos moldes preconizados pelo “Plano Nacional de Turismo”, será

imprescindível a aplicação de “recursos significativos” que eliminem os gargalos existentes na infra-estrutura local, especialmente no que se refere às estradas de acesso à região. Da mesma forma, é necessário promover um maciço investimento na capacitação tanto da mão-de-obra local, envolvendo os servidores públicos municipais, visando a uma gestão mais eficaz da Administração pública, como da mão-de-obra privada, orientada a atender a possível demanda das atividades de serviço.

3 SÍNTESE DOS ASPECTOS ANALÍTICOS E DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS

Os parâmetros da visão analítica dos dados se referem às capacidades de:

- administração e finanças;
- implementação de políticas públicas locais; e
- integração intersetorial na gestão da exploração das atividades turísticas.

Esta seção, a partir desses parâmetros, trata da construção de categorias de capacidade institucional, levando em conta a ênfase na política de turismo diante das situações do universo dos municípios estudados, que apresentaram como situações comuns: baixo potencial de arrecadação de receitas próprias, e tendência de apresentarem os mesmos padrões de políticas de educação, saúde, esportes e obras públicas (ver TABELA 3.1), mais institucionalizadas que as demais políticas.

Na avaliação da capacidade dos municípios estudados relativa à administração e finanças, consideraram-se: a situação do quadro dos servidores; a solução para a previdência; e a capacidade de arrecadação de receitas próprias e de gestão dos recursos públicos, com a existência ou não de mecanismos de participação da sociedade civil na operacionalização dos instrumentos orçamentários.¹¹

Com relação ao quadro de pessoal, avaliaram-se: a quantidade, a composição e a qualificação dos servidores efetivos e contratados por prazo determinado. Atribuiu-se o conceito de melhor capacidade institucional aos municípios que detinham a maior parte do quadro constituído por servidores efetivos e de formação profissional com maior nível de escolaridade. A avaliação das situações de previdência se justifica como parâmetro pela possibilidade de o comprometimento de recursos do tesouro municipal com esses benefícios prejudicar a implementação de políticas públicas.

¹¹ A participação da população na operacionalização dos instrumentos orçamentários foi incorporada como parâmetro por constituir requisito legal constante da Lei Federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que institui o Estatuto das Cidades.

A avaliação da capacidade de arrecadação de receitas próprias considerou aspectos relativos à eficiência na arrecadação, mas relativizando essa eficiência com o baixo potencial de arrecadação.

A avaliação da capacidade institucional para a implementação das políticas públicas locais considerou as classificações e categorias que avaliaram as políticas setoriais na Seção 2, mas identificando as situações em cada município.

Na avaliação da capacidade relativa à integração intersetorial na gestão da política de turismo,¹² foram considerados como principais aspectos estruturantes e qualitativos à infra-estrutura e as condições sanitárias e sociais, com repercussões no desenvolvimento do turismo:

- política urbana, com preocupação com possíveis repercussões em ocupações desordenadas, a partir de investimentos na infra-estrutura de turismo;
- política de saneamento – abastecimento de água, esgotamento sanitário e limpeza e destino final do lixo –, com a preocupação com a não contaminação de lugares turísticos;
- política de saúde, com preocupação com as atividades de turismo, principalmente nas áreas de saúde coletiva e, em especial, a vigilância sanitária;
- política de educação; e
- política de defesa dos direitos da criança e do adolescente, como ação preventiva de riscos sociais provenientes do desenvolvimento do turismo.

Esses aspectos permitiram classificar os municípios pesquisados em: municípios de baixa capacidade institucional e municípios de média capacidade em termos de suporte ao desenvolvimento do turismo e suas possíveis repercussões nas realidades econômicas e sociais locais, tendo como critério:

- baixa capacidade institucional – municípios que dispõem da maior parte do quadro de pessoal com contrato de prazo determinado, que não resolveram a situação de previdência, que arrecadam todos os tributos municipais, mas não mantêm as

¹² Em princípio, todas as políticas públicas têm interfaces com o desenvolvimento do turismo. A intenção neste item foi eleger as principais, visando a uma categorização dos municípios.

bases de cálculo atualizadas e cuja sociedade civil não participa da operacionalização dos instrumentos orçamentários; e

- média capacidade institucional – municípios que dispõem da maior parte do quadro de pessoal com servidores efetivos, que resolveram a situação de previdência, que arrecadam todos os tributos municipais, apesar de não manterem as bases de cálculo atualizadas, e cuja sociedade civil participa ou não da operacionalização dos instrumentos orçamentários.

Entre os municípios estudados, Capelinha, Diamantina e Minas Novas apresentaram configuração de baixa capacidade institucional, enquanto os demais foram categorizados como de média capacidade institucional (TAB. 3.1). Levando-se ainda, em conta a não implantação do *Estatuto das Cidades* nos municípios estudados, ressalta-se a necessidade de promover investimentos estruturantes, sob pena de ocorrerem efeitos perversos, tendo-se o enfoque apenas setorial de uma política de desenvolvimento do turismo. O que se sugere é a contextualização de uma política de turismo num projeto e processo de elaboração de planos diretores, acompanhados de projetos de adequações institucionais dos municípios.

TABELA 3.1

Capacidade institucional dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	CAPACIDADE	
	Baixa	Média
Capelinha	X	
Couto de Magalhães de Minas		X
Diamantina	X	
Felício dos Santos		X
Itamarandiba		X
Minas Novas	X	
São Gonçalo do Rio Preto		X
Serro		X
Turmalina		X

Fonte: Prefeituras Municipais
 Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Na política de administração, Diamantina, Capelinha e Minas Novas agregam como fatores que podem comprometer a institucionalização de políticas públicas o fato de

manterem a maior parte do quadro de servidores com contratos por prazo determinado¹³ e a situação de não solução das situações de previdência. Diamantina tem um sistema de previdência próprio, mas sua sustentabilidade merece avaliação até pelo fato de a maior parte dos servidores em situação de contrato determinado comprometer a base de arrecadação (QUADRO 3.1).

QUADRO 3.1

Capacidade institucional em administração dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO			
	Maior parte do quadro de servidores efetivos	Maior parte do quadro de servidores contratados por prazo determinado	Disponibilidade de servidores do quadro efetivo com formação em 3º grau incompleto ou completo na implementação da maior parte das políticas locais	Solução de previdência municipal
Capelinha	Não	Sim	Não	Tesouro Municipal
Couto de Magalhães de Minas	Sim	Não	NR	INSS
Diamantina	Não	Sim	NR	Sistema Próprio
Felício dos Santos	Sim	Não	NR	INSS
Itamarandiba	Sim	Não	Sim	Sistema Próprio e INSS
Minas Novas	Não	Sim	Sim	Tesouro Municipal
São Gonçalo do Rio Preto	Sim	Não	Não	INSS
Serro	Sim	Não	Sim	INSS
Turmalina	Sim	Não	Sim	Sistema Próprio

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: NR= Não Respondido. INSS= Instituto Nacional de Seguridade Social

Os municípios estudados apresentam certa homogeneidade na capacidade institucional de gestão das finanças municipais, embora se distingam quando se refere a participação da sociedade civil nessa gestão. Couto de Magalhães de Minas e São Gonçalo do Rio Preto têm abertura para a participação e Itamarandiba institucionalizou o orçamento participativo (QUADRO 3.2).

¹³ A maior parte dos municípios teve dificuldades em disponibilizar os perfis do quadro de pessoal, dado que pode representar uma tendência à baixa capacidade institucional.

QUADRO 3.2

Capacidade institucional em gestão de finanças nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	FINANÇAS MUNICIPAIS			
	Arrecada todos os tributos municipais?	Utiliza bases de cálculos de todos os tributos atualizadas?	Realiza o acompanhamento do VAF?	A sociedade civil participa da operacionalização dos instrumentos orçamentários?
Capelinha	Sim	Não	Sim	Não
Couto de Magalhães de Minas	Sim	Não	Sim	Sim
Diamantina	Sim	Não	Sim	NR
Felício dos Santos	Sim	Não	Sim	Não
Itamarandiba	Sim	Não	Sim	Sim
Minas Novas	Sim	Não	Sim	Não
São Gonçalo do Rio Preto	Sim	Não	Sim	Sim
Serro	Sim	Não	Sim	NR
Turmalina	Sim	Não	Sim	Não

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Nota: VAF= Valor Adicionado Fiscal. NR= Não Respondido.

Na implementação das políticas públicas locais, as situações são homogêneas entre os municípios, apresentando baixa e média institucionalização, com distinções nas políticas de preservação ambiental (QUADRO 3.3), Capelinha, Diamantina, Itamarandiba, Minas Novas, Serro e Turmalina apresentam situações de institucionalização regulares.

QUADRO 3.3

Capacidade institucional para a implementação das políticas públicas locais de planejamento urbano e infra-estrutura de obras e serviços, políticas de saneamento, preservação ambiental e meio ambiente nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS					
	Política Urbana	Obras Públicas	Transportes Públicos	Saneamento	Preservação Ambiental	Saúde
Capelinha	Baixa	Média	Média	Baixa	Média	Média
Couto de Magalhães de Minas	Baixa	Média	Média	Baixa	Baixa	Média
Diamantina	Baixa	Média	Média	Baixa	Média	Média
Felício dos Santos	Baixa	Média	Média	Baixa	Baixa	Média
Itamarandiba	Baixa	Média	Média	Baixa	Média	Média
Minas Novas	Baixa	Média	Média	Baixa	Média	Média
São Gonçalo do Rio Preto	Baixa	Média	Média	Baixa	Baixa	Média
Serro	Baixa	Média	Média	Baixa	Média	Média
Turmalina	Baixa	Média	Média	Baixa	Média	Média

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

Na política de desenvolvimento social, Couto de Magalhães de Minas, Felício dos Santos e São Gonçalo do Rio Preto apresentam baixas capacidades institucionais, que são constantes em todos os municípios, no que se refere a infra-estrutura de abastecimento alimentar. Na política de desenvolvimento econômico, há média capacidade institucional em Felício dos Santos, Itamarandiba, São Gonçalo do Rio Preto e Serro (QUADRO 3.4).

QUADRO 3.4

Capacidade institucional para a implementação das políticas públicas locais de desenvolvimento e integração social nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS					
	Educação	Esportes e Lazer	Cultura e Turismo	Desenvolvimento Social	Infraestrutura de Abastecimento Alimentar	Desenvolvimento Econômico
Capelinha	Média	Média	Média	Média	Baixa	Baixa
Couto de Magalhães de Minas	Média	Média	Média	Baixa	Baixa	Baixa
Diamantina	Média	Média	Média	Média	Baixa	Baixa
Felício dos Santos	Média	Média	Média	Baixa	Baixa	Média
Itamarandiba	Média	Média	Média	Média	Baixa	Média
Minas Novas	Média	Média	Média	Média	Baixa	Baixa
São Gonçalo do Rio Preto	Média	Média	Média	Baixa	Baixa	Média
Serro	Média	Média	Média	Média	Baixa	Média
Turmalina	Média	Média	Média	Média	Baixa	Baixa

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

A integração intersetorial na implementação e gestão da política de turismo constitui o principal investimento necessário à implementação dessa atividade na região. São situações comuns nos municípios, existência da atividade de vigilância sanitária nos órgãos de saúde e a não atuação dessa vigilância com relação aos produtos locais vendidos em feiras livres e mercados disciplinados pelos órgãos de serviços urbanos, assim como a não solução de sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário ou destino final do lixo, comprometendo o meio natural e ou distritos que constituem atrações turísticas (QUADRO 3.5).

QUADRO 3.5

Capacidade institucional relativa à integração intersetorial na gestão da política de turismo nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	POLÍTICA URBANA	POLÍTICAS DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE	POLÍTICA DE SAÚDE	POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	POLÍTICA DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Capelinha	Não	Não	Vigilância sanitária e combate a endemias não resolvidos.	Sim	Sim
Couto de Magalhães de Minas	Não	Não	Vigilância sanitária e combate a endemias não resolvidos.	Sim	Não
Diamantina	Não	Não	Vigilância sanitária e combate a endemias não resolvidos.	Sim	Sim
Felício dos Santos	Não	Não	Vigilância sanitária e combate a endemias não resolvidos.	Sim	Não
Itamarandiba	Não	NR	Vigilância sanitária e combate a endemias não resolvidos.	Sim	Sim
Minas Novas	Não	Não	Vigilância sanitária não resolvida.	Sim	Sim
São Gonçalo do Rio Preto	Não	Não	Vigilância sanitária e combate a endemias não resolvidos.	Sim	Não
Serro	Não	Existem projetos mas demandam investimentos	Vigilância sanitária e combate a endemias não resolvidos.	Sim	Sim
Turmalina	Não	Não	Vigilância sanitária e combate a endemias não resolvidos.	Sim	Sim

Fonte: Prefeituras Municipais
 Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)

4 PROJEÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS DO PÓLO TURÍSTICOS DO VALE DO JEQUITINHONHA, NA PERSPECTIVA DO PLANEJAMENTO PARA O TURISMO

O diagnóstico acerca do desenvolvimento institucional da área de planejamento estudada tem como meta no conjunto dos estudos feitos, identificar limitações, processos e diretrizes necessárias à institucionalização de políticas municipais de gestão necessárias ao desenvolvimento integrado e sustentável do turismo.

O levantamento de dados do diagnóstico institucional, aliado às inferências analíticas e aos quadros de indicadores dos municípios estudados mostram uma realidade de baixa e média capacidade institucional frente às respostas requeridas de projetos inovadores, com baixo fomento às parcerias, à geração de recursos e à integração local e regional, tão necessários à alavancagem de processos de desenvolvimento econômico e social, à geração de emprego e de renda e, conseqüentemente, à melhoria da qualidade de vida da população.

Para a superação de entraves institucionais, o Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo se alinha na perspectiva dos projetos inovadores.

Assim, há que se voltar à compreensão do desenvolvimento regional e local para se verificar como estruturas e processos municipais de gestão estão atuando em relação à Área de Planejamento e, especialmente, à política para o turismo.

Os dados do diagnóstico institucional apontam para uma realidade de fragilidade das ações, que se somam a falhas nos processos de integração, de racionalização, de economia e de eficácia de resultados e de custo-benefício insatisfatório frente às demandas sociais.

As finanças municipais sinalizam para uma linha de dependência dos recursos transferidos, considerando-se que uma política de institucionalização do Plano Diretor e de instrumentos normativos de planejamento urbano e de política tributária possa dar sustentação a processos de mudança nessa área.

Acresce-se a lógica requerida para o perfil gerencial necessário à Área de Planejamento e à gestão de políticas públicas ressaltando-se, dentre elas, a de turismo regional.

A institucionalização de quadros de carreira aliada à capacitação profissional é subsídio para a prática da gestão turística regional, vinculada às parcerias e à integração intersetorial.

Considera-se, portanto que a formulação de estratégias e estruturação do Plano de Ação devem se sustentar na superação dos entraves apontados em diagnósticos, na perspectiva da correção de rumos e na geração de políticas de mudança e de inovação.

O desenvolvimento institucional advém dessa realidade, como aspecto que estrutura, sustenta e condiciona o próprio desenvolvimento do turismo, a par com a administração intersetorial de políticas públicas.

Enfatiza-se assim que, para se obter resultados satisfatórios para as comunidades locais e regionais, a ação de desenvolvimento integrado é fator preponderante. Aliam-se à essa perspectiva a parceria, o associativismo regional e a institucionalização do Plano Diretor Municipal.

Ainda como fatores estruturantes, o planejamento como processo de ação, a capacitação de servidores e a estruturação de quadros profissionais interdisciplinares, são estratégias consolidadoras de mudança institucional local e regional.

É de se relevar o papel hoje exercido, conforme apontado nas entrevistas feitas nas prefeituras da área em estudo, da AMAJE – Associação Microrregional de Municípios do Alto Jequitinhonha, como instância política e técnica que tem atuado no apoio à capacidade institucional e de gestão dos municípios e que, na consolidação e ampliação de sua ação regional, venha a se tornar agente catalisador na implantação de políticas de desenvolvimento do turismo.

A política regional de turismo tem sido frágil, como apontam os dados das diferentes pesquisas e, aliado ao papel da AMAJE, a criação de instâncias de interação setorial e

interinstitucional torna-se também fator de aglutinação e de participação social, necessário à superação de entraves e à busca de soluções eficazes e efetivas.

Projeta-se, pois que a gestão de uma prática de turismo regional, que consolide políticas e estratégias, em ações aglutinadoras e participativas.

Assim, consideram-se dois outros papéis: aquele do empresariado local, como representante da sociedade, nas ações de investimento, de incremento das políticas de geração de emprego, de renda, de projetos de industrialização, de comercialização de matérias primas e de produtos locais e regionais.

Torna-se relevante consolidar o papel do Conselho de Turismo do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha, institucionalizando-se o Plano de Ação, o acompanhamento e a avaliação das políticas de desenvolvimento do turismo sustentável regional, como indutores das políticas de geração de emprego e de renda e da elevação da qualidade de vida da população local.

ANEXO

Questionário

Projeto PRODETUR: Capacidade institucional dos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Roteiro de entrevista para as administrações municipais

PROJETO PRODETUR: Capacidade Institucional dos Municípios

Roteiro de Entrevista para as Administrações Municipais

PREFEITURA MUNICIPAL DE

A. Entrevista com o chefe de gabinete ou secretário de Desenvolvimento Econômico (Turismo) ou de Educação e Cultura (Turismo)

Órgão:

Entrevistado:

Cargo:

Data:

1. Quais são os principais programas, projetos e atividades de apoio ao desenvolvimento econômico e ao turismo implementados pelo município (ou secretaria)?

PROGRAMA/ PROJETO/ATIVIDADE DE APOIO	VALOR	FONTE DE FINANCIAMENTO	POPULAÇÃO BENEFICIADA	SITUAÇÃO ATUAL

2. Na definição desses programas, houve alguma participação da sociedade local (empresas, associações de classe, sindicatos ou trabalhadores)?

3. O município tem organizado algum Conselho de Desenvolvimento Econômico e do Turismo?

() Não

() Sim. Natureza do Conselho: () deliberativo () consultivo.

Composição do Conselho:

Avaliação do funcionamento do Conselho:

4. Como ocorrem as articulações entre (ou com as demais) secretarias (programas e projetos integrados)?

5. O município (ou a secretaria) tem efetivado parcerias com empresas ou outras entidades em projetos de desenvolvimento econômico ou de turismo?

() Não. Por quê?

() Sim. Quais são os parceiros, em quais projetos e qual o valor da participação?

6. O município (ou a secretaria) mantém alguma articulação com outros municípios em projetos ou atividades de desenvolvimento econômico e turismo?

() Não. Por quê?

() Sim. Quais são as atividades e projetos, com quais municípios e quais são os valores e fontes de financiamento?

7. Em que áreas há um maior potencial ou maior necessidade para o desenvolvimento de empreendimentos econômicos ou turísticos?

E em conjunto com outros municípios?

8. Como os municípios se articulam em nível regional para a promoção do desenvolvimento econômico e do turismo?

Existem propostas regionais de ações conjuntas?

As empresas da região estão envolvidas neste processo?

9. Existem no município convênios e contratos com órgãos e entidades de desenvolvimento econômico e do turismo estaduais (EMATER, TURMINAS, etc.)?

10. O município tem canal com instituições que financiam fundos de fomento ao desenvolvimento econômico e ao turismo?

() Não

() Sim (especificar):

11. Como o município se articula com os órgãos e entidades de apoio ao desenvolvimento econômico e ao turismo federais? Especificar os convênios e contratos:

O "Fome Zero" está em implantação no município?

() Não

() Sim. Está prevista alguma atuação que tenha repercussões nas atividades de turismo e de desenvolvimento econômico no município?

12. O município tem investido no treinamento da mão de obra envolvida nas atividades de turismo?

() Não

() Sim. Quais foram as fontes de financiamento e quais foram os treinamentos?

13. Outras observações:

B. Entrevista com o secretário municipal de Planejamento ou de Obras Públicas ou órgão equivalente

Órgão:

Entrevistado:

Cargo:

Data:

1. O município dispõe de Plano Diretor?

() Não

() Sim. Foi aprovado pela Lei n. de ____/____/____ .

2. O município discutiu a implantação do Estatuto das Cidades?

() Não

() Sim.

3. O órgão colegiado de política urbana está implantado?

() Não

() Sim. Como avalia seu funcionamento?

4. O município dispõe de legislação urbanística própria?

LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA	EXISTÊNCIA		LEI	
	Não	Sim	Número	Data da Aprovação
Lei de Uso e Ocupação do Solo				
Lei de Perímetro Urbano				
Lei de Parcelamento				
Código de Obras				
Código de Posturas				

5. Quais são as ações de controle urbanístico regularmente implementadas pelo município?

- a) Aprovação de projetos e de obras particulares () Não () Sim
 b) Concessão de licença de localização e funcionamento () Não () Sim
 c) Fiscalização de obras e posturas
 () Não
 () Sim. Qual é o quadro de fiscais da Prefeitura?

Eles são concursados?

- () Sim, todos.
 () Sim, alguns.
 () Não

6. Em que áreas há necessidade de diretrizes e regulamentação do planejamento físico-territorial?

- () Na área de loteamentos.
 () Na área de uso do solo.
 () Na área de meio ambiente.
 () Na área de estrutura viária.
 () Na área da política habitacional.
 () Outra. Especificar:

7. Que prejuízos para o seu município tem trazido a inexistência destas diretrizes e dessa regulamentação?

8. Seu município dispõe de plantas cadastrais atualizadas?

- () Não
 () Sim. Em que escala?

9. Como está organizado o Cadastro Técnico Municipal?

- a) Está atualizado? () Sim () Não
- b) É informatizado? () Sim () Não
- c) É utilizado no planejamento e gestão urbana? () Sim () Não
- d) É utilizado como recurso para tributação? () Sim () Não
- e) Outro. Especificar:

10. Quais são os principais problemas de caráter urbanístico e quais são as ações implementadas pelo município para solucioná-los?

11. Observações:

C. Entrevista com o secretário municipal de Administração ou dirigente de órgão equivalente

Órgão:

Entrevistado:

Cargo:

Data:

1. Qual é a atual organização administrativa da prefeitura?

() O município tem Lei de Organização Administrativa. Especificar: Lei n. de ____/____/____
Quais são as unidades que não estão implantadas?:.....

.....
.....

Quais são as unidades que estão implantadas mas não estão previstas em lei?

.....
..... (cópia da lei)

() O município não tem uma Lei de Organização Administrativa

Qual é a estrutura de funcionamento?

2. Quais são os serviços que são terceirizados pela prefeitura?

- () Limpeza pública. () Serviços técnicos de contabilidade.
- () Obras públicas. () Cadastro técnico informatizado.
- () Serviços técnicos de engenharia. () Emissão de guia de IPTU.
- () Serviços técnicos de direito. () Outros. Especificar:

3. O município tem plano de carreiras e vencimentos?

() Não

() Sim. Qual é a lei que cria o plano de carreiras e vencimentos?

Observações:

4. Qual é a situação funcional dos servidores da prefeitura?

a) Número de ocupantes de cargos efetivos.

b) Número de ocupantes de função pública.

c) Número de contratados por prazo determinado.

d) Outros. Quantificar e descrever.

5. Qual é o perfil do quadro de contratados por prazo determinado?

ESCOLARIDADE	NÚMERO	ATIVIDADES	ÓRGÃO DE LOTAÇÃO
3º Grau Completo Incompleto			
2º Grau Completo Incompleto			
1º Grau Completo Incompleto			
Não teve acesso à alfabetização			

Observações:

6. Qual foi a data de realização do último concurso público da prefeitura?...../...../.....

7. Qual é o regime jurídico dos servidores? () estatutário () celetista

Observações

8. Qual é a situação da previdência na administração municipal?

() não tem um sistema de previdência próprio

() tem um sistema de previdência próprio. Descrever:

() outro. Especificar:

9. Qual é a participação percentual do gasto com inativos no total da folha de pagamento?

15. O município tem organizado um almoxarifado de materiais?

() Sim

() Não. Como ocorre a guarda e distribuição de materiais?

16. Como está o controle de bens patrimoniais na prefeitura?

() O registro e tombamento dos materiais permanentes está atualizado.

() O registro e tombamento dos materiais permanentes não está atualizado.

() O inventário anual de patrimônio é realizado regularmente.

() O inventário anual de patrimônio não é realizado regularmente.

Observações:

17. A prefeitura dispõe de equipamentos de informática suficientes?

() Sim

() Não. Qual é a demanda atual?

18. Quais são os procedimentos informatizados na prefeitura?

a) nas atividades meio:

b) nas atividades fim:

19. O município dispõe de internet?

() Não

() Sim.

() Prefeitura;

() Empresas;

() Escolas;

() Residências

() Outros. Especificar.

20. Tem provedor local ou paga interurbano pelo uso da internet?

21. Quais são os principais problemas da administração pública municipal e quais são as ações implementadas pelo município para solucioná-los?

22. Observações

D. Entrevista com o secretário municipal de Fazenda ou dirigente de órgão equivalente**Órgão:****Entrevistado:****Cargo:****Data:**

1. Qual foi a data da última atualização do Código Tributário do Município?...../...../.....

Observações:

2. Como é o processo de arrecadação do IPTU no município?

() As guias de arrecadação são encaminhadas aos proprietários.

() Os proprietários pegam a guia e pagam diretamente na Prefeitura.

() O tributo é arrecadado regularmente no início do exercício fiscal.

() O tributo é arrecadado regularmente, podendo ser parcelado durante todo o exercício fiscal.

() O tributo não é arrecadado regularmente.

() Outros. Especificar:

3. Qual foi a data da última atualização da planta de valores? ____/____/____.

Qual foi o critério adotado?

() Os valores dos imóveis foram corrigidos pelos índices de inflação.

() Os valores dos imóveis foram corrigidos conforme pesquisa de mercado.

() Outro. Especificar:

4. O município mantém planta de valores dos distritos? () Sim () Não

Observações

5. Como é o processo de arrecadação do ISS no município?

() As guias de arrecadação são encaminhadas aos prestadores de serviços.

() Os prestadores de serviços pegam a guia e pagam diretamente na Prefeitura.

() O tributo é arrecadado regularmente.

() O tributo não é arrecadado regularmente.

() Outros. Especificar:

6. O município mantém o cadastro de prestadores de serviços atualizado?

() Sim () Não

Observações:

7. O município mantém cadastro de atividades econômicas?

() Não

() Sim.

Qual a data da última atualização? ____/____/____

Observações:

8. Como ocorre a arrecadação do ITBI no Município?

() O cálculo do tributo é realizado com base em valores de imóveis estimados pelo município.

() O cálculo do tributo é realizado com base no valor declarado na escritura apresentada pelo proprietário.

() Outro. Especificar:

9. Como é o processo de arrecadação da contribuição de melhoria no município?

() Não arrecada a contribuição de melhoria.

() Arrecada a contribuição de melhoria nos seguintes casos:

10. Quais são as principais taxas, tarifas e preços públicos cobrados regularmente pelo município?

() Taxa de limpeza urbana (constitucionalidade questionada).

() Taxa de expediente.

() Taxa de iluminação pública.

() Tarifa de água e esgoto.

() Outros. Especificar:

11. A cobrança dessas taxas, tarifas e preços públicos também é realizada nos distritos?

() Sim () Não

Observações:

12. Qual é o valor da dívida ativa do município? R\$

O que esse valor representa em termos de percentual da receita tributária anual do município?
%

Existe ação de cobrança regular da dívida ativa?

() Não

() Sim.

Quais são os meios utilizados para a cobrança?

Quais são os resultados obtidos?

13. Além de transferências intergovernamentais (FPM, ICMS) e receitas tributárias próprias, o município tem outras fontes de receita? (Lei Robin Hood, outras)

Não

Sim. Quais são e o que representam percentualmente no total da receita anual?

14. Qual é a repercussão da Lei de Responsabilidade Fiscal no município?

15. A Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento Anual são elaborados com a coordenação da Secretaria da Fazenda? Sim Não

16. Como acontecem as elaborações desses instrumentos legais no município?

Há a participação das demais Secretarias.

Não há a participação das demais Secretarias.

Há a participação da sociedade civil.

Não há a participação da sociedade civil.

Há a participação do órgão colegiado de política urbana.

Não há a participação do órgão colegiado de política urbana.

Observações:

17. Se têm a participação da sociedade civil ou desta por intermédio do órgão colegiado de política urbana, descrever como ocorre:

18. A secretaria mantém alguma articulação com outros municípios para a solução de problemas comuns?

Não

Sim.

Quais são os problemas comuns e com quais municípios?

19. Existe algum conflito fiscal com os municípios vizinhos (por exemplo, isenção fiscal para atração de investimentos)?

Não

Sim.

Qual é o conflito?

Com quais municípios?

20. Existe alguma forma de subsídio em seu município para atividades econômicas e de turismo?

() Não.

() Sim. Qual?

21. A secretaria mantém articulações com órgãos e entidades estaduais (Secretaria de Estado da Fazenda, outros)?

() Não

() Sim.

Com quais órgãos e entidades e qual o objeto?

22. A secretaria faz o acompanhamento do VAF?

() Não

() Sim.

Como é feito:

() Mediante empresa contratada para essa finalidade.

() Mediante pessoal da própria prefeitura.

() Outros. Especificar:

23. Quais são os resultados alcançados com o acompanhamento do VAF?

24. A secretaria mantém articulações com órgãos e entidades federais?

() Não

() Sim

Com quais órgãos e entidades e qual o objeto?

25. O município tem organizado o órgão de controle interno?

() Não

() Sim

Qual é a denominação?

Qual é a composição?

Qual é a subordinação?

26. Como avalia as articulações do órgão de controle interno com os demais órgãos e entidades do município?

27. Como avalia as articulações do órgão de controle interno com o Tribunal de Contas do Estado?

28. Qual é a estrutura da fiscalização tributária e como funciona?

29. Outras observações:

E. Entrevista com o secretário municipal de Obras Públicas ou dirigente de órgão equivalente

Órgão:

Entrevistado:

Cargo:

Data:

1. Como ocorre a execução de obras públicas no município?

OBRAS PÚBLICAS	FORMA DE EXECUÇÃO		VALOR		ORIGEM DO RECURSO	OBSERVAÇÕES
	Direta	Contratação de terceiros	2002	2003		
Construção de obras públicas						
Manutenção de vias urbanas						
Manutenção de estradas vicinais						
Manutenção dos próprios municipais						

Nota: Especificar a obra pública construída

2. Como ocorre a manutenção das vias de acesso aos atrativos turísticos?

VIAS	FORMA DE EXECUÇÃO		VALOR		ORIGEM DO RECURSO	OBSERVAÇÕES
	Direta	Contratação de terceiros	2002	2003		
Estradas vicinais						
Trilhas turísticas						

3. Qual é a situação atual das vias de acesso aos atrativos turísticos (especificar as vias, quilômetros, necessidade de obras de arte, se existem projetos de investimento ou manutenção e o valor estimado dos projetos)?

4. Como a secretaria realiza a medição, fiscalização e acompanhamento das obras contratadas?

5. O município recorre à Associação Microrregional de Municípios para apoio na elaboração de projetos e execução de obras públicas?

() Não

() Sim

Qual é o nome da Associação?

Qual é o apoio que recebe?

6. Recorrendo ou não, qual é a sua avaliação sobre a atuação da Associação Microrregional com relação aos interesses do município:

7. Qual é a frota de veículos e máquinas pesadas da prefeitura?

a) Número total de veículos:

b) Número total de veículos e máquinas pesadas:

8. Esta frota atende às necessidades dos serviços?

() Sim

() Não.

Qual é a necessidade de complementação?

Qual é o valor estimado?

Recorre a aluguel de veículos?

9. A prefeitura realiza a manutenção regular da frota?

() Não

() Sim

Como ocorre?

Qual é o custo em 2002 e o atual?

10. Outras observações:

F. Entrevista com o secretário municipal de Obras ou de Planejamento ou dirigente de órgão equivalente

Órgão:

Entrevistado:

Cargo:

Data:

1. O município dispõe de Plano Diretor?
 Não
 Sim. Foi aprovado pela Lei n. de ____/____/____.
2. O município discutiu a implantação do *Estatuto das Cidades*?
 Não
 Sim.
3. O órgão colegiado de política urbana está implantado?
 Não
 Sim. Como avalia seu funcionamento?
4. O município dispõe de legislação urbanística própria?

LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA	EXISTÊNCIA		LEI	
	Não	Sim	Número	Data da Aprovação
Lei de Uso e Ocupação do Solo				
Lei de Perímetro Urbano				
Lei de Parcelamento				
Código de Obras				
Código de Posturas				

5. Quais são as ações de controle urbanístico regularmente implementadas pelo município?
 - a) Aprovação de projetos e de obras particulares Não Sim
 - b) Concessão de licença de localização e funcionamento Não Sim
 - c) Fiscalização de obras e posturas
 Não
 Sim. Qual é o quadro de fiscais da prefeitura?

Eles são concursados?

- () Sim, todos.
- () Sim, alguns.
- () Não

6. Em que áreas há necessidade de diretrizes e regulamentação do planejamento físico-territorial?

- () Loteamentos.
- () Uso do solo.
- () Meio ambiente.
- () Estrutura viária.
- () Política habitacional.
- () Outra. Especificar:

7. Que prejuízos para o seu município tem trazido a inexistência destas diretrizes e dessa regulamentação?

8. Seu município dispõe de plantas cadastrais atualizadas?

- () Não
- () Sim. Em que escala?

9. Como está organizado o Cadastro Técnico Municipal?

- a) Está atualizado? () Sim () Não
- b) É informatizado? () Sim () Não
- c) É utilizado no planejamento e gestão urbana? () Sim () Não
- d) É utilizado como recurso para tributação () Sim () Não
- e) Outro. Especificar:

10. Quais são os principais problemas de caráter urbanístico e quais são as ações implementadas pelo município para solucioná-los?

11. Observações:

G. Entrevista com o secretário municipal de Obras Públicas e/ou de Serviços Urbanos ou dirigente de órgão equivalente

Órgão:

Entrevistado:

Cargo:

Data:

1. O município tem sistema de transporte coletivo intramunicipal?

() Não

() Sim

O sistema é:

() Próprio.

() Concessão a terceiros.

() Permissão a terceiros.

2. Qual é o sistema de definição de tarifas dos transportes coletivos?

3. Como ocorre a articulação do município com o DER no que se refere à gestão intermunicipal do transporte coletivo e da manutenção de estradas?

4. O município dispõe de Terminal Rodoviário?

() Não.

() Sim.

A administração do Terminal é:

() Própria.

() Concessão a terceiros.

() Outro. Especificar:

5. Como avalia seu funcionamento (horários, itinerários) e as instalações físicas (lanchonetes, banheiros)?

6. O município dispõe de aeroporto?

() Não.

() Sim

A administração do aeroporto é:

() Própria.

() Concessão a terceiros.

() Outro. Especificar:

7. Como avalia seu funcionamento (horários, itinerários) e as instalações físicas (lanchonetes, banheiros)?

8. O aeroporto dispõe de pousos comerciais?

() Não

() Sim.

Ocorrem problemas com esses pousos?

() Não

() Sim. Especificar:

9. O município dispõe de estação ferroviária?

() Não

() Sim, é administrada por:

10. Como avalia seu funcionamento (horários, itinerários) e as instalações físicas (lanchonetes, banheiros)?

11. O município dispõe de hidrovia?

() Não

() Sim. É administrada por:

12. Como avalia o funcionamento do(s) porto(s) (horários, itinerários) e as instalações físicas (lanchonetes, banheiros)?

12.A. O município dispõe de sistema de transporte por táxi? Qual é a frota atual?

13. O município já efetuou a municipalização do trânsito? () Sim () Não

14. A fiscalização do trânsito municipal é realizada pela prefeitura, pela Polícia Militar ou por ambas?

15. Qual é o sistema de abastecimento de água na sede do município?

- () Administração direta.
- () Concessão à COPASA.
- () Autarquia municipal (ex-FUNASA).
- () Privatizado.
- () Outro. Especificar:

16. A sede do município tem estação de tratamento da água? () Sim () Não

17. Existem no sistema de abastecimento de água:

- () Mananciais superficiais.
- () Poços profundos.
- () Poços rasos.
- () Poços artesianos.
- () Outro. Especificar:

18. Qual é a cobertura do sistema de abastecimento de água na sede?

O percentual da população atendida é de.....% Data:

O percentual de ligação hidrometrada é de ____% Data:

19. Qual é o critério tarifário?

Na sede:

Nos distritos:

20. Qual é o percentual da arrecadação em relação às despesas operacionais?

Na sede:

Nos distritos:

21. Qual é o sistema de abastecimento de água nos distritos?

Nome do distrito:..... Sistema: () Administração direta () Concessão à COPASA () Autarquia municipal (ex-FUNASA) () Privatizado () Outro (especificar)..... A água é tratada? () Sim () Não.

Cobertura:.....%. Data: ____/____/____

A água é procedente de:

- () Mananciais superficiais. () Poços artesianos.
- () Poços profundos. () Outro. Especificar:
- () Poços rasos.

Nome do distrito:..... Sistema: () Administração direta () Concessão à COPASA () Autarquia municipal (ex-FUNASA) () Privatizado () Outro (especificar)..... A água é tratada? () Sim () Não.
Cobertura:.....%. Data: ____/____/____

A água é procedente de:

- () Mananciais superficiais.
- () Poços profundos.
- () Poços rasos.
- () Poços artesianos.
- () Outro. Especificar:

Nome do distrito:..... Sistema: () Administração direta () Concessão à COPASA () Autarquia municipal (ex-FUNASA) () Privatizado () Outro (especificar)..... A água é tratada? () Sim () Não.
Cobertura:.....%. Data: ____/____/____

A água é procedente de:

- () Mananciais superficiais.
- () Poços profundos.
- () Poços rasos.
- () Poços artesianos.
- () Outro. Especificar:

Nome do distrito:..... Sistema: () Administração direta () Concessão à COPASA () Autarquia municipal (ex-FUNASA) () Privatizado () Outro (especificar)..... A água é tratada? () Sim () Não.
Cobertura:.....%. Data: ____/____/____

A água é procedente de:

- () Mananciais superficiais.
- () Poços profundos.
- () Poços rasos.
- () Poços artesianos.
- () Outro. Especificar:

Nome do distrito:..... Sistema: () Administração direta () Concessão à COPASA () Autarquia municipal (ex-FUNASA) () Privatizado () Outro (especificar)..... A água é tratada? () Sim () Não.
Cobertura:.....%. Data: ____/____/____

A água é procedente de:

- () Mananciais superficiais.
- () Poços profundos.
- () Poços rasos.
- () Poços artesianos.
- () Outro. Especificar:

22. Como é feito o suprimento de água na zona rural?

23. O município desenvolveu algum programa de abastecimento de água para a população dispersa da zona rural?

- () Não
- () Sim

Data: ____/____/____.

Custos:

Fontes de financiamento:

Percentual da população da zona rural atendida. _____ %

24. Quais são os principais problemas ou necessidades do sistema de abastecimento de água?

H. Para os casos de sistemas de abastecimento de água sob competência da administração direta ou autarquia municipal

Nome do órgão ou entidades:

Entrevistado:

Cargo:

Data:

1. Qual é o índice de qualidade da água distribuída na sede e nos distritos (informar se a água é tratada dentro dos padrões da ABNT, se é tratada e ainda não atende ao padrão, se não é tratada)?

2. Na sede e em cada distrito, quais são os percentuais de:

Na sede:

- hidrometração/ligação:%
- macromedicação:%
- perda medida:%
- perda estimada:%

Nos distritos:

Distrito de:

- hidrometração/ligação:%
- macromedicação:%
- perda medida:%
- perda estimada:%

Distrito de:

- hidrometração/ligação:%
- macromedicação:%
- perda medida: %
- perda estimada:%

Distrito de:

- hidrometração/ligação:%
- macromedicação:%
- perda medida: %
- perda estimada:%

Distrito de:

- hidrometração/ligação:%
- macromedicação:%
- perda medida: %
- perda estimada:%

Distrito de:

- hidrometração/ligação:%
- macromedicação:%
- perda medida: %
- perda estimada:%

3. Quais são as capacidades nominais de tratamento (m³/dia) e de reservação (m³) do sistema de abastecimento de água?

4. Quais são os tipos de captação e adução do sistema de abastecimento de água?

5. Especificar algumas informações sobre a ETA: características físicas e operacionais, localização, data de conclusão da obra, capacidade e necessidade de ampliação.

6. Como é o sistema de esgotamento sanitário na sede do município?

() Administração direta () Concessão à.....() Autarquia municipal (ex - FUNASA) privatizado () Outros, especificar:

Cobertura da rede:%. Data: ____/____/____

7. Existe estação de tratamento de esgoto?

() Sim

() Não

Qual é o destino dos resíduos?

8. Qual é a situação do corpo d'água receptor dos esgotos (poluição, transbordamentos e populações atingidas ou expostas à poluição)?

9. A prefeitura tem a planta da rede de esgoto da sede?

() Sim

() Não.

E dos distritos?

() Sim

() Não.

Como é feita a manutenção da rede?

10. Qual é a situação e capacidade das redes de esgoto/ estado de conservação

() Bom.

() Regular.

() Ruim.

Observações:

11. Qual é o critério tarifário?

Na sede:

Nos distritos:

12. Qual é o percentual da arrecadação em relação às despesas operacionais?

Na sede:

Nos distritos:

13. E nos distritos, qual é o sistema de esgotamento sanitário?

Nome do distrito:.....() Administração direta () Concessão à.....(

) Outro. Especificar:

Cobertura da rede:.....%. Data: ____/____/____

Há estação de tratamento de esgoto?

() Sim

() Não. Qual o destino dos resíduos?

Nome do distrito:.....() Administração direta () Concessão à.....(

) Outro. Especificar:

Cobertura da rede:.....%. Data: ____/____/____

Há estação de tratamento de esgoto?

() Sim

() Não. Qual é o destino dos resíduos?

Nome do distrito:.....() Administração direta () Concessão à.....(

) Outro. Especificar:

Cobertura da rede:.....%. Data: ____/____/____

Há estação de tratamento de esgoto?

() Sim

() Não. Qual o destino dos resíduos?

Nome do distrito:.....() Administração direta () Concessão à.....(

) Outro. Especificar:

Cobertura da rede:.....%. Data: ____/____/____

Há estação de tratamento de esgoto?

() Sim

() Não. Qual o destino dos resíduos?

Nome do distrito:.....() Administração direta () Concessão à

() Outro. Especificar:

Cobertura da rede:.....%. Data: ____/____/____

Há estação de tratamento de esgoto?

() Sim

() Não. Qual o destino dos resíduos?

Nome do distrito:.....() Administração direta () Concessão à

() Outro. Especificar:

Cobertura da rede:.....%. Data: ____/____/____

Há estação de tratamento de esgoto?

() Sim

() Não. Qual o destino dos resíduos?

14. Como é feito o esgotamento sanitário na zona rural?

15. O município desenvolveu algum programa de esgotamento sanitário para a população dispersa da zona rural?

() Não

() Sim. Data: ____/____/____ .

Custos:

Fontes de financiamento:

Percentual da população da zona rural atendida: _____ %

16. Quais são os principais problemas ou necessidades do sistema de esgotamento sanitário?

I. Para os casos de sistemas de esgotamento sanitário de competência da administração direta ou autarquia municipal

Nome do órgão ou entidades:

Entrevistado:

Cargo:

Data:

1. Quais são as características do sistema de coleta, interceptores e emissários existentes?

Na sede:

Nos distritos:

2. Especificações sobre a ETE:
 - a) características físicas da obra:
 - b) características operacionais da obra:
 - c) localização:
 - d) data da conclusão:
 - e) capacidade eficiência:
 - f) local de lançamento:
 - g) características do curso d'água receptor:

3. Qual é o sistema de cálculo e de cobrança da tarifa (ou taxa)?

4. Existem projetos de expansão do sistema de esgotamento sanitário ou de instalação de ETE no município?
 - () Não
 - () Sim. Informar sobre:
 - a) características gerais e operacionais da obra:
 - b) localização:
 - c) população a ser beneficiada:
 - d) valor do investimento:
 - e) fontes de financiamento:
 - f) prazos:

5. Qual é o órgão responsável pelos serviços de drenagem urbana no município?

6. Quais são os percentuais estimados de ruas servidas por sistema de drenagem pluvial (redes de 0,60m a 1,20m)?

Na sede:

Nos distritos:

7. Quais são as extensões estimadas de canais existentes?

Na sede:

Nos distritos:

8. Quais são os problemas ocorrentes relativos a alagamentos relacionados às deficiências dos problemas de drenagem pluvial nas vias?

Da sede, indicar:

localização:

áreas afetadas:

populações atingidas

Dos distritos, indicar:

localização:

áreas afetadas:

populações atingidas:

Existem outras áreas com alagamentos?

9. Quais são os problemas ocorrentes relativos a trasbordamento de cursos d'água e quais?

Indicar:

Localização:

Áreas afetadas:

Populações atingidas:

Riscos para a saúde da população:

10. Que outros problemas ocorrem no município (poluição, erosões, etc....)?

11. Os lugares turísticos do município dispõem de água tratada, de sistema de esgoto e de coleta e destinação final do lixo?

() Sim

() Não. Especificar as condições de saneamento:

12. Como ocorrem os serviços de capina, varrição e coleta de lixo?

Na sede:

Nos distritos:

13. Qual é o percentual estimado do lixo coletado na sede?.....%

14. A coleta de lixo na sede é:

() Diária.

() Alternada 2 ou 3 vezes por semana.

() Esporádica, especificar:

15. Qual é o custo operacional?

16. A taxa de limpeza urbana cobre a prestação de serviços?

17. Qual é o destino final do lixo produzido na sede?

a) Lixo a céu aberto () Sim () Não

b) Aterrado () Sim () Não

c) Aterro sanitário () Sim () Não

d) Usina de reciclagem ou compostagem () Sim () Não

e) Outro. Especificar:

18. Qual é a situação da coleta e do destino final do lixo nos distritos?

Nome do distrito:

a) % da coleta estimado:

b) Os serviços de coleta ocorrem

– () Diariamente.

– () Dias alternados.

– () Coleta esporádica. Especificar:

c) O destino final do lixo é:

– Lixo a céu aberto () Sim () Não

– Aterrado () Sim () Não

– Aterro sanitário () Sim () Não

– Usina de reciclagem ou compostagem

() Sim () Não

– Outro. Especificar:

Nome do distrito:

a) % da coleta estimado:

b) Os serviços de coleta ocorrem

– () Diariamente.

– () Dias alternados.

– () Coleta esporádica. Especificar:

c) O destino final do lixo é:

- Lixo a céu aberto () Sim () Não
- Aterrado () Sim () Não
- Aterro sanitário () Sim () Não
- Usina de reciclagem ou compostagem
() Sim () Não
- Outro. Especificar:

Nome do distrito:

a) % da coleta estimado:

b) Os serviços de coleta ocorrem:

- () Diariamente.
- () Dias alternados.
- () Coleta esporádica, especificar:

c) o destino final do lixo é:

- Lixo a céu aberto () Sim () Não
- Aterrado () Sim () Não
- Aterro sanitário () Sim () Não
- Usina de reciclagem ou compostagem
() Sim () Não
- Outro. Especificar:

Nome do distrito:

a) % da coleta estimado:

b) os serviços de coleta ocorrem:

- () Diariamente.
- () Dias alternados.
- () Coleta esporádica, especificar:

c) O destino final do lixo é:

- Lixo a céu aberto () Sim () Não
- Aterrado() Sim () Não
- Aterro sanitário () Sim () Não
- Usina de reciclagem ou compostagem
() Sim () Não
- Outro. Especificar:

Nome do distrito:

a) % da coleta estimado:

b) os serviços de coleta ocorrem

– () Diariamente.

– () Dias alternados.

– () Coleta esporádica, especificar:

c) O destino final do lixo é:

– Lixo a céu aberto () Sim () Não

– Aterrado () Sim () Não

– Aterro sanitário () Sim () Não

– Usina de reciclagem ou compostagem

() Sim () Não

– Outro. Especificar:

Nome do distrito:

a) % da coleta estimado:

b) Os serviços de coleta ocorrem

– () Diariamente.

– () Dias alternados.

– () Coleta esporádica, especificar:

c) O destino final do lixo é:

– Lixo a céu aberto () Sim () Não

– Aterrado () Sim () Não

– Aterro sanitário () Sim () Não

– Usina de reciclagem ou compostagem

() Sim () Não

– Outro. Especificar:

19. O município tem sistema de coleta de lixo seletiva?

() Não

() Sim. Descrever:

20. Quais são os principais problemas de saneamento do município?

21. Quais são as ações implementadas pela prefeitura para solucioná-los?

22. O município tem organizado um sistema ou programa de abastecimento alimentar?

() Não

() Sim

Descrever o sistema ou programa:

Especificar se envolve outros municípios:

23. O município dispõe de abatedouro?

() Não

() Sim:

() Público.

() Privado.

() Cumpre as normas da vigilância sanitária;

() Não cumpre as normas da vigilância sanitária.

Observações:

24. O município dispõe de feiras livres e mercado?

() Não

() Sim. Especificar:

25. As feiras e mercados:

() Cumprem as normas da vigilância sanitária.

() Não cumprem as normas da vigilância sanitária.

() Outro. Especificar:

26. Como ocorre a manutenção de parques e jardins?

() É regular na sede e nos distritos.

() É regular só na sede.

() Outro. Especificar:

27. Quais são os custos de manutenção de parques e jardins?

28. Qual é a frota de veículos e máquinas pesadas da prefeitura?

a) Número total de veículos:

b) Número total de veículos e máquinas pesadas:

29. Esta frota atende às necessidades dos serviços?

() Sim

() Não. Qual é a necessidade de complementação?

30. A prefeitura realiza a manutenção regular da frota? () Sim () Não
31. Como ocorre a manutenção da frota?
32. Quais são os custos de manutenção da frota?
33. Como ocorrem as articulações com as demais secretarias (programas e projetos integrados)?
34. A secretaria tem efetivado parcerias com empresas ou outras entidades em projetos de saneamento?
() Não
() Sim. Quais são os parceiros e em quais projetos?
35. A secretaria mantém alguma articulação com outros municípios para a solução de problemas comuns?
() Não
() Sim. Quais são os problemas comuns e em quais municípios?
36. A secretaria mantém articulações com órgãos e entidades estaduais (IGAM, Secretaria de Estado de Meio Ambiente, COPASA, outros)?
() Não
() Sim. Com quais órgãos e entidades e qual é o objeto?
37. Quais são as articulações com a Associação Microrregional de municípios?
Em que setores?
Com que resultados?
38. A secretaria mantém articulações com órgãos e entidades federais (ex FUNASA, Ministério do Meio Ambiente, outros)?
() Não
() Sim. Com quais órgãos e entidades e qual é o objeto?
39. Outras Observações:

M. Entrevista com a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos ou de Meio Ambiente ou dirigente de órgão equivalente

Órgão:

Entrevistado:

Cargo:

Data:

1. Quais são os principais problemas ambientais do município?
2. Quais são os programas e projetos de defesa do meio ambiente desenvolvidos pela secretaria?
3. O município tem o CODEMA implantado?
() Sim
Qual é a natureza do CODEMA?
() Deliberativo.
() Consultivo.
Qual é a composição?
Como avalia seu funcionamento?
() Não
Tem projeto de implantar?
() Sim
() Não. Por quê?
4. O município dispõe de legislação ambiental própria?
() Não
() Sim. Especificar:
5. Como ocorrem as atividades de fiscalização ambiental no município?
6. A secretaria tem quadro de fiscais concursados? () Sim () Não
7. Como ocorrem as articulações com demais secretarias (programas e projetos integrados)?
8. A secretaria tem efetivado parcerias com empresas ou outras entidades em projetos de meio ambiente?
() Não
() Sim. Quais são os parceiros e em quais projetos?

9. Seu município apresenta problemas ambientais comuns com outros municípios?
() Não
() Sim. Quais?
10. A secretaria mantém alguma articulação com outros municípios para a solução de problemas ambientais comuns?
() Não
() Sim. Em quais problemas comuns e com quais municípios?
11. Como os municípios se articulam em nível regional para as questões ambientais?
12. Existem propostas regionais de ações conjuntas?
13. As empresas da região estão envolvidas neste processo?
14. Como o município se articula com os órgãos e entidades de meio ambiente estaduais (Secretaria de Meio Ambiente, FEAM, IEF, IGAM) (convênios e contratos)?
15. Qual é a participação do município no Sistema Estadual de Recursos Hídricos?
16. Qual é a participação do município e qual é a sua avaliação dos processos de criação do Comitê e da Agência de Bacias na região (mobilização da sociedade civil, relação com o IGAM, relação com os municípios que integram a bacia)?
17. Como o município se articula com órgãos e entidades de meio ambiente federais (Ministério do Meio Ambiente, IBAMA)? (convênios e contratos)
18. Outras observações:

N. Entrevista com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes ou de Cultura e Esportes ou dirigente de órgão equivalente (Políticas Culturais e de Apoio ao Turismo)

Órgão:

Entrevistado:

Cargo:

Data:

1. Quais são as atividades e programas de apoio à cultura e ao turismo desenvolvidos pela prefeitura?

2. O município mantém alguma instalação/equipamento cultural (casa de cultura, artesanato, teatro)?

() Não

() Sim. Quais são?

Qual é o custo de manutenção?

3. Como ocorrem as articulações com demais secretarias (programas e projetos integrados)?

4. A secretaria tem efetivado parcerias com empresas ou outras entidades em projetos culturais ou de apoio ao turismo?

() Não

() Sim. Quais são os parceiros e quais são os projetos?

5. A secretaria mantém alguma articulação com outros municípios para o desenvolvimento de atividades e eventos culturais ou turístico?

() Não.

() Sim. Quais as atividades e com quais municípios?

6. Como os municípios se articulam em nível regional para o desenvolvimento de atividades e eventos culturais ou turísticos?

7. Existem propostas regionais de ações conjuntas?

8. As empresas da região estão envolvidas neste processo?

9. Como o município se articula com os órgãos e entidades de cultura ou de apoio ao turismo estaduais (Secretaria de Estado de Cultura, Fundação Clóvis Salgado, TURMINAS, etc.) (convênios e contratos)?

– Tipo de contrato ou convênio:

– Características do contrato ou convênio:

– Valores dos contratos ou convênio?

10. Como o município se articula com os órgãos e entidades de cultura ou de turismo federais (convênios e contratos)?

– Tipo de contrato ou convênio:

– Características do contrato ou convênio:

– Valores dos contratos ou convênio?

11. Outras observações:

O. Entrevista com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes ou de Cultura e Esportes ou dirigente de órgão equivalente (Política de Esportes)

Órgão:

Entrevistado:

Cargo:

Data:

1. Quais são as atividades e os programas de apoio ao esporte desenvolvidos pela prefeitura?

2. O município dispõe de instalações/equipamentos de esportes (praças de esportes, campos de futebol, outros)?

() Não

() Sim. Quais são:

3. Como ocorrem as articulações com demais secretarias (programas e projetos integrados)?

– Tipo:

– Característica:

– Valor:

4. A secretaria tem efetivado parcerias com empresas ou outras entidades em projetos esportivos?.

() Não

() Sim. Quais são os parceiros e em quais projetos?

5. A secretaria mantém alguma articulação com outros municípios para o desenvolvimento de atividades e eventos esportivos?

() Não

() Sim. Quais são as atividades e com quais municípios?

6. Como os municípios se articulam em nível regional para o desenvolvimento de atividades e eventos esportivos?

7. Existem propostas regionais de ações conjuntas?

8. As empresas da região estão envolvidas neste processo?

9. Existe algum evento esportivo que atraia o turismo para o município?

10. Como o município se articula com os órgãos e entidades de esportes estaduais (convênios e contratos)?

11. Como o município se articula com os órgãos e entidades de esportes federais (convênios e contratos)?

12. Outras observações:

P. Entrevista com Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social ou dirigente de órgão equivalente

Órgão:

Entrevistado:

Cargo:

Data:

1. Quais são os principais programas e atividades de desenvolvimento social da secretaria?

2. O Conselho e o Fundo Municipal de Assistência Social estão implantados na prefeitura?

– Conselho

() Não. Qual é o motivo?

() Sim. Como avalia o seu funcionamento?

– Fundo

() Não. Qual é o motivo?

() Sim. Qual é a composição da receita?

3. Como está a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente no município?

– O Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente está implantado?

() Sim. Como avalia seu funcionamento?

() Não. Por quê?

– O Conselho Tutelar está implantado?

() Sim. Como avalia seu funcionamento?

() Não. Por quê?

4. Como ocorrem as articulações com demais secretarias (programas e projetos integrados)?

5. A secretaria tem efetivado parcerias com empresas ou outras entidades em projetos de desenvolvimento social?

() Não

() Sim. Quais são os parceiros? Em quais projetos?

6. A secretaria mantém alguma articulação com outros municípios para a promoção de atividades de desenvolvimento social?

() Não

() Sim. Quais são as atividades e com quais municípios?

7. Como os municípios se articulam em nível regional para o desenvolvimento social?

8. Existem propostas regionais de ações conjuntas?

9. As empresas da região estão envolvidas neste processo?

10. Como o município se articula com os órgãos e entidades de desenvolvimento social estaduais (SEDESE, etc.) (convênios e contratos)?

11. Como o município se articula com os órgãos e entidades de desenvolvimento social federais (convênios e contratos)?

12. Como avalia os resultados da municipalização da assistência social?

13. Outras observações:

Q. Entrevista com Secretaria Municipal de Educação ou dirigente de órgão equivalente

Órgão:

Entrevistado:

Cargo:

Data:

1. Qual é a atual rede municipal de ensino (número de escolas, séries, número de alunos, multisseriada ou não)

a) Escolas localizadas na sede:

– Número de escolas:

– Número de séries:

– Número de alunos

– Multisseriada () Sim () Não

Observações:

b) Escolas localizadas no(s) distrito(s):

Distrito:

– Número de escolas:

– Número de séries:

– Número de alunos

– Multisseriada () Sim () Não

Observações:

Distrito:

– Número de escolas:

– Número de séries:

– Número de alunos

– Multisseriada () Sim () Não

Observações:

Distrito:

– Número de escolas:

– Número de séries:

– Número de alunos

– Multisseriada () Sim () Não

Observações:

Distrito:

– Número de escolas:

– Número de séries:

– Número de alunos

– Multisseriada () Sim () Não

Observações:

Distrito:

– Número de escolas:

– Número de séries:

– Número de alunos

– Multisseriada () Sim () Não

Observações:

2. No município aconteceu o processo de nucleação de escolas?

() Não

() Sim. Como avalia os resultados?

3. Qual foi a rede estadual de ensino municipalizada?

– Número de escolas:

– Número de séries:

– Número de alunos

– Multisseriada () Sim () Não

– Localização () Sede () Distrito. Quais?

4. Qual foi a rede municipal estadualizada?

– Número de escolas:

– Número de séries:

– Número de alunos

– Multisseriada () Sim () Não

– Localização () Sede () Distrito. Quais?

5. Qual a atual rede estadual de ensino no município?

– Número de escolas:

– Número de séries:

– Número de alunos

– Multisseriada () Sim () Não

– Localização () Sede () Distrito. Quais?

6. Como o Sr. avalia a compatibilidade do ensino municipal com o estadual após o processo de municipalização?

7. Qual a rede privada de ensino existente no município?

– Número de escolas:

– Número de séries:

– Número de alunos

– Multisseriada () Sim () Não

– Localização () Sede () Distrito. Quais?

8. Qual é a sua avaliação do processo de municipalização do ensino?

9. Qual é o atual quadro de magistério do município?

FORMAÇÃO PROFISSIONAL	SITUAÇÃO FUNCIONAL			
	Efetivo	Função pública	Contratado por prazo determinado	Adjunção
Leigo				
Magistério				
Superior				
Pós graduação				
Total				

Observações:

10. O município tem um plano de carreiras do magistério?

() Não

() Sim. A Lei n. _____ de ____/____/____, dispõe sobre o plano.

11. A secretaria promove programas de treinamento para o quadro de magistério regularmente?

() Não

() Sim. Quais?

12. Como funciona o programa da merenda escolar no município?

13. Como avalia o relacionamento com o MEC (convênio)?

14. O Conselho da Merenda Escolar está implantado?

() Não

() Sim.

Qual é a sua natureza?

() Deliberativo.

() Consultivo.

Como avalia seu funcionamento?

15. O município tem organizado o transporte escolar?

- Não
- Sim. É suficiente para atender à demanda?
- Sim
- Não. Qual é a necessidade?

16. Qual é o resultado da implantação do FUNDEF para o município?

17. O Conselho está implantado?

- Não
- Sim.

Qual é a sua natureza?

- Deliberativo
- Consultivo.

Como avalia seu funcionamento?

18. A secretaria desenvolve algum programa especial, diferente do ensino regular?

- Não
- Sim. Quais são esses programas? Como avalia seus resultados?

19. O município mantém creches?

- Não
- Sim. Qual a participação da secretaria no funcionamento das creches?

20. O município tem organizado um Conselho Municipal de Educação?

- Não
- Sim
 - Qual a natureza do Conselho
 - Deliberativo.
 - Consultivo.
 - Qual é a composição do Conselho?
 - Como avalia seu funcionamento?

21. O município tem população em idade escolar fora da escola?

- Não
- Sim. Qual é a estimativa que faz dessa população?

22. Como ocorrem as articulações com demais secretarias (programas e projetos integrados)?

23. A secretaria tem efetivado parcerias com empresas ou outras entidades em projetos de ensino?

() Não

() Sim. Quais são os parceiros e em quais projetos?

24. A secretaria mantém alguma articulação com outros municípios para o desenvolvimento de suas atividades?

() Não

() Sim. Quais são as atividades e com quais municípios?

25. Como o município se articula com os órgãos e entidades de ensino estaduais (Secretaria Estadual de Ensino, Superintendências Regionais, etc.) (convênios, contratos, outros)?

26. Como o município se articula com os órgãos e entidades de educação federais (MEC, etc.). (convênios e contratos)?

27. O município desenvolve alguma atividade de apoio a estudantes de curso superior?

() Não

() Sim. Quais?

28. Em quais municípios estudam a maior parte dos alunos de curso superior?

29. Como os municípios se articulam em nível regional para a educação?

30. Existem propostas regionais de ações conjuntas (Cursos específicos, universidade)?

31. As empresas da região estão envolvidas neste processo?

32. Outras observações:

R. Entrevista com o secretário municipal de Saúde ou dirigente de órgão equivalente

Órgão:

Entrevistado:

Cargo:

Data:

1. Qual é a atual rede municipal de atenção à saúde?

– Rede municipal localizada na sede:

TIPO DE UNIDADE	QUANTIDADE

Observações:

– Rede municipal localizada nos distritos:

Distrito:

Tipo(s) e número de unidades:

Distrito:

Tipo(s) e número de Unidades:

Distrito:

Tipo(s) e número de Unidades:

Distrito:

Tipo(s) e número de Unidades:

Distrito:

Tipo(s) e número de Unidades:

2. Qual é a rede a privada conveniada com o SUS no município?

() No município não existe rede de saúde privada.

() No município existe rede privada conveniada com o SUS. Especificar:

() No município existe rede privada não conveniada com o SUS. Especificar:

3. No SUS, e considerando a NOAS, qual é a condição de gestão do município?

() De gestão plena da atenção básica.

() De gestão plena do sistema de saúde.

() O município não está habilitado.

4. O município tem plano de carreiras específico para a área de saúde?
- () Não
- () Sim, a lei n. _____ de ____/____/____, aprovou o plano.
5. O Fundo Municipal de Saúde está implantado?
- () Não
- () Sim. Como avalia seu funcionamento?
- () Outro. Especificar:
6. O Conselho Municipal de Saúde está implantado?
- () Não
- () Sim. Como avalia o seu funcionamento?
7. Como o Conselho Municipal intervém ou avalia as relações intermunicipais para a atenção à saúde?
8. O sistema de referência e contra referência está organizado no município?
- () Não
- () Sim
- () Outro. Especificar:
9. Quais são os municípios de referência para a atenção hospitalar?
10. O SUS local recorre à rede ambulatorial de outros municípios?
- () Não
- () Sim. A quais municípios e para que tipo de atenção?
11. A população local recorre à rede ambulatorial de outros municípios?
- () Não
- () Sim. A quais municípios e para que tipo de atenção?
12. O SUS local é centro de referência para outros municípios?
- () Não
- () Sim. Para quais municípios e para que tipo de atenção?
13. Quais são os principais programas de saúde do município? (citar e descrever)

14. Como estão organizadas as vigilâncias epidemiológica e sanitária no município?
- Legislação:
 - Principais atividades:
 - Quadro de fiscais:
15. Como está organizado o controle de zoonoses no município (principais atividades)?
16. Quais são as principais endemias ocorrentes no município?
17. Como está organizado o combate a endemias no município?
18. Como ocorrem as articulações com demais secretarias (programas e projetos integrados)?
19. A secretaria tem efetivado parcerias com empresas ou outras entidades em projetos de saúde?
- () Não
- () Sim. Quais são os parceiros e em quais projetos?
20. O município integra algum Consórcio Intermunicipal de Saúde?
- () Não
- () Sim. Qual é o Consórcio? Como avalia seu funcionamento?
21. Como os municípios se articulam em nível regional na área da saúde?
22. Existem propostas regionais de ações conjuntas?
23. As empresas da região estão envolvidas neste processo?
24. Como o município se articula com os órgãos e entidades de saúde estaduais (Secretaria Estadual de Saúde, DADES, FUNED, etc.) (convênios e contratos, farmácia básica)?
25. Do ponto de vista do interesse do município, como avalia o funcionamento da Comissão Intergestores Bipartite?
26. Como o município se articula com os órgãos e entidades de saúde federais (Ministério da Saúde, etc.). (convênios e contratos)?
27. Do ponto de vista do interesse do município, como avalia o funcionamento da Comissão Intergestores Tripartite?

28. Como ocorre a articulação entre a Secretaria Municipal e os planos e cooperativas de saúde?

29. Outras observações: